

Os alunos participaram do 7º Festival de Teatro de Bonecos de Canela, considerado o maior do gênero na América Latina. Houve, também, participação nas Campanhas de AIDS e VACINAÇÃO em Porto Alegre.

Realizou-se, ainda, o encontro "Integrar para Otimizar" realizado pela Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania - SJTC -, para apresentação de Programas e Projetos existentes, a fim de integrar as ações e otimizar os resultados para a sociedade gaúcha. Nesse encontro, apresentaram-se: FEBEM, Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS, Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE, SJTC, Institutos e Assessorias de Trabalho e Promoção Social.

Foi elaborado o trabalho Guri Trabalhador: seu caráter social e educativo teve como objetivo viabilizar soluções quanto à regulamentação dos Programas Educativos previstos na lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

Ocorreram palestras de orientação vital para alunos, principalmente no sentido de formação de hábitos e atitudes. Com o auxílio de Assistentes Sociais, realizaram-se visitas familiares, com o objetivo de ver a situação dos alunos que apresentavam problemas de freqüências e/ou evasões.

Houve participação em encontro, juntamente com as vinculadas da Secretaria da Justiça, objetivando a otimização dos recursos onde a FEBEM seria participante na execução de cursos profissionalizantes, atendendo à clientela interna da Fundação (infratores), bem como ampliando o atendimento à comunidade carente.

Foi implantado o Curso de Computação Básica, visando ao atendimento dos jovens internos, bem como aberto à comunidade carente.

Os jovens do Programa Guri Trabalhador foram beneficiados pelo vale-refeição, através de lei estadual de 94, sancionada pelo Governador do Estado.

Unidades Residenciais Transitórias - URTs: Estão em andamento as obras da URT 29, com capacidade para abrigar 12 crianças, portadoras do vírus HIV; foi implantada a URT 28, no bairro Cidade Baixa, para 14 crianças menores de 1 ano de idade, portadoras do vírus HIV, abandonadas ou com situação de destituição do Pátrio Poder; foram implantadas, ainda, duas 2 URTs, 26 e 27, no Instituto Juvenil Feminino, resgatando seus direitos de cidadania, profissionalização, escolarização e trabalho.

Área de Saúde

Ações de parceria e convênios em vigor:

- Convênio com a Legião Brasileira de Assistência LBA/FEBEM: Atendimento aos portadores de Necessidades Especiais - auxílio "per capita".
- Convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS/FEBEM: Faculdade de Odontologia Social "Atendimento à Saúde Bucal ao Instituto Irmão Miguel Dario - IIMD, URTs e Instituto Ana Jobim e estágio universitário supervisionado".
- Convênio FEBEM/Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente: "Implantação do Sistema Único de Saúde - SUS em 05 Unidades Ambulatoriais da Febem".
- Convênio FEBEM/Instituto Porto Alegre - IPA: "Estágio Universitário Supervisionado nas áreas de: Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Fonoaudiologia".
- Convênio FEBEM/ UFRGS/ UNISINOS/ ULBRA: "Estágio Universitário Supervisionado nas áreas de: Nutrição e Enfermagem".
- Convênio FEBEM/Brigada Militar: " Projeto de Hipoterapia - uso terapêutico do cavalo, para atendimento de crianças com problemas neurológicos e/ou emocionais".
- Ação conjunta Juizado da Infância e Adolescência/FEBEM: Avaliação de saúde para crianças em processo de Adoção Nacional e Internacional (Ambulatório do Complexo Ipanema-Febem).

Ações Complementares

- Imunização: Acompanhamento vacinal a todas crianças abrigadas na FEBEM - Sabin, Tríplice, BCG, Sarampo e Toxóide Tetânica;
- Teste do Pezinho: Realizado em todas as crianças até 12 meses que ingressaram na Febem; detectando erros inatos do metabolismo;
- Avaliação nutricional e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes da Febem/RS;
- Prevenção e atendimento a crianças e adolescentes em situação social de risco para Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS;

- Atendimento multiprofissional nas áreas de pediatria, enfermagem, psiquiatria, nutrição e psicologia em todas as instituições da FEBEM.
- Atendimento multiprofissional nas áreas de Pediatria, Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Psicologia, Pedagogia e Serviço Social nas Unidades Residenciais Transitórias nº 21 e 28 (destinada a crianças portadoras do vírus HIV/AIDS);
- Campanhas de Educação em Saúde em todas Instituições sobre "Prevenção de SDT/AIDS";
- Distribuição de preservativos aos adolescentes;
- Elaboração de uma revista educativa pelos adolescentes, ação conjunta da FEBEM/Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS - GAPA que aguarda financiamento do Banco Mundial/ Ministério da Saúde;
- Acompanhamento dos casos em diagnóstico e já diagnosticados de HIV/AIDS pelo Hospital de Clínicas e Programa de DST/AIDS da SSMA; elaboração de três projetos de pesquisa sobre o tema, encaminhados ao Ministério da Saúde;
- Aprovação dos Projetos: "Implantação de Unidade Residencial Transitória para Crianças Portadoras do Vírus HIV/AIDS - FEBEM/RS" e "Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Uma Proposta de Educação Participativa em Saúde", para apresentação no Congresso de Medicina Social/México e Conferência Mundial de AIDS/Japão;
- Controle de vetores: Realização de dedetização, desratização e limpeza de caixas d'água nas instituições da FEBEM, conforme necessidade;
- Treinamento e educação continuada em serviço: Instituto Dom Bosco - Viamão, "Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais";
- Implantação do Projeto: "Visita Domiciliar às Famílias da Vila Beira-Rio (Cai-Cai)": Realizado pela equipe do Ambulatório da Criança e do Adolescente - Sede FEBEM;
- Implantação do Programa "Crianças e Gestantes em Risco Nutricional" na Vila Beira-Rio (Cai-Cai); ação conjunta do Ministério da Saúde/Secretaria Municipal de Saúde - SMS/FEBEM, realizado pelo Ambulatório da Criança e do Adolescente da FEBEM;
- Contratação, seleção e treinamento de doze novos Auxiliares de Enfermagem;
- Exames laboratoriais e radiológicos: Convênio FEBEM/INAMPS/SSMA;

- Implementação de refeições balanceadas e acompanhamento dietoterápico aos casos indicados (equipe de nutrição);
- implantação do atendimento médico e de enfermagem no Centro Infante-Juvenil Zona Sul e Núcleos Comunitários da Vila Cruzeiro do Sul;
- Projeto Coleta Especial de Lixo Hospitalar: Ação conjunta FEBEM/DMLU nas Unidades Ambulatoriais FEBEM.

**3.5 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL (SDES)**

3.5 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - SDES

O Projeto "Povo Grande do Sul", para a área de indústria e comércio, previa uma reestruturação operacional da então denominada Secretaria da Indústria e Comércio. Tal reestruturação consistia em transformar a Secretaria numa entidade eminentemente política, responsável pela coordenação das ações de desenvolvimento, voltadas para as atividades industriais, comerciais e de turismo, cabendo às suas principais vinculadas, como CEDIC e CRTUR, serem os órgãos operacionais encarregados da implementação das ações planejadas, e os bancos de desenvolvimento (BADESUL - vinculado e BRDE - relacionado) seriam os colaboradores do processo, financiando a iniciativa privada.

Desvinculando-se da elaboração de tarefas operacionais, a Secretaria poderia ampliar a sua atuação de articuladora entre o setor público e o privado na promoção, principalmente do crescimento industrial e comercial do Estado.

Com a edição da Lei nº 9.433, de 27 de novembro de 1991, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social sucedeu a extinta Secretaria da Indústria e Comércio. Manteve as funções básicas da SIC (desenvolvimento industrial, comercial e do turismo) e incorporou a atribuição de coordenação e acompanhamento da execução das políticas de desenvolvimento econômico e social das regiões e do Estado.

Também passaram a compor a área de atuação da nova Secretaria as funções do registro do comércio e a de serviços gráficos, além do desenvolvimento de programas econômico-sociais, e a promoção de apoio financeiro e de captação de recursos para o fomento econômico e social.

Portanto, em razão da Reforma Administrativa, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social passou a organizar-se, reestruturando seus órgãos internos, adequando-se ao espírito reformador de racionalização e modernização de estruturas e funções. O novo organograma, pois, foi proposto para permitir a identificação desses órgãos com as funções específicas de Pasta. Diretoria-Geral, criada com o objetivo de coordenar e superintender as atividades técnicas de planejamento, organização, execução e controle das funções básicas da Secretaria; Diretoria de Promoção Setorial (ex-Diretoria Técnica) mantém as áreas afins (indústria e comércio) e agrega as divisões de gestão empresarial e relações sociais e de fomento e investimentos; Diretoria de Desenvolvimento, área nova com funções de implantação, assessoramento e acompanhamento dos Conselhos Estadual e Regional de Desenvolvimento; Junta Comercial, órgão interno, com relativa autonomia, específico para a prestação de

serviços de registro do comércio; e Diretoria Administrativa, órgão de apoio.

As empresas vinculadas à Secretaria também buscaram a racionalização e modernização de suas estruturas, sem prejuízo do desempenho de suas finalidades. Ficaram subordinadas à Secretaria as entidades da administração indireta:

- AGASA (municipalizada - 1994)
- BADESUL (fundido com BANRISUL)
- CEDIC
- CORAG
- CRTUR
- FESTA DA UVA (municipalizada - ações adquiridas pelo município de Caxias do Sul);
- PROGASA (em processo de liquidação);
- VINOSUL (leiloadada na Bolsa de Valores em novembro de 1994).

A SDES possui, ainda, a responsabilidade de participar de diversos colegiados, tendo Conselhos Diretores presididos pelo titular da Pasta. Esse fato determinou a criação de Secretarias Executivas para cada Conselho, encarregadas de apoiar tecnicamente o funcionamento dos colegiados.

Constam da nova estrutura:

- Coordenação-Geral do Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas - SEADAP (já existente no Governo anterior);
- Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM/RS (Governo anterior);
- Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Petroquímica - GEP (Governo anterior - desativado);

Conselho Estadual da Indústria da Construção - CEICO (Governo anterior - desativado);

- Comitê Setorial da Micro e Pequena Empresa (reformulado neste Governo);
- Programa de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Produtos Petroquímicos e Químicos do Estado do Rio Grande do Sul;
- PROPLAST/RS (Governo atual) Programa de Recuperação Industrial - PRIN/RS (Governo atual);

- Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial - FUNDIC (Governo atual) Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor Rural e à Empresa de Pequeno Porte - FUNAMEP (Governo atual) Cabe, ainda, destacar a constituição da Companhia Administradora da ZPE/RS - ZOPERG/RS, em 23-02-94, empresa subsidiária da CEDIC.

As principais linhas de ação foram estabelecidas a partir da política de ação para o setor, fixada no "Povo Grande do Sul". O objetivo fundamental é a busca de um patamar de desenvolvimento mais elevado, com maior justiça na distribuição do bem-estar e com menos constrangimentos sociais.

O Plano Plurianual (1992-95) menciona alguns problemas enfrentados pelos setores industrial e comercial do Estado, cabendo destacar aqueles passíveis de alguma ação por parte da Secretaria: pouca competitividade das pequenas e médias empresas; pequena participação de indústrias de alta tecnologia no Estado; excessiva concentração industrial; descaso e falta de incentivos às micro e pequenas empresas e falta de apoio do Estado às iniciativas desenvolvimentistas dos municípios.

As Diretrizes que orientam as ações de desenvolvimento da Secretaria, no atual Governo, originaram-se, pois, da compatibilização desses dois documentos e estão a seguir explicitadas:

a) Geração de Empregos

Sendo a qualidade de vida o objetivo maior do desenvolvimento e considerando o elevado número de pessoas que ingressam no mercado de trabalho anualmente, o compromisso maior da Secretaria é com a geração de empregos, como forma de propiciar à população acesso a um nível de satisfação, no mínimo, equivalente às suas necessidades básicas.

b) Promoção do Desenvolvimento

Como órgão de fomento cabe à Secretaria influir decisivamente no processo de desenvolvimento da economia estadual, consciente da noção de que desenvolvimento é um processo de mudança global, com abrangência não apenas econômica mas também social, cultural e política. Para tanto, deve visar ao aumento do produto estadual e da base produtiva, mediante apoio institucional, técnico e financeiro, de forma a obter uma acumulação de capital mais democrática, dando especial atenção às desigualdades sociais, quer sejam espaciais ou pessoais.

É também papel preponderante da Secretaria a realização dos pré-investimentos necessários à expansão de atividades

industriais, compreendendo estudos setoriais, regionais e de viabilidade econômica de atividades específicas.

Fica implícito, ainda, que cabe à Secretaria contribuir, institucionalmente, em nível de setor público e de sociedade, nos debates sobre questões econômicas, auxiliando na identificação de ações e atividades importantes para a economia estadual.

c) Desenvolvimento Tecnológico

Por entender que tecnologia e desenvolvimento são variáveis interdependentes, a ação da Secretaria está comprometida com o apoio à evolução tecnológica em nível industrial, através do apoio e incentivo à modernização de processos de produção e ao desenvolvimento de novos produtos, priorizando as pequenas e médias empresas. Com esta ação, pretende-se o fortalecimento das empresas gaúchas, a fim de incrementar a sua capacidade de competição, tanto no mercado interno como no exterior.

d) Aumento da Produtividade

Por se constituir em variável estratégica para o aumento da competitividade de qualquer atividade econômica, os ganhos de produtividade são também prioritários para o desenvolvimento, merecendo atenção especial da Secretaria.

Resulta esta diretriz da necessidade de utilização racional dos escassos recursos existentes, de modo a obter maior volume de produto por unidade de fator empregado, incentivando-se, para tanto, a adoção de eficientes e adequadas combinações de fatores de produção.

e) Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas

Sendo as unidades produtivas do Estado preponderantemente de pequeno porte, é imprescindível o direcionamento de ações no sentido de consolidar a posição das mesmas no processo de crescimento, dadas as repercussões que promovem na economia, principalmente na geração de empregos e na distribuição espacial das atividades. Atenção especial deve ser dada às microempresas, principalmente no período de demaragem das mesmas, quando mais necessitam de apoio institucional.

f) Racionalização da Distribuição Industrial

Com vistas a buscar uma melhor distribuição da oferta de emprego industrial e evitar os malefícios decorrentes da excessiva concentração de indústrias, cabe à Secretaria tomar medidas concretas, no sentido de incentivar a maior expansão de atividades industriais nas regiões menos desenvolvidas, através de apoio institucional e concessão de incentivos especiais.

g) Aumento das Exportações

Entendendo importante o Brasil atingir novos patamares no comércio internacional, é imperativo para a Secretaria estimular a produção de excedentes exportáveis, notadamente de manufaturados, mediante apoio à ampliação da capacitação das empresas para concorrerem nesse mercado.

O aumento das exportações traz reflexos positivos para a economia estadual, na medida em que amplia a demanda de matérias-primas e insumos, fortalecendo atividades a montante das empresas exportadoras, elevando a capacidade de geração de empregos e renda no Estado.

A Secretaria, por falta de funcionários públicos lotados no órgão, sempre se valeu dos servidores da CEDIC e da CRTUR, para atender as suas atividades de promoção do desenvolvimento. Com a ampliação da área de atuação, a SDES necessitou incrementar a sua força de trabalho, valendo-se ainda mais do pessoal da CEDIC. Tal situação está regulamentada em um contrato de prestação de serviços técnicos e administrativos, denominado "contrato-tipo", mediante o qual a Secretaria reembolsa a CEDIC e a CRTUR das despesas referentes à mão-de-obra e custos reembolsáveis, baseada em propostas trimestrais e comprovações mensais.

Em termos gerais, o desempenho da Secretaria sempre esteve comprometido com a pouca disponibilidade de recursos para investimentos, mesmo após terem sido ampliadas as suas atribuições. Também os recursos financeiros para apoiar iniciativas voltadas à promoção do desenvolvimento econômico do Estado são insuficientes, até por ser esta uma atividade-meio, cujos resultados são de difícil avaliação quantitativa. A participação da SDES no Orçamento do Estado, historicamente, tem-se situado entre 0,15 e 0,21%. Tal situação foi agravada pela fusão do BADESUL ao BANRISUL, que retirou não só da Secretaria, mas do próprio Estado um importante e ágil instrumento de fomento empresarial e de captação de recursos, principais funções de um banco de desenvolvimento, especialmente para o pequeno e o microempresário.

A Secretaria dispõe de um corpo técnico de reconhecido nível de qualificação, pertencente à CEDIC e em assessoramento à Pasta, o qual, no entanto, não recebeu treinamento específico para as novas funções de planejamento que a SDES terá que desempenhar em virtude da sua atuação junto aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, principalmente após a conclusão dos respectivos Planos Regionais.

ATUAÇÃO

As ações executadas pela Secretaria foram classificadas conforme as políticas setoriais estabelecidas a partir das diretrizes gerais, fixadas para o órgão.

As prioridades da ação da SDES foram estabelecidas de acordo com o seu objetivo fundamental de atingimento de um patamar mais elevado de desenvolvimento com maior justiça distributiva. Assim, buscando a desconcentração e a descentralização econômica, a principal prioridade da Secretaria foi a implantação e a coordenação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Seguiram-lhe o apoio à geração de empregos, especialmente, através do Programa de Condomínios Industriais e o Prorenda Microempresas-RS, e as mudanças nas normas dos incentivos financeiros à indústria, visando o facilitar o acesso das pequenas e médias empresas e beneficiar as regiões menos desenvolvidas. O aumento da competitividade da economia gaúcha, através de maior qualidade e produtividade, esteve na base de uma outra prioridade da SDES: o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - Qualidade/RS.

Assim, a ação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (vinculada à política de Apoio ao Desenvolvimento Regional) objetiva propiciar às comunidades regionais um entrosamento capaz de organizar os diferentes agentes comunitários, num processo participativo de equacionamento de suas questões, constituindo-se no início de um processo de planejamento regional, elaborado pela própria comunidade.

O PRORENDA Microempresas-RS (vinculado à política de Apoio ao Desenvolvimento das Microempresas) caracteriza-se como um projeto de fomento do potencial de auto-ajuda de micro e pequenos empresários, artesãos e profissionais autônomos, através de suas entidades representativas em cooperação com as instituições de apoio, tanto governamentais como não-governamentais. Ainda, dentro da mesma política, destaca-se o programa de Implantação de Condomínios Industriais para Microempresas.

A política de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e Comercial, onde se desenvolve o maior número de ações e projetos do setor, tem, no apoio do FUNDOPEM e PROPLAST e na Assessoria aos municípios, importantes instrumentos.

No atual Governo, o FUNDOPEM foi reformulado permitindo que empresas de menor porte tivessem acesso a este incentivo. O PROPLAST, criado nesta gestão, é um mecanismo de apoio para possibilitar o melhor aproveitamento das matérias-primas produzidas pelo Pólo Petroquímico.

Objetivando reunir e orientar recursos e instrumentos para o fomento à modernização, diversificação, expansão e instalação de atividades produtivas foi criado o Projeto

Articulado de Desenvolvimento para as regiões da Campanha, Central, Fronteira-Oeste, Centro-Sul e Sul do Estado. Em termos de incentivo à implantação de indústrias que possam modificar o perfil da região como um todo, o Projeto prevê percentuais de incentivo máximo do FUNDOPEM, PROPLAST e PRIN às empresas, além de redução de preços de áreas nos Distritos Industriais de Bagé, Rio Grande e Santa Maria, de propriedade da CEDIC.

O Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (vinculado à política de Aumento de Produtividade), atingindo um público diferenciado, constitui-se numa iniciativa que congrega as diferentes entidades e organizações, em ações conjuntas que visam a melhorar a qualidade dos produtos e serviços produzidos no RS, de acordo com os princípios internacionais da Gestão da Qualidade Total.

A reorganização da Secretaria, desde 1992, permitiu a harmonização entre a implementação das suas novas atividades e a manutenção das suas ações tradicionais. A informatização iniciada neste Governo, mesmo que incipiente, auxiliou de forma expressiva a operacionalização e o controle do programa de trabalho. Entretanto, o processo de reequipamento aliado à capacitação do pessoal deve ter continuidade para o aperfeiçoamento da atuação da SDES.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

A SDES, através de sua política de apoio ao desenvolvimento regional, uma das ações convergentes à promoção do desenvolvimento, coordenou a implantação dos 21 CRD (abrangendo todo o Estado, exceto a região da Grande Porto Alegre) e o acompanhamento das ações do Governo para a realização dos projetos regionais.

Seguindo a mesma linha de atuação, os programas PRORENDA Microempresa-RS, Condomínios Industriais para Microempresas e Assessoria aos Municípios, inter-relacionados, promovem o fortalecimento das microempresas, dentro de uma distribuição racional do espaço, gerando o aumento da oferta de emprego.

O PRORENDA/RS, desenvolvido desde 1992 (Convênio SDES/GTZ), difundiu o associativismo em 75 municípios, com a integração de 46 municípios e a criação de 26 associações de microempresas. Através de convênios com SENAI, SENAC, SEBRAE, treinou 1.025 microempresários.

O Programa de Espaços para Microempresas atuou na implantação de 31 condomínios industriais, estando 6 concluídos e 17 em fase de conclusão.

Na busca da racionalização da distribuição industrial, o Programa de Assessoria aos Municípios, em relação aos condomínios industriais, assessorou 21 municípios. Na

definição de áreas industriais, elaborou 6 Planos Diretores e realizou 32 escolhas de área.

No atual Governo, foram concedidos incentivos financeiros, através do FUNDOPEM, a 87 empresas cujos projetos representam investimentos fixos de US\$ 604,9 milhões e a geração de 13.128 novos empregos. Através do PROPLAST, criado em 1993, 68 projetos industriais foram incentivados, respondendo por US\$ 191,4 milhões de investimentos fixos e 6.550 novos empregos. Dentre as empresas referidas, o Projeto Articulado de Desenvolvimento é responsável por 9 concessões.

O Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade obteve a adesão de 520 empresas, o que significa o envolvimento direto de 320.000 funcionários.

O apoio à implantação dos Pólos Tecnológicos, por indicação dos CRD (participação conjunta SDES/SCT) e a implantação do SOFTSUL (Convênio com MCT/CNPq, UFRGS, ASSESPRO/RS, SEBRAE/RS) são importantes realizações dentro do desenvolvimento tecnológico, responsável pela reestruturação da economia do Estado, adaptando-a às novas exigências de mercado.

Entre as ações e projetos da política de desenvolvimento industrial e comercial, foi criada a Zona de Processamento de Exportação do Rio Grande e constituída a Companhia Administradora da ZPE/RS-ZOPERG/RS.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A atuação da SDES está fortemente embasada em uma visão de longo prazo e em trabalho de parcerias formais e não-formais, com a participação efetiva da sociedade civil organizada.

Os principais projetos/programas desta gestão - Conselhos, Qualidade/RS, PRORENDA Microempresas/RS e incentivos, especialmente o PROPLAST, refletem estes conceitos.

Cada um em sua área de atuação representa uma quebra de paradigmas, buscando uma mudança de cultura dos agentes envolvidos.

O Estado assume um papel de articulador/aglutinador, propiciando aos grupos sócio-econômicos envolvidos espaço e condições de interação, em busca de objetivos específicos.

Por isso, é de extrema importância que a Secretaria mantenha esse perfil, ampliando suas parcerias e aperfeiçoando mecanismos que a conduzam a patamares cada vez maiores de eficiência.

A seguir estão descritas as conclusões e recomendações dos principais programas e projetos da SDGS, enfocando aspectos fundamentais para a sua continuidade na próxima gestão governamental.

Conselhos Regionais de Desenvolvimento

A cisão entre governo e sociedade teve em nosso país reflexos nefastos sobre a possibilidade de construção de um verdadeiro projeto nacional que comprometesse governantes e governados a perseguirem objetivos estabelecidos na discussão entre lógicas e interesses conflitantes. Recuperar a cidadania exige uma abertura do governo ao diálogo e ao compromisso com a sociedade.

Trata-se, então, de uma nova postura, que coloca a interação entre o cidadão e o governo no centro de suas preocupações. Interação essa que não se resume a consultas eventuais e, muitas vezes, viciadas mas que se pretende constante e abrangente. Os cidadãos organizados são chamados a decidir sobre as ações do governo e fiscalizar sua execução no seu cotidiano. Estabelece-se, assim, um círculo virtuoso em que governantes e governados se reconhecem enquanto co-partícipes e co-responsáveis da construção do futuro.

Participando, o cidadão se torna co-responsável, ao mesmo tempo em que impõe padrões mais exigentes àqueles a quem delegou o poder de governar. A descentralização política é, nesse sentido, uma inovação social tão ou mais importante que as inovações tecnológicas em curso.

No Rio Grande do Sul, este Governo, desde sua plataforma de campanha, decidiu dar esse passo transformador, tornando concreto seu "slogan" - "A FORÇA QUE VEM DO POVO" - na prática da descentralização política, através da criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Conselhos formados por representantes de segmentos organizados da sociedade de um território - a região - cujas especificidades - históricas, culturais, econômicas - dão-lhe uma identidade reconhecida interna e externamente. Foram instalados e estão funcionando 21 Conselhos Regionais de Desenvolvimento, abrangendo todo o território do Rio Grande do Sul, salvo a Região da Grande Porto Alegre.

Até agora, os Conselhos priorizaram investimentos para os exercícios de 1992, 1993, 1994 e 1995. O elenco dos projetos priorizados aponta na direção da inovação e do desenvolvimento auto-sustentado. Os dois programas considerados prioritários pelas regiões foram a recuperação do solo, através de projetos de microbacias e a criação e a difusão de tecnologia através da instalação de pólos de modernização tecnológica. Esses dois programas têm não-só uma perspectiva voltada para o futuro, como reforçam o caráter comunitário do tipo de desenvolvimento privilegiado, já que

tanto a microbacia como o pólo tecnológico requerem ações conjuntas entre atores diferenciados, exigindo, mais uma vez, negociação e entendimento.

O processo de estabelecimento de prioridades a partir de tetos regionais de investimento, previamente definidos, exigiu, desde logo, uma nova postura por parte das comunidades regionais. Isto é, colocou-se de plano a necessidade de negociar dentro da própria região, entre os vários segmentos representados no Conselho Regional, o grau de prioridade dos inúmeros pleitos " em carteira". Ora, isso é uma inovação tanto nas relações internas - onde os municípios concorrem entre si na busca dos recursos públicos estaduais - como nas relações externas da região - em que cada setor pleiteia ações e investimentos ao governo estadual, sem qualquer preocupação com a viabilidade financeira, compatibilização com planos e projetos em execução, etc.

Um tal processo tem efeitos diretos sobre a forma de agir da máquina administrativa. Evidentemente, encontramos resistências à mudança de práticas repetidas ao longo de décadas. Há muito o que mudar: o planejamento de um único sentido, que encara a sociedade como um dado homogêneo e perfeitamente congelável no tempo; os orçamentos repetidos anos a fio, sob o peso do hábito; as decisões apressadas e pouco embasadas na realidade. Após quase quatro anos, percebem-se mudanças na postura dos diversos escalões administrativos.

O preceito constitucional da regionalização do Orçamento do Estado começa a ser atendido através da inclusão das prioridades regionais definidas pelos CRD.

O aprofundamento e o aperfeiçoamento da ação dos CRD exigirá, por um lado, sua definitiva inscrição no quadro institucional do Estado. A Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, dando o primeiro passo nesse sentido. A efetiva regionalização do Orçamento do Estado é a próxima etapa a ser alcançada.

Por outro lado, será necessário consolidar (equipando e capacitando) o órgão encarregado da coordenação geral dos CRD, para o cumprimento de suas tarefas. A estrutura hoje existente, que conta com seis técnicos e dois auxiliares, apesar de realizar a contento a articulação entre CRD e Secretarias, não é suficiente para apoiar a capitalização das discussões dos Conselhos nas diversas regiões e para avançar na elaboração de planos regionais de desenvolvimento.

Finalmente, impõe-se a instituição do Sistema Estadual de Planejamento, de acordo com o Capítulo II - Da Política de Desenvolvimento Estadual e Regional da Constituição Estadual, resgatando definitivamente a atividade de planejamento e

orientando a articulação entre os planos regionais e o plano estadual.

PRORENDA Microempresas-RS

O PRORENDA Microempresas/RS, fruto do convênio GTZ e SDES, constitui-se numa iniciativa pioneira de priorização do segmento de micro e pequenas empresas numa ação efetiva de promoção do associativismo solidário e da capacitação gerencial do público-alvo, realizando cursos para cerca de 220 multiplicadores e 1.025 empresários, através de uma metodologia inovadora e participativa.

As reuniões de motivação para o associativismo envolveram cerca de 2.340 participantes.

Decorrente, ainda, deste programa, ocorreu um trabalho de base na formulação de lei estadual adequada ao segmento, criando a figura da EPP - Empresa de Pequeno Porte.

Foram envidados esforços no intuito de definir uma estrutura institucional adequada para atender à necessidade de crédito deste segmento empresarial.

Houve um trabalho integrado e articulado com as instituições parceiras SENAI-RS, SENAC-RS, CAT, FIERGS e FEDERASUL e as Associações de Microempresários criadas e ACI integradas ao PRORENDA Microempresas/RS, revitalizando-se o Comitê Setorial das Micro e Pequenas Empresas.

As principais recomendações para este Programa são:

- manutenção e ampliação da Cooperação Técnica com a República Federal da Alemanha;
- manutenção e ampliação do Programa PRORENDA Microempresas/RS e do trabalho articulado com entidades parceiras;
- fortalecimento do Comitê das Micro e Pequenas Empresas;
- ampliação do público-alvo, atendendo microempresários formais e informais de mais baixa renda;
- integração do Projeto PRORENDA Microempresas/RS ao Programa de Geração de Empregos e Renda do Sistema Nacional de Empregos-SINE;
- implantação de instituto alternativo de crédito para empreendimentos de micro e pequeno porte em nível estadual;
- manutenção e ampliação da sistemática de capacitação gerencial com os atuais e novos parceiros.

Programa de Espaços para Microempresas - Condomínios Industriais

A parceria do Governo do Estado com as Prefeituras (que entram com uma contrapartida de 40% do valor) e entidades de empresários está viabilizando as microempresas em municípios com baixo nível de industrialização. Os empresários valem-se dos condomínios industriais - pavilhões modulados de 200 a 600m², que contam com toda a infra-estrutura e serviços de uso comum, e que podem contribuir para o crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida.

Os poucos recursos orçamentários repassados à Secretaria, para a execução deste Projeto, impossibilitaram a ampliação do número de condomínios em construção, prejudicando o atingimento das metas previstas (330 pavilhões no período 92-95).

A principal recomendação para o Projeto, além de uma maior disponibilidade de recursos financeiros, é no sentido de haver uma integração a mais abrangente possível com o *PROGRAMA PRORENDA MICROEMPRESAS/RS*, vinculando a construção de pavilhão com o trabalho desenvolvido pelo PRORENDA, prévia ou simultaneamente. Aspectos relacionados ao associativismo, capacitação gerencial, etc., devem estar devidamente difundidos entre os microempresários que se candidatam à ocupação de um pavilhão industrial em qualquer município.

Por outro lado, há necessidade da existência de normas legais (Decreto ou Lei) que disciplinem a utilização dos condomínios.

Essas duas medidas associadas permitiriam solidificar ainda mais tanto o Programa PRORENDA, quanto o Projeto em pauta, uma vez que são atividades complementares, com condições de promoverem a eficácia da microempresa no RS.

Incentivos

Os incentivos existentes no Rio Grande do Sul, para fomentar o desenvolvimento, têm cumprido de forma satisfatória o seu papel, tanto na geração de empregos (diretos e indiretos), quanto nos investimentos realizados. Problemas como o atraso, pelo Estado, no repasse dos recursos às empresas foram quase que totalmente superados nesta gestão, o que reforça a credibilidade da concessão do incentivo.

Incentivos recentemente criados, como o Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial-FUNDIC e o Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor Rural e à Empresa de Pequeno Porte-FUNAMEP, devem receber dotações orçamentárias suficientes para possibilitar sua operacionalização, possibilitando, entre outros, o acesso ao crédito

especialmente para as pequenas e microempresas, simplificando os procedimentos usuais.

Desenvolvimento Tecnológico

A principal recomendação é o apoio na implantação das incubadoras tecnológicas, através do aporte de recursos orçamentários para a sua construção, visto que este item não é contemplado por órgãos ligados a esse tipo de projeto.

O Programa Estadual de Apoio ao Software - Pólo SOFTSUL, demorou a operacionalizar as suas atividades, devido ao atraso no repasse de recursos do Estado, tanto para a sua manutenção quanto para a construção do prédio junto ao Instituto de Informática da UFRGS. É fundamental que, na próxima gestão, tal não ocorra, sob pena de inviabilizar totalmente o Projeto.

Outros Programas/Projetos

Dentro da política de Apoio ao Desenvolvimento Regional, cabe destacar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Ecológico e Turístico do Litoral Norte do RS, cuja continuidade é de grande importância, seja na execução de projetos executivos, quanto na busca de recursos financeiros (nacionais e internacionais), para a sua implementação a partir de 1995. Este Projeto poderá levar a Região do Litoral Norte do Estado a patamares significativos de desenvolvimento, já que propõe o aproveitamento permanente do potencial turístico lá existente, aliado ao respeito às peculiares características ambientais da região, inigualáveis em termos de Brasil.

Parcerias com municípios também devem continuar sendo estimuladas, assessorando-os com questões típicas relacionadas às atribuições da SDES e suas vinculadas. Paralelamente às questões regionais, mais abrangentes, deve-se dar atendimento especial às questões mais pontuais existentes em âmbito municipal.

Finalizando, cabe ressaltar que, dentro das limitações existentes, a Secretaria conseguiu realizar e apoiar ações de desenvolvimento de grande importância para o Estado, principalmente no sentido de organizar, responsabilizar e capacitar a sociedade, o que representa um processo longo, mas válido, porque atinge pessoas e isso altera uma sociedade de forma efetiva, substancial.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 94

A reestruturação administrativa empreendida pelo atual Governo, tendo por objetivo sua modernização e agilização, criou a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, através da Lei nº 9433, de 24-11-91.

Com as atribuições da extinta Secretaria da Indústria e Comércio significativamente ampliadas, a SDES passou a responder pela coordenação e acompanhamento da execução e avaliação das políticas de desenvolvimento econômico e social das regiões e do Estado, pelo desenvolvimento industrial, pelo desenvolvimento comercial, pelo desenvolvimento turístico, pelo registro do comércio, pelos serviços gráficos, pelo desenvolvimento de programas econômico-sociais e pela promoção de apoio financeiro e de captação de recursos para fomento econômico e social.

A adoção do princípio do trabalho conjunto, da parceria com instituições e entidades públicas e privadas, através da interação dos objetivos e ações, possibilitou a expansão da área de atuação da Secretaria e da obtenção de resultados efetivos num curto espaço de tempo.

Por outro lado, a efetiva participação da população nas decisões do governo constitui o grande desafio que a atual administração se impôs, cabendo à Secretaria a responsabilidade de implantar, coordenar e acompanhar as estruturas decisórias pertinentes a esse modelo de gestão participativa.

Para fazer frente aos desafios impostos, tanto para avaliação, coordenação e fiscalização das políticas de desenvolvimento do Estado definidos pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - CRD e pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento - CED, quanto pela promoção do desenvolvimento econômico e social de forma integrada e harmônica, estabelecemos quatro grandes sistemas de ação para esta Pasta: Sistema Estadual de Qualidade e Produtividade, Sistema Desenvolver, Sistema Turismo e Sistema de Reestruturação e Modernização da SDES e das Empresas Vinculadas.

A - Conselho Estadual de Desenvolvimento - CED

O Conselho Estadual de Desenvolvimento, implantado em 17-06-91, atua no âmbito das decisões mais abrangentes, relativas às diretrizes gerais da política de desenvolvimento econômico e social.

Entre as ações desenvolvidas, vinculadas à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social, destacamos:

- Ciclo de Seminário sobre Qualidade e Competitividade

- . Realizado: Seminário de Qualidade e Competitividade na Cadeia Têxtil
- . Programado: Seminário de Qualidade e Competitividade no Setor Moveleiro (16 e 17/11), Plástico (23 e 24/11), Autopeças (30/11 e 13/12), Máquinas e Ferramentas (07 e 08/12) e Agroalimentar (14 e 15/11)

- Estudo Sobre o MERCOSUL: Instrumento de Integração e Perspectivas de Intercâmbio com o RS

- Estudo preliminar sobre o Manual do Investidor no MERCOSUL

B - Conselhos Regionais de Desenvolvimento - CRD

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - CRD, formados pelas lideranças regionais escolhidas num processo de discussão democrático, do qual participa toda a comunidade, definem as prioridades específicas para cada região.

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social exerce a função de coordenadora dos CRD, de acordo com a política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Regional, estabelecendo a intermediação e coordenação entre os vinte e um Conselhos Regionais instalados e a Administração Pública Estadual, através das seguintes atividades:

- Análise, encaminhamento e adequação das Propostas de Prioridades dos CRD com vistas ao Orçamento/1995.
- Assessoria e acompanhamento aos 21 CRD na execução dos projetos regionais contidos no Orçamento/1994. No Orçamento/1994 foram alocados aos projetos regionais US\$14,245,000.00, tendo sido repassados US\$662,218.72. Neste ano, foram, ainda, repassados recursos para a continuidade dos projetos de condomínios industriais para microempresas aos CRD's Centro-Sul, Norte e Vale do Rio Pardo, totalizando US\$ 96,106.65, como pode ser observado no quadro a seguir:

RELAÇÃO DOS PROJETOS DOS CRD'S ATENDIDOS COM RECURSOS DE 1994

CRDs PROJETO	ANO DO PROJETO	VALOR US\$ 1,00
Centro-sul		
- Condomínios Industriais para Microempresas: Camaquã	1993	24.265,15
Litoral		
- Rodovia Taquara/Santo Antônio	1994	650.000,00
Missões		
- Pesquisas Arqueológicas em Assembléia em Assentamentos Pré-históricos e Históricos na Região	1994	6.109,36
Nordeste		
- Casa de Cultura	1994	6.109,36
Norte		
- Condomínio Industrial para Microempresas	1993	67.206,93
Vale do Rio Pardo		
- Condomínios Industriais para Microempresas: . Segredo	1992	4.634,57
Total		758.325,37

C - Sistema Estadual da Qualidade e Produtividade

**C.1 - Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade -
Qualidade RS**

O Qualidade RS, lançado dia 15-10-92, visa a melhorar a qualidade dos produtos e serviços produzidos no Rio Grande do Sul, atingindo um melhor índice de produtividade e competitividade, tanto em nível interno quanto internacional.

Entre as ações desenvolvidas pelo Programa, vinculadas à política setorial de Aumento da Produtividade, destacamos:

- 328 adesões ao Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PGQP;
- 501 avaliadores treinados;
- 265 empresas treinadas dentro da metodologia de auto-avaliação (com 190 empresas sendo auto-avaliadas);

- Apresentação do Programa Qualidade RS em reuniões com entidades de classe, empresas e universidades do Estado, bem como em diversos seminários, encontros e congressos realizados em vários municípios do Estado e junto a representantes do setor público estadual e federal.
- Participação em eventos sobre Qualidade e Produtividade, entre os quais destacamos:
 - . Fórum das Universidades para constituição do Comitê Setorial;
 - . Coordenação do Curso do Sistema de Avaliação do PGQP;
 - . IIIº Seminário de Gestão pela Qualidade Total
- Realização de cursos de formação de examinadores para o Premio Nacional da Qualidade e de multiplicadores em GQT - Gestão da Qualidade Total
- PBQP/FNSICT - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade e Fórum Nacional de Secretários de Estado da Indústria, Comércio e Turismo - coordenação do Subprograma Geral VI - Iniciativas Estaduais
- Instituição dos Comitês Gerais do PGQP (Resolução nº 01/93) e dos Comitês Setoriais - Termo de Referência (Resolução nº 02/94)
- Lançamento do Sistema de Avaliação do PGQP - níveis 1, 2 e 3 - para organizações que aderiram ao Programa
- Curso de treinamento para Avaliadores do Sistema de Avaliação do PGQP

C.2 - Programa de Modernização e Reconversão Industrial

O Programa de Modernização e Reconversão Industrial, vinculado à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e Comercial, objetiva criar instrumentos de ação voltados à modernização dos segmentos industriais, do complexo agroindustrial e dos setores de infra-estrutura pública do Rio Grande do Sul, com vistas à obtenção de melhoria da produtividade e dos padrões de competitividade da economia gaúcha em relação ao mercado internacional, especialmente ao MERCOSUL.

Visando à execução do Programa, foram reavaliados os componentes do projeto, com vistas a estender a sua área de abrangência.

C.3 - Programa de Desenvolvimento da Indústria Automobilística

O objetivo deste programa, vinculado à política de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e Comercial, é promover o fortalecimento e a expansão do segmento produtor de autopeças no Rio Grande do Sul, divulgando as potencialidades do setor com vistas à ampliação de mercado para a produção gaúcha, bem como a implantação de uma montadora no Estado.

No atendimento desses objetivos, destacamos as seguintes ações:

- Coordenação do estudo técnico Indústria Automobilística - Potencialidades do Estado do Rio Grande do Sul e Alternativas Locacionais (Projeto GM/SUL), entregue à diretoria da GM do Brasil, com vistas a sediar uma unidade montadora da GM;
- Reuniões com Grupo Técnico Interinstitucional para subsidiar o Projeto GM/SUL;
- Contatos com representantes da Renault no Brasil, para divulgar as potencialidades do Estado;
- Organização e elaboração de um cadastro que abrange 501 empresas gaúchas produtoras de autopeças.

C.4 - Programa de Desenvolvimento de Pólos Tecnológicos

O objetivo dos Pólos Tecnológicos é desencadear um processo de otimização das potencialidades regionais para seu desenvolvimento científico e tecnológico, ampliando as atividades de pesquisa e extensão com o setor produtivo e o setor público, com ações vinculadas à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico.

Entre as atividades do Programa de Desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos que vêm sendo implantados no Estado, por indicação dos CRD, destacamos a participação conjunta SDES/SCT na promoção dos seguintes pólos:

- CRD Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial Programa Regional de Cooperação Científica e Tecnológica - PRCT
- CRD Missões

Núcleo Integrado de Tecnologia

- CRD Sul

Pólo de Modernização Tecnológica Setor Pesqueiro, Setor de Alimentos e Modernização Industrial

- CRD Produção

Pólo Tecnológico de Alimentos - PTA

- CRD Serra

Pólo de Mecatrônica

- CRD Fronteira Oeste

Pólo de Modernização Tecnológica

- CRD Campanha

Pólo Carboquímico e Mineração

- CRD Alto Jacuí

Pólo de Biotecnologia

- CRD Central

Pólo Tecnológico de Alimentos

- CRD Vale do Rio Pardo

Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

- CRD Vale do Taquari

Pólo de Modernização Tecnológica

C.5 - Programa Mercosul/Integração Mundial

O Programa, vinculado à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e Comercial, tem os seguintes objetivos: inserir competitividade a economia dos quatro países, favorecer economias de escala, estimular os fluxos comerciais com o resto do mundo, promover a abertura econômica e balizar as ações dos setores privados e da sociedade como um todo.

Visando a alcançar estes objetivos, foram efetivadas as seguintes ações:

- Recepção a missões e empresários estrangeiros:

- . Missão da Província de Shiga (Japão)
- . Missão do Estado de Brandeburgo (Alemanha)
- . Missão da República Popular da China
- . Missão do Canadá
- . Encontro de Negócios com empresários de Mendoza e Santa Fé

- Argentina
- Estudos e publicações do Desempenho das Exportações Brasileiras/Rio Grande do Sul - mensal, bimensal, semestral e anual
- Participação em Feiras e Exposições, com "stand" SDES

C.6 - Programa Estadual de Apoio ao Software - Pólo Softsul

Este programa, vinculado à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, visa a articular forças econômicas privadas e instituições governamentais para promover o desenvolvimento de um pólo de produção e de exportação de "software" e serviços técnicos de informática.

Entre as ações desenvolvidas salientamos:

- Participação nas reuniões do Conselho Diretor do Núcleo de "Software"
- Inclusão de mais quatro empresas incubadas no Núcleo de Desenvolvimento de Software para Exportação, junto ao Instituto de Informática da UFRGS
- Elaboração dos Estatutos e do Regimento Interno da Sociedade Sul-riograndense de Apoio ao Desenvolvimento do Software - SOFTSUL
- Criação da Sociedade Civil com vistas à administração do Núcleo

D - Sistema Desenvolver

D.1 - Zona de Processamento de Exportação - ZPE

É constituída por um loteamento industrial, situado em local com infra-estrutura adequada e área cercada, dotado de uma empresa administradora, onde se instalam empresas produtoras de bens destinados à exportação, que recebem tratamento cambial, tributário e procedimentos administrativos diferenciados.

A ZPE, vinculada à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e Comercial, é um instrumento de desenvolvimento regional que, através das ligações que estabelece com o mercado local de mão-de-obra, insumos, matérias-primas e empresas locais, propicia o incremento do emprego e da densidade econômica da região.

Visando à implantação da ZPE/RS, destacamos as seguintes atividades:

- Assinatura da Lei Nº 10.093/94, em 26-01-94, que autoriza a criação da Companhia Administradora da ZPE/RS - ZOPERG
- Em 23-02-94 foi realizada a Assembléia de Constituição da Companhia Administradora da ZPE/RS - ZOPERG, aprovada e registrada na Junta Comercial do Estado
- Em 28-02-94, tomou posse a Diretoria da ZOPERG
- Reunião com representantes do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE e da ZOPERG para definir a reformulação do Projeto de Implantação da ZPE/RS
- Elaboração do Projeto de Alfandegamento da ZPE/RS, encaminhado à Secretaria da Receita Federal em março/94
- Assessoramento técnico e acompanhamento das ações desenvolvidas pela ZOPERG

D.2 - Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM/RS

O Fundopem/RS, vinculado à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e Comercial, tem como objetivo apoiar, mediante incentivos financeiros, a implantação e a expansão de projetos industriais de empresas de pequeno, médio e grande portes, visando ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Discriminamos a seguir as principais ações desenvolvidas:

- Desde sua criação, em 1988, foram incentivados 144 projetos industriais, com investimentos fixos da ordem de US\$2,108 bilhões e 28.342 novos empregos.
- No atual governo (até out/94) foram beneficiadas 87 empresas com US\$604,9 milhões de investimentos fixos e 13.128 novos empregos.
- No corrente ano, foram incentivados 34 projetos industriais, com investimentos fixos da ordem de US\$241,1 milhões e 4.407 novos empregos.

D.3 - Programa de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Produtos Petroquímicos e Químicos do Estado do Rio Grande do Sul - PROPLAST-RS

O PROPLAST-RS, vinculado à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e Comercial, é um apoio financeiro de modo a criar as condições necessárias ao incremento do

setor, incentivar a ampliação e a criação de novas unidades industriais, visando ao aproveitamento da infra-estrutura existente, da disponibilidade de matérias-primas e das potencialidades do Pólo Petroquímico do Sul.

- Desde sua criação, em 1993, foram aprovados 68 projetos industriais, com investimentos fixos de US\$203,5 milhões e 6.808 novos empregos.
- No atual governo (até out/94) foram beneficiadas 61 empresas com investimentos fixos de US\$191,4 milhões e 6.550 novos empregos.

D.4 - Projeto PRORENDA Microempresas/RS.

Este projeto, vinculado à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e Comercial, visa ao desenvolvimento do empresário de microempresa, incentivando o associativismo através de entidades representativas fortalecidas.

O Projeto PRORENDA Microempresas/RS vem sendo desenvolvido no Rio Grande do Sul desde abril de 1992, nos moldes de um sistema de cooperação, conforme convênio firmado entre a SDES e a GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica.

O Grupo Gestor do Projeto, instalado nesta Secretaria, com a assessoria técnica da GTZ, coordena, articula, mobiliza e apóia as diversas entidades dos empresários de microempresas e as instituições atuantes na área, possibilitando a integração das atividades de apoio num programa coerente.

A seguir destacamos as principais realizações:

- Criação de três Associações de Microempresas no interior do Estado
- Realização de três Oficinas de Moderação e três Oficinas de Trabalho
- Criação de quatro Comitês Setoriais
- Difusão do Associativismo e apresentação do Prorenda em quinze municípios do RS e três vilas de Porto Alegre
- três monitoramentos das Associações Planejadas
- Treinamento de agentes SEBRAE
- Treinamento de dirigentes de Associações em técnicas de moderação de reuniões
- Capacitação dos técnicos da equipe do Projeto

D.5 - Plano de Desenvolvimento Ecológico e Turístico do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Em agosto de 1993, foi elaborado, em caráter preliminar, o Plano de Desenvolvimento Ecológico e Turístico do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com a participação da Associação de Prefeitos do Litoral Norte, Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral e SDES. Esse Plano, vinculado à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Regional, compreende aspectos relativos às prioridades emergenciais da região (17 municípios), como ecoturismo, sistema viário, infra-estrutura, educação, saúde, segurança pública e indústria.

Em Ato do Governador, publicado no Diário Oficial de 11.08.93, foi constituído Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar o Plano Diretor voltado à utilização plena da estrutura existente na Região Litoral Norte do Estado. O Grupo de Trabalho é formado por representantes da SDES, SPA, SPO, Associação de Prefeitos, CRTUR e, mais recentemente, FEPAM e EMATER.

Dentro deste Plano foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Montagem do Banco de Dados e sistematização das informações sobre o Litoral Norte.
- Contratação da TCI - Planejamento Projetos e Consultoria Internacional Ltda, empresa vencedora da licitação para execução do Plano propriamente dito
- Conclusão do Plano prevista para dez/94.

D.6 - Distritos Industriais

Esta atividade, vinculada à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e Comercial, tem como objetivo propiciar a implantação ou realocização de indústrias em lotes dotados de infra-estrutura básica, localizados nos Distritos Industriais de propriedade do Estado, administrados pela CEDIC.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Contatos com a FEPAM visando ao licenciamento nos distritos.
- Obtenção de documentos e dados visando à regularização dos Distritos Industriais.
- Demarcação de lotes, análise de projetos executivos e vistoria nas instalações das empresas nos Distritos Industriais.

- Projetos e licitações de obras com vistas à implantação de infra-estrutura nos Distritos Industriais.
- Análise de Cartas-Consulta e projetos de viabilidade econômica de empresas interessadas nos Distritos Industriais.
- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica, em 12/09/94, firmado entre SDES, CEDIC e o Município de Alvorada (Prefeitura, Câmara e ACI) para implementação do Distrito Industrial de Alvorada-Viamão - Zona de Alvorada, objetivando a promoção de novas atividades industriais.

D.7 - Áreas Industriais Municipais e Condomínios Industriais

O apoio à implantação de Áreas Industriais Municipais, vinculado à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e Comercial, visa a desenvolver a mentalidade empresarial do município e ordenar o espaço urbano do mesmo, propiciando a implantação ou realocização de empresas em lotes dotados de infra-estrutura básica.

A elaboração de projetos e apoio à implantação de Condomínios Industriais nos municípios tem como objetivo principal o desenvolvimento de microempresas.

Destacamos, a seguir, algumas das atividades desenvolvidas:

- Conclusão do Plano Diretor da Área Industrial dos municípios de Erechim, Lajeado, Tapes e Arroio dos Ratos.
- Conclusão do Relatório de escolha de área para implantação de áreas industriais nos municípios de São Borja, São José do Norte, Não-Me-toque, Constantina, Jaguarão, Charqueadas e Soledade.
- Assessoramento técnico na escolha da gleba e nos projetos de implantação de condomínios industriais aos municípios de Alto Feliz, Planalto, Maratá, Salto do Jacuí e Casca.
- Assessoramento às Prefeituras Municipais de: Fontoura Xavier, Cidreira, Pelotas, Santa Clara do Sul, Uruguaiana, Osório e Itaqui.
- Elaboração de projetos e apoio à implantação de condomínios industriais.
- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica em 25-08-94, firmado entre SDES, CEDIC e o Município de Montenegro (Prefeitura, Câmara e ACI) para a implementação da Área Industrial de Montenegro, objetivando a promoção do surgimento de novas atividades industriais.

D.8 - Política Tributária e de Incentivos

Este programa visa a sugerir a adoção de instrumentos legais para a promoção e desenvolvimento da indústria, do comércio e do turismo. Neste sentido foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Orientação a empresários e investidores sobre condições de implantação de empreendimentos no Estado e incentivos.
- Análise da Legislação do ICMS para MES.
- Proposta de incentivos municipais para implantação e expansão de empresas, por solicitação de Prefeituras.

D.9 - Perfis de Oportunidades de Investimentos - POI's

São estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira para implantação de novas indústrias, visando à facilitar o investidor.

Os perfis abrangem aspectos relacionados a matérias-primas, tecnologia envolvida, mercado, tamanho do investimento e necessidade de mão-de-obra e qualificação.

As principais ações deste programa, vinculadas à política setorial de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e Comercial, referem-se à distribuição dos 67 perfis já elaborados, bem como atendimento e informações a empresários e Prefeitos.

No corrente ano, foi elaborado o POI - Matadouro Frigorífico para 100 Ovinos/dia com Fábrica de Embutidos, com vistas a subsidiar investimentos na Região da Campanha, e o Estudo Preliminar sobre o Setor Cerâmico no Rio Grande do Sul.

E - Sistema Turismo

O Sistema Turismo tem como objetivo integrar as atividades de turismo no Estado e estabelecer as diretrizes básicas para a implantação de uma política estadual para o setor turístico, a ser desenvolvida conjuntamente pelo Governo do Estado e iniciativa privada.

Destacamos a seguir as principais ações desenvolvidas:

- Contatos com entidades e participação em eventos com vistas à promoção da atividade turística.
- Acompanhamento das atividades da CRTUR de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Indústria do Turismo.

F - Sistema de Reestruturação e Modernização da SDES e das Empresas Vinculadas

Central Vitivinícola do sul SA (VINOSUL SA)

Em setembro/93, o Processo de Privatização da VINOSUL foi remetido à Assembléia Legislativa. No corrente ano, após realizados dois leilões, a VINOSUL foi adquirida em leilão realizado no dia 10 de novembro pela Empresa Agropecuária Santa Laura Ltda.

Açúcar Gaúcho SA (AGASA)

O Projeto de Lei de Municipalização da Empresa foi encaminhado à Assembléia Legislativa em 28-04-94, sendo a AGASA transferida para o município de Santo Antonio da Patrulha em 28/09/94, através da Lei Nº 10.258 de 13/09/94.

Produtos Gaúchos S.A. (Progasa)

Em andamento, o processo de liquidação da Empresa, que deverá ser extinto quando o Estado do Rio Grande do Sul assumir completamente o passivo de US\$ 92,994.11 e receber, por outro lado, o ativo de US\$ 418,177.90.

Empresas Vinculadas

Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC)

A Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul foi fundada em 12 de janeiro de 1973, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do Estado, atuando como órgão de apoio e executor da política traçada pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social.

A CEDIC enquanto objetivo social presta serviços a pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou de direito privado, visando à concretização de medidas de ordem técnica e administrativa, tendentes a fomentar e dinamizar o desenvolvimento industrial e comercial do Estado, mediante a elaboração e execução de estudos, projetos, programas, planos, obras e a realização de outros serviços conexos às suas finalidades ou delas decorrentes, bem como a participação acionária em outras empresas visando ao desenvolvimento econômico do Estado. São suas atribuições:

- Desapropriar áreas, em seu próprio nome ou em nome do Estado, bem como comprar e vender bens imóveis destinados a áreas industriais.

- Prestar assessoramento técnico à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social.
- Coordenar, em conjunto com a SDES, a elaboração dos projetos de implantação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE, em Rio Grande.
- Fiscalizar os projetos das empresas contempladas com o FUNDOPEM e PROPLAST.
- Implementar, em conjunto com a SDES, o Programa de Condomínios Industriais para Microempresas.

A CEDIC, dando cumprimento aos seus objetivos e visando a compatibilizá-los com a política de desenvolvimento estabelecida pelo Poder Executivo para o ano de 1994, direcionou seus trabalhos para a ocupação de seus Distritos Industriais, através da concessão de venda de áreas a preços beneficiados, totalizando 12 Contratos Preliminares e 8 Escrituras Públicas.

No que diz respeito à implantação de infra-estrutura, foi executado o prolongamento da rede de água do setor 3ª DI (DI Rio Grande) e o levantamento da cobertura vegetal do mesmo DI.

Outro objetivo a ser destacado refere-se à elaboração e acompanhamento, juntamente com a SDES, dos projetos para a implementação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE/RS. No corrente ano foram reformulados os projetos de implantação da ZPE e elaborado o Projeto de Alfandegamento.

A Companhia Administradora da ZPE/RS - ZOPERG/RS, empresa subsidiária da CEDIC, foi criada em 26-01-94, através da Lei nº 10.093 e instalada em 28-02-94, com a finalidade de implantar, administrar e prestar serviços à Zona de Processamento de Exportação do Rio Grande.

As obras de infra-estrutura, selecionadas para execução no corrente ano, em processo de licitação, são a reforma do prédio do Centro Administrativo do Distrito Industrial de Rio Grande (sede da ZOPERG) e obras de drenagem e de rede elétrica na área da ZPE.

Quanto à fiscalização das empresas contempladas com o FUNDOPEM, com vistas à comprovação dos investimentos propostos, foram concluídos doze projetos, estando em análise mais quinze (sete em fase final e oito em fase inicial).

A CEDIC, juntamente com a SDES, é responsável pela execução do Plano de Desenvolvimento Ecológico e Turístico do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, tendo contratado uma empresa consultora para esse fim.

No que se refere ao Programa de Condomínios Industriais para Microempresas, a CEDIC, em conjunto com a SDES, vem apoiando a implantação do condomínio de Sarandi.

Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)

A Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas teve sua constituição autorizada pela Lei Estadual nº 6.573, de 05-07-73, como sociedade anônima de economia mista e capital autorizado. Atualmente é vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social (SDES), conforme a Lei 9.433 de 27-11-91.

Os objetivos da Sociedade, de acordo com seus estatutos, são a execução de serviços gráficos em geral e o exercício de atividades correlatas, cabendo-lhe, em especial, a edição do Diário Oficial do Estado, do Diário da Assembléia Legislativa, do Diário da Justiça e do Diário da Indústria e Comércio. Conforme determinações contidas no Decreto nº 32.900, de 07-07-88, cabe exclusivamente à CORAG a confecção de todo o material gráfico necessário às atividades dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, inclusive empresas subsidiárias, fundações e autarquias.

A área industrial, ou operacional teve uma produção física assim distribuída: Diário Oficial do Estado - 1.907.775, Diário da Assembléia - 74.850, Informativos 309.308, Impressos em geral - 34.895.060, Separatas de deputados - 2.000, Revistas 109.500, Livros - 94.570 e Centímetros/Coluna de Publicações - 3.414.923.

Inúmeras atividades têm racionalizado e agilizado a produção industrial da CORAG. A área industrial destaca-se pela racionalização do fluxo de trabalho.

A Assessoria de Planejamento e Controle de Produção continua merecendo a atenção da Diretoria Industrial, dotando a Empresa de total controle da parte produtiva, desde o recebimento de trabalho, até sua efetiva entrega.

A diminuição da produção da CORAG se deve à baixa publicação das separatas dos senhores deputados, devido a problemas da Assembléia Legislativa, em face da Lei de Licitações. De outro lado, também a perda do Diário da Assembléia, que a mesma passou a editar fora, devido à Lei de Licitações, a partir do mês de maio de 1994. Sobre informativos diversos, a queda deve se prender à menor demanda de serviços por parte do Governo do Estado.

Em 1994 o Governo Estadual baixou sensivelmente o número de livros em relação à sua própria média. Estes fatores fizeram baixar a produção física da CORAG.

Não foram adquiridos novos equipamentos pesados, como impressora "off-set" frente e verso e o equipamento para formulários contínuos, por dificuldades de encaixe financeiro.

Companhia Rio-Grandense de Turismo (CRTUR)

O objetivo da CRTUR é a prestação de serviços a pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou de direito privado, visando à concretização de medidas de ordem técnica e administrativa, tendentes a fomentar o turismo e atividades correlatas no território do Estado do Rio Grande do Sul.

A CRTUR, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, é o organismo que articula a política do turismo no Estado do Rio Grande do Sul. Sua atividade decorre da resolução política do Governo encaminhada pela Secretaria e está voltada a estimular o crescimento de um setor vital para o desenvolvimento regional. Ouvindo as comunidades do Estado, constatando o processo de conscientização dos mais diversos segmentos de nossa sociedade quanto à importância da inserção do setor nas atividades rentáveis do Estado, esta Companhia, aliada à Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul, órgão que reúne o "trade" turístico, Associação Brasileira de Jornalismo e escritores de turismo/RS e técnicos da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria do Turismo, composto de quatro programas básicos onde estão enquadradas as ações da Companhia.

Em 1994, as atividades desenvolvidas são apresentadas a seguir, segundo o Programa a que se refere:

- Programa de Ampliação da Demanda Turística
- Implantação de 12 albergues da juventude, emissão de 3.800 carteiras e geração de 20.896 pernoites.
- Implantação de 4 Clubes da Maior Idade.
- Participação em 7 eventos internacionais, 11 eventos nacionais e 29 eventos estaduais.
- Continuidade da Campanha "O Rio Grande do Sul te Espera".
- Elaboração do Calendário de Eventos da Imigração Alemã.
- Programa de Organização e Desenvolvimento da Oferta Turística
- Implantação em 6 regiões (7 municípios) do Projeto Táxi-Turismo.
- Curso de treinamento para guardadores de automóveis.

- Assinatura de 9 convênios de cooperação técnica com entidades do setor.
- Supervisão permanente aos Centros de Informações Turísticas.
- Elaboração do Calendários de Eventos, I e II semestres de 1994.
- Implantação do Centro de Informações Turísticas na Ilha dos Marinheiros.
- Projeto "Teletoque/BANRISUL" no Shopping Praia de Belas.
- Elaboração e distribuição de material promocional/informativo.
- Programa de Manutenção da Qualidade de Matéria-Prima.
- Participação da Comissão Estadual de Turismo Ecológico em 2 visitas técnicas, no Seminário de Turismo Ecológico, em Brasília, e no III Simpósio Internacional de Estudos Ambientais.
- Continuidade do Projeto Turismo Rural nas 9 regiões em que foi implantado.
- Programa de Regionalização Turística
- Assessoria na elaboração de 48 Planos Municipais de Desenvolvimento Turístico.
- Projetos Especiais
- Projeto Valores de Nossa Terra.
- Projeto Turismo Rotativo.
- Continuidade do Projeto Operação Tatuíra.
- Continuidade do Projeto Salão das Pedras Preciosas.
- Administração do Acervo
- Manutenção e fiscalização dos equipamentos (patrimônio da Companhia)

Junta Comercial do Rio Grande do Sul

A Junta Comercial do Rio Grande do Sul, criada em 24-05-1877, tem como principais atribuições:

- Execução do registro do comércio;

- Assentamento dos usos e práticas mercantis;
- Fixar o número, processar a habilitação e a nomeação, fiscalizar, punir e exonerar os tradutores públicos e intérpretes comerciais, leiloeiros, avaliadores comerciais, corretores de mercadorias e os prepostos ou fiéis desses profissionais;
- Organizar e revisar as tabelas de emolumentos, comissões ou honorários dos profissionais enumerados no item anterior;
- Fiscalizar os trapiches, armazéns de depósitos e as empresas de armazéns gerais;
- Solucionar consultas formuladas pelos poderes públicos a respeito do registro do comércio e atividades afins;
- Publicidade institucional e/ou obrigatória.

Na consecução das suas finalidades, a Junta realizou, até setembro deste ano, a constituição de 41.638 novas firmas e sociedades e a extinção de 8.954.

No corrente ano foram realizadas as seguintes atividades:

- Inauguração do Escritório Regional da Junta Comercial em Canoas;
- Ampliação do tipo de atendimento oferecido em diversos escritórios regionais;
- Saneamento dos Processos do Arquivo de Registro e Histórico;
- Aprimoramento na coordenação, orientação e fiscalização dos ofícios de tradutores públicos juramentados e intérpretes comerciais, leiloeiros oficiais e fiéis de armazém.

**3.6 - SECRETARIA DA AGRICULTURA
E ABASTECIMENTO (SAA)**

3.6 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SAA

O Governo de Alceu Collares encontrou o setor primário do Rio Grande do Sul apresentando um quadro extenso de dificuldades. Muitos segmentos com baixa produtividade, debilitando toda a cadeia produtiva.

A utilização de práticas culturais impróprias e o uso inadequado de produtos químicos causavam danos lamentáveis ao meio ambiente e à saúde humana.

A estrutura fundiária, apresentando distorções, mostrava a proliferação de minifúndios, parceiros, meeiros e arrendatários num cenário de baixa renda.

Durante os anos 80, a agricultura do Estado caracterizou-se pelo desestímulo ao produtor, pela redução dos investimentos, diminuição da produtividade e da produção. Os minifúndios tornaram-se inviáveis e os agricultores empobrecidos migravam em massa para os centros urbanos. Os mais ousados migravam para outros Estados. Aumentava o contingente de agricultores sem terra.

O RS deixava de ser o celeiro do país.

Naquele período, a estrutura do setor governamental de apoio ao setor primário foi sucateada. A administração direta estava desequipada, com servidores mal-remunerados e desatualizados profissionalmente, praticando métodos administrativos obsoletos. A pesquisa agropecuária havia parado e as empresas estatais apresentavam elevado grau de endividamento e sem capacidade de gerar os recursos necessários para operar e modernizar-se.

A situação indicava o esgotamento do modelo de apoio institucional do setor público à agropecuária do RS.

O Governo Collares investiu na eficiência institucional e viabilizou os minifúndios. Foi declarada guerra à rotina e ao convencional. O Governo Collares equacionou as dívidas pendentes, modernizou os procedimentos administrativos e técnicos com a introdução da informática. Ampliou a frota de veículos em 400 unidades nos escritórios de extensão rural.

A estratégia adotada foi a parceria com a União, os Municípios e com a iniciativa privada. Collares optou por investir na organização rural e a partir desta, o desenvolvimento de propostas setoriais. O programa de incentivo à citricultura foi redimensionado e dirigido para regiões aptas. O troca-troca sementes foi ampliado e adotado rigoroso critério técnico na escolha e recomendação das cultivares. O resultado foi a auto-suficiência em milho. O

agricultor economiza na compra e o Estado ganha volume e qualidade na produção.

Os Condomínios Rurais, que romperam com o paradigma que a pequena propriedade era inviável, hoje surgem espontaneamente e são alvo de consulta de diversos Estados brasileiros.

O reerguimento da pecuária e dos frigoríficos através do programa de apoio aos frigoríficos e o efetivo programa de sanidade animal levou à condição de Estado livre da peste suína clássica e no limiar da erradicação da febre aftosa.

O Rio Grande agrícola, hoje, é parâmetro de eficiência produtiva. Com razão, recuperou a posição de celeiro do Brasil.

ATUAÇÃO / REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

Organização Agrária

A atuação do Governo Collares, na área da organização agrária, foi no sentido de prestar assessoria técnica e estimular a organização dos agricultores assentados e de suas respectivas famílias, bem como na organização de novos assentamentos, pois, no início desta gestão, a situação no meio rural era de conflito permanente com invasão de terras públicas e privadas.

Havia 5.300 lotes rurais pendentes de regularização.

Face a esses problemas, o Governo empreendeu, através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA, um conjunto de ações, destacando-se:

- aquisição de duas áreas de 1.300 ha, para implementação de projetos de assentamentos de agricultores com recursos do Fundo de Terra - FUNTERRA;
- distribuição de terras das Estações Experimentais para agricultores organizados em cooperativas;
- assentamentos de 546 famílias rurais;
- regularização de 1.450 lotes rurais, através do Departamento de Assistência ao Cooperativismo - DAC e da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS.

Produção Vegetal

a) Pesquisa Orizícola

O Instituto Rio-Grandense do Arroz - IRGA, Órgão executor da Política Orizícola do Estado, encontrava-se em situação precária, com a pesquisa incipiente e inexistência de assistência técnica por falta de recursos financeiros.

Diante dessa situação, foram desenvolvidas ações no sentido de reativar a Estação Experimental do Arroz - EEA, para atuar na pesquisa e experimentação orizícola, no que tange ao combate a pragas e moléstias desse produto, bem como executou-se análise de amostras de terras e sementes, visando ao desenvolvimento da orizicultura, o que proporcionou o lançamento de novas variedades como por exemplo a da cultivar IRGA-416.

As principais ações desenvolvidas pelo Governo, no período 1991/94 nessa área, além do lançamento da cultivar foram as seguintes:

- implantação do programa de multiplicação de sementes básicas através de franquia, cooperantes e de produção própria;
- saneamento financeiro da Autarquia;
- reorganização do Departamento de Assistência Técnica em todo o RS;
- construção da sede própria da Autarquia;
- informatização da sede, ligação "on line" com Cachoeira do Sul e Estação Experimental de Cachoeirinha;
- reativação de Unidades Armazenadoras;
- foram investidos mais de US\$ 5 milhões com recursos do próprio IRGA.

b) Microbacias Hidrográficas

As microbacias hidrográficas são consideradas ideais para promover e recuperar as propriedades rurais, através do manejo adequado dos recursos naturais renováveis (solo, água e flora). São, também, bases demonstrativas para a difusão de tecnologia, que produzem de forma integrada resultados econômicos, sociais e ambientais.

Ciente da importância desse programa para o Rio Grande do Sul e diante da situação encontrada, que era de mais de dois milhões de hectares em estado crítico de erosão, com somente 115 microbacias, o Governo do Estado desenvolveu esforços em conjunto com os Municípios e o Governo Federal,

somados à parceria das Cooperativas, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária-FEPAGRO e Universidades, juntamente com os produtores rurais no sentido de alterar a situação existente.

Dentre as ações mais importantes, destacam-se:

- 250 novas microbacias realizadas para uma área de 480.000 ha, atingindo 21.000 famílias rurais;
- construção de 2.440 microaçudes;
- perfuração de 543 poços artesianos;
- construção de 4 barragens - DAC/EMATER.

c) Troca-Troca/Semente

É outro programa de grande importância social do Governo do Estado, que entrega ao pequeno agricultor a semente para plantio e que foi ampliado pela atual administração.

Durante o período 1991/94 foi permanente o apoio a este programa cuja execução é de responsabilidade da SAA, Prefeituras Municipais e outras entidades conveniadas.

O programa tem por finalidade o repasse de sementes melhoradas de feijão e milho, destacando-se este último.

Após a colheita, o pagamento é feito em equivalência-produto milho, na proporção de 11 kg de milho comercial por 1 kg de semente fiscalizada recebida. Isto significa que o produtor paga 3,33 sacas/60 kg de produto milho por 1 saco de semente, tornando-se esta 70% mais barata que o preço de mercado.

No período 1991/94, foram distribuídas 16.280 t de milho aos pequenos agricultores.

No que diz respeito à semente de feijão, a proporção é de 1 kg de semente para 1,5 kg do produto comercial. No mesmo período foram distribuídas 900 t de sementes fiscalizadas de feijão preto.

O programa beneficiou 890.000 agricultores com investimentos de US\$ 17 milhões com recursos provenientes do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER.

d) Abastecimento

Conflito entre produtores e comerciantes na Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul-CEASA/RS, especulação constante em função do estragulamento nas áreas de comercialização de Porto Alegre e Caxias do Sul, pesadas

dívidas sociais, precário estado de conservação dos pavilhões, foi a situação encontrada pela atual administração no que diz respeito ao abastecimento de hortigranjeiros no Estado.

Em razão disso, foi criado o programa de interiorização da CEASA, culminando com a construção de 4 (quatro) novas unidades (Passo Fundo, Santa Maria, Santo Ângelo e Ijuí).

Os recursos investidos no período 1991/94 foi de US\$ 1.200.000, provenientes do Tesouro do Estado.

A interiorização da CEASA é de suma importância para os pequenos produtores rurais do interior do Estado, que passam a ter na produção de hortigranjeiros mais uma alternativa econômica. Isso fará com que, a médio prazo, o RS atinja a auto-suficiência na produção de hortigranjeiros.

Além de trazer resultados econômicos para o próprio Estado e produtores rurais, o programa de interiorização da CEASA também trará benefícios para os consumidores que terão os produtos com melhor qualidade e menor preço.

e) Fruticultura Tropical

A dependência quase total do Estado do Rio Grande do Sul, no abastecimento de frutas tropicais (manga, mamão, abacaxi, maracujá e goiaba), onde são gastos US\$ 41 milhões/ano na importação desses produtos de outros Estados, levou o Governo Collares, através da SAA e Universidades do Rio Grande do Sul a criar um programa piloto na microrregião, compreendida entre São Luís Gonzaga e Três Passos, margeando o Rio Uruguai, num total de 16 municípios, onde está previsto o plantio de 1.100 ha dessas frutíferas no período 93/98.

A população a ser atingida por esse programa é de 10.000 agricultores para o período 1993/98, com recursos do FEAPER, na ordem de US\$ 1,7 milhões.

Espera-se, com esse programa, diminuir sensivelmente a importação dessas frutas e oportunizar a pequenos agricultores a diversificação de culturas, trazendo, como consequência, economia para o Estado e maior renda para o próprio produtor.

f) Citricultura

O objetivo deste programa é o de tornar o Estado auto-suficiente no consumo "in natura" e desenvolver a produção industrializada de cítricos, através da formação de viveiros e pomares. A assistência técnica é prestada pela EMATER com recursos provenientes do FEAPER.

O programa iniciado no Governo Simon, com uma área de 1.060 ha, abrangia basicamente "Laranja-Valência",

distribuído em quase todo o Estado, com graves problemas sanitários. Diante dessa situação, a SAA procurou, primeiramente, identificar os focos de CANCRO-CÍTRICO. Diversos viveiros foram erradicados e também implementado um novo zoneamento para efeito de novos financiamentos.

No período 1991/94, foram financiados 3.007 ha, atingindo 3.200 famílias rurais com investimentos de US\$ 2,8 milhões com recursos do FEAPER.

g) Preservação Ambiental e Aumento da Competitividade Agrícola do RS

Um dos maiores fatores de produtividade agrícola em nosso Estado é a aplicação de calcário com a conseqüente correção do solo. Ciente da importância dessa prática agrícola e também conhecedor da falta de recursos dos pequenos agricultores para aquisição desse insumo, a SAA junto com o Banco do Brasil, Sindical, Rede Ferroviária Federal S/A-RFFSA e Fecotriga criou esse programa cuja meta inicial era de corrigir 500.000 ha desses agricultores.

Programa criado em 1993, corrigiu até o momento 370.000 ha, com aplicação de 1.700.000 t de calcário. O investimento gasto com esse programa chega a US\$ 30 milhões.

h) Armazenagem

Dando prosseguimento aos programas existentes (paiois individuais e armazéns comunitários) para os pequenos agricultores, a SAA, através do FEAPER, aplicou recursos equivalentes a 930.000 sacas de milho em 3.740 projetos individuais de armazenagem e microssilos.

No que diz respeito à Companhia Estadual de Silos e Armazéns-CESA, recaíam pesadas dívidas, sucateamento de equipamentos, excesso de pessoal e capacidade ociosa de armazenamento. As ações executadas foram no sentido de reduzir pessoal, renegociar as dívidas pendentes, de tal forma que, hoje, a CESA aumentou a capacidade estática de armazenagem em 170.000 t, mantendo a média recorde de 60% de ocupação/ano.

Ao contrário de suas similares gaúchas, a CESA é uma Estatal que não detém o monopólio do seu segmento, conseqüentemente disputa um mercado concorridíssimo não apenas com a iniciativa privada, mas também com outros órgãos pertencentes ao próprio Governo Estadual (BANRISUL E IRGA).

Em razão disso, a SAA através da CESA lança o projeto CORAZEM (Companhia Rio-Grandense de Armazenamento), que pressupõe a fusão e/ou incorporação da entidade como a CESA, BANRISUL, Armazéns Gerais, Setor de armazenagem do IRGA e idêntica área do Departamento Estadual de Portos Rios e Canais-DEPRC.

Esse projeto não foi concretizado pela atual administração, mas se reveste de grande importância para o setor agropecuário do Rio Grande do Sul.

Condomínios Rurais

Com a finalidade de proporcionar solução aos problemas econômicos e sociais dos pequenos agricultores, deu-se ênfase à criação de pequenas associações e condomínios. O trabalho desenvolvido consiste na organização de projeto técnico, acompanhamento das obras e investimentos e assistência aos produtores na fase de funcionamento.

Programa criado em 1991 Pelo Governo Collares, visava a organizar 1.000 Condomínios Rurais. Destacando-se nas áreas de suinocultura, gado leiteiro, avicultura e armazenagem.

Foram organizados 1.463 Condomínios Rurais no período 1991/94, representando um acréscimo de 463 condomínios em relação à meta inicial, sendo 600 financiados pelo FEAPER e os demais com recursos dos próprios agricultores. O público beneficiado foi de 32.000 famílias rurais, onde foram aplicados US\$ 20 milhões.

Os Condomínios Rurais, além de terem proporcionado crescimento econômico no setor agropecuário do Estado, pelo acréscimo da produção, têm também, no aspecto social, seu grande embasamento, pois, além de viabilizar economicamente o pequeno produtor rural, fixando as famílias no meio rural, fez com que ocorresse uma melhoria nas condições de vida dos agricultores, através de ganhos materiais, como eletrificação, telefonia e outros ganhos culturais em função da participação em reuniões, seminários e trocas de experiências. Além disso, os Condomínios Rurais são hoje os melhores pólos difusores de tecnologias, nas mais diversas atividades agropecuárias, bem como solidificam o associativismo como a melhor forma de produção para a pequena propriedade.

Produção Animal

a) Inspeção de Produtos de Origem Animal

Não existia, em nível Estadual, um programa que realizasse um serviço de inspeção de produtos de origem animal. O que havia era realizado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento e Reforma Agrária - MAARA. Outro problema nessa área era a inexistência de recursos materiais e humanos.

Em vista dessa situação, a SAA, através do seu Departamento de Produção Animal - DPA, criou, por intermédio

do Decreto 33.788/92 e regulamentado pela Portaria 281/92 o Controle e Inspeção de Produtos de Origem Animal - CISPOA.

Para o efetivo funcionamento do programa, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- cadastramento de 174 estabelecimentos,
- implantação da inspeção sanitária em mais 150 municípios e
- realização de concursos para médicos veterinários e auxiliares.

b) Febre Aftosa

Há décadas que o Estado do Rio Grande do Sul busca erradicar essa doença. Em 1990, ainda era possível encontrar no Estado 158 focos de febre aftosa.

A SAA, preocupada com o controle efetivo da doença, desenvolveu ação no sentido de conscientizar e fiscalizar o calendário vacinal, de tal forma, que se chegou no final do período sem constatar nenhum foco de febre aftosa no Estado.

A erradicação total da doença está prevista para dez/96.

Espera-se alcançar, com esse problema resolvido, padrões de qualidade e sanidade internacionais.

c) Peste Suína Clássica

Em 1990, foram constatados 115 focos da peste suína clássica no Estado, apesar do intenso combate que vem se verificando para erradicar esse problema.

A SAA, através do seu Departamento de Produção Animal, procurou agir de forma incisiva na fiscalização para erradicar totalmente essa doença. O esforço não foi em vão, pois, o Estado é declarado livre dessa enfermidade.

Assim, abrem-se novos mercados para a carne suína do Rio Grande do Sul e em condições de enfrentar a concorrência com outros Estados, dada a qualidade obtida.

d) Expointer

De estrutura acanhada e "déficit" operacional crônico nas feiras realizadas, o Governo Collares empreendeu uma série de ações com a finalidade de reverter esse quadro. Tais ações são assim descritas: construções de coberturas, pavilhões, central de imprensa, delegacia de polícia, administração central e outros.

Aliada a essas ações, foi elaborado, pela SAA, o projeto para ampliação do Parque em mais 70 ha (Cidade da Agricultura).

A situação começou a mudar já a partir de 1992, pois a Expointer, nesse ano, passou a apresentar resultados positivos. E, ano a ano, ela vem definindo sua vocação de ser a expressão de uma nova forma de analisar os negócios do campo.

Nesta gestão, a Expointer se firma como a grande mostra do "agribusiness" brasileiro, não só se constituindo no palco onde se apresentam os melhores plantéis, as máquinas mais modernas e a tecnologia mais avançada hoje aplicada no meio rural, mas também no espaço em que se reúnem as lideranças de todo o setor produtivo para trocar informações e discutir suas questões.

e) Programa de Apoio ao Frigorífico - PAF

O Governo, através da SAA, criou o programa de apoio aos frigoríficos (Lei nº 9.495 de 08-01-92), que consiste na redução de 75% do ICMS, cujo incentivo se converte em participações acionárias para os funcionários dos frigoríficos. O programa foi implementado porque havia diversos frigoríficos e cooperativas de carne em situação pré-falimentar e alguns já encerrando as suas atividades.

A Lei que criou o PAF prevê sua renovação ou não pela Assembléia Legislativa anualmente.

O resultado dessas medidas foi a reativação de 48 frigoríficos e cooperativas, assegurando 20.000 empregos diretos.

Os benefícios repassados aos frigoríficos foram em torno de US\$ 33 milhões, no período.

Recursos Naturais

a) Código Florestal Estadual

Criado pela atual administração através da Lei nº 9.519 de 21-01-92 e do Decreto 34.255 de 02-04-92.

Por intermédio deste Código, tornou-se possível coordenar as ações no setor florestal do Estado. Também, foi regulamentada a fiscalização dos parques estaduais, criada a polícia florestal, o registro florestal de produtores, o sistema de controle para o transporte de produtos florestais, a obrigatoriedade da manutenção e da formação de florestas próprias plantadas para os consumidores de matéria-prima.

b) Preservação dos Recursos Naturais

Atividade executada pelos Departamento de Recursos Naturais Renováveis - DRNR e pela Fundação Zoobotânica - FZB com a finalidade de preservação da Flora, Fauna e Educação Ambiental.

Nesse sentido, diversas ações foram desenvolvidas no período 1991/94, destacando-se as publicações especializadas sobre a fauna e flora no Rio Grande do Sul, convênios com universidades e escolas, treinamento de professores e alunos da rede escolar.

No que se refere ao Parque Zoológico, foram realizadas contratação de pessoal especializado (que era deficiente) e alcançado o equilíbrio financeiro (que era deficitário), além de destacar a auto-suficiência na alimentação dos animais do Parque Zoológico.

Promoção e Extensão Rural

Dentro da Política Oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado, a SAA conta com a EMATER/RS como principal órgão executor. Sobre ela se acumulavam dívidas sociais e fiscais e inúmeras demandas trabalhistas, frota de veículos sucateadas, escassos recursos financeiros e deficiência de pessoal.

Dentro desse programa, o objetivo inicial era o de participar no desenvolvimento de setor agropecuário, mediante a utilização de processos educativos que estimulassem o aumento da produção e da produtividade, com a finalidade de incrementar a renda líquida e melhorar o nível de vida da população rural, em especial dos pequenos e médios produtores, e organizar os pequenos em forma associativas para produzirem e comercializarem diretamente com as regiões consumidoras.

Para que isso fossem alcançado, algumas ações foram desenvolvidas, destacando-se:

- equilíbrio financeiro da EMATER/RS;
- renovação da frota de veículos;
- participação na organização dos Condomínios Rurais;
- participação na organização das microbacias hidrográficas;
- organização de 263 feiras de produtor, atingindo um público de 2.300 feirantes.

Neste Governo, a EMATER/RS passou a ser a responsável pela classificação de produtos de origem vegetal, atingindo um volume classificado de 7.000 t.

Mercado Comum do Sul

Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, Tratado assinado em Assunção em 26-03-91 - Governo Collor. Consolida as iniciativas de integração encaminhada inicialmente pelo Brasil e Argentina, com posterior adesão gradativa do Uruguai e Paraguai.

A participação da SAA-RS, no Subgrupo de Trabalho número 8-Política Agrícola, foi no sentido de destacar e treinar técnicos para acompanhar a implantação do MERCOSUL (Criou a Comissão Estadual do MERCOSUL), organizou o setor privado através de diversos seminários, fez um diagnóstico dos principais produtos gaúchos, elaborou uma parceria com outros órgãos, públicos e privados, programa de reconversão, como por exemplo no caso da cebola.

Por último, a SAA conseguiu inserir a pequena propriedade nas discussões do MERCOSUL, elaborando documento que será objeto de Reunião Quadripartite no Rio Grande do Sul, ainda em 1994.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A atuação da SAA está embasada numa visão de curto e médio prazos, pois é no setor primário onde os recursos investidos retornam com maior rapidez. É uma área que requereu atenção especial do Governo Collares, dado que essa é extremamente sensível a fatores climáticos.

A atual administração, conhecedora dessa situação, procurou através de diversos programas executados pela SAA e suas vinculadas priorizar a pequena propriedade e, em consequência, obter safras, se não recordes, consideradas muito boas, especialmente para a cultura do milho.

O empenho do Governo, na retomada da economia agrícola, produziu efeitos positivos. O setor primário do Rio Grande do Sul cresceu em média 7,5% ao ano, no período 1991/94, num desempenho superior ao alcançado pelas outras Unidades da Federação no mesmo período, devolvendo ao Estado a condição de o maior produtor de grãos do País, ao mesmo tempo, entrega o setor público agrícola do Estado reformado e saneado. Entidades como Instituto de Carnes foi extinto e a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos - CORLAC transformada em cooperativa, possibilitando, através dessas medidas, economia de recursos para o Estado.

Outros como o IRGA, CEASA e EMATER foram recuperados técnica e financeiramente.

As ações políticas do Governo, nas questões do endividamento do setor orizícola e do MERCOSUL, têm sido destacadas pelas entidades de classe como provas de sua posição sempre pronta e decidida ao lado dos produtores rurais do Rio Grande do Sul.

Na área de abastecimento, a atual administração implantou 4(quatro) unidades da CEASA e vem desenvolvendo esforços junto à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, para a duplicação da CEASA de Caxias do Sul, bem como a criação da CEASA regional de Pelotas.

Também está sendo licitada pela CESA, uma câmara frigorífica em Santa Rosa.

Com essas ações, estará completada a descentralização do abastecimento de hortigranjeiros no Rio Grande do Sul, assim como aumentada as condições de armazenagem dos mesmos, trazendo, como consequência, redução dos custos desses produtos.

O programa de fruticultura tropical deverá, a médio prazo, diminuir a dependência externa desse grupo de frutas como por exemplo o mamão, abacaxi e a manga.

O programa de citricultura visa, num primeiro momento, a tornar o Rio Grande do Sul auto-suficiente e, após, a partir para a industrialização. É outro programa que deve ter continuidade pela próxima administração.

O projeto CORAZEM, que pressupõe a fusão e/ ou incorporação da entidade como a CESA, BANRISUL, Armazéns Gerais, Setor de armazenagem do IRGA e idêntica área do DEPRC, apesar de não ter sido concretizado, se reveste de grande importância para o setor agropecuário do Estado e que poderá ser estudada a sua viabilização pela próxima administração.

Na área de produção vegetal, os grandes destaques são os condomínios rurais, o troca-troca sementes, as microbacias hidrográficas e o programa do calcário, que devem ser continuados e até mesmo implementados pela importância com que esses programas se revestem.

Sugere-se, também, para o próximo Governo, que haja uma ação mais enérgica em relação à produção de TRIGO no Rio Grande do Sul, pois trata-se de uma cultura estratégica e de importância econômica e social para o Estado.

O novo Governo deve tornar realidade a Cidade da Agricultura em Esteio.

A execução desses programas devem ter continuidade e até mesmo ser implementada pela próxima Administração, pois essas ações têm ajudado ao Estado a reduzir os segmentos com baixa produtividade, viabilizando os minifúndios e, como consequência, a reduzir a pobreza no campo.

Tais medidas, dentre outras, procuraram fixar o agricultor no campo, melhorar as condições de vida no meio rural, gerar novos empregos, melhorar a qualidade dos produtos agrícolas, além de proporcionar crescimento econômico no setor agropecuário do Estado, pelo acréscimo da produção.

Apesar das limitações que a falta de recursos financeiros e humanos trouxeram, o Governo Collares, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e suas vinculadas, conseguiu implementar programas tanto na área agrícola, como na pecuária e demais segmentos, o que devolveu ao Estado a condição de segundo maior exportador brasileiro, aquém apenas de São Paulo e o primeiro na produção de grãos, representando 25% da produção nacional.

Mesmo ostentando essa condição, o Rio Grande do Sul, em alguns setores, ainda depende da importação, como é o caso de hortigranjeiros e do trigo.

Apesar disso, o Rio Grande do Sul hoje é parâmetro de eficiência produtiva, principalmente no que se refere ao setor agropecuário.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA desenvolveu suas atividades, levando em conta as necessidades a serem atendidas e o intuito de melhorar o desenvolvimento técnico, social e econômico do setor primário, em especial do produtor rural, promovendo a sua fixação no campo.

No início do Governo Collares, elegeu-se um conjunto de projetos prioritários, com a finalidade de dar ênfase às suas ações objetivadas nos mesmos, ainda que desenvolvidas através de Programas executados, usualmente, pelos diversos Departamentos e órgãos vinculados à SAA.

Alguns não foram concluídos na atual administração, mas sua inclusão demonstra a consciência de sua importância e o alerta da amplitude de seu significado, principalmente visando à expansão e à modernização dos setores produtivos.

A seguir, são detalhadas as principais realizações desenvolvidas pela SAA no ano de 1994, dentro de seus diversos Programas.

Organização Agrária

Na área de Organização Agrária, foco de tensão social preocupante, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento criou, no ano de 1994, três projetos de Agrovilas Condominiais nos Municípios de São José do Norte, Canguçu e Bagé.

A principal finalidade dessas Agrovilas Condominiais é, além de minimizar os conflitos existentes, fixar os agricultores de baixa renda no meio rural, pois são fornecidas áreas de terras e moradias para grupos de vinte famílias.

Produção Vegetal

a) Pesquisa Orizícola

A principal realização no ano de 1994, na área de pesquisa orizícola, foi o lançamento do IRGA-416.

b) Microbacias Hidrográficas

Durante o ano de 1994, através dos esforços dos Governos Municipal, Estadual e Federal, juntamente com os produtores rurais, oportunizaram-se as seguintes realizações nesta área:

- 52 microbacias hidrográficas foram realizadas para uma área de 132.000 ha, atingindo 4.800 famílias rurais;
- construção de 1.500 microaçudes;
- perfuração de 180 poços artesianos.

c) Troca-Troca Sementes

Durante o ano de 1994, o apoio a esse programa teve continuidade visando a alcançar os índices obtidos em anos anteriores. Neste ano, o Programa Troca-Troca de Sementes distribuiu 200 mil sacos de milho (4 milhões de quilos), beneficiando uma população de 225 mil famílias rurais. O subsídio direto do Governo do Estado foi de US\$ 1,8 milhão (80 mil sacos de sementes de milho.

De forma integrada com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, atuam na distribuição de sementes escolhidas, aos agricultores, Prefeituras Municipais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações Comunitárias.

Graças à eficiência de programas como o troca-troca de sementes, tornam, hoje, o Rio Grande do Sul auto-suficiente na produção de milho.

d) Abastecimento

Na área de abastecimento, as principais realizações ocorridas neste ano de 1994 foram:

- inauguração da CEASA de Santa Maria, que vai beneficiar 55 Municípios e atingir uma população de 1.100.000 habitantes. Os investimentos realizados estão em torno de US\$ 300.000;
- inauguração da CEASA de Passo Fundo, que vai beneficiar 132 Municípios e atingir uma população de 1.200.000 habitantes. Os investimentos realizados estão em torno de US\$ 300.000.

e) Fruticultura Tropical

Em 1994, foram plantadas mais 65 ha de frutas tropicais, beneficiando 79 pequenos agricultores.

Projeto com assistência da EMATER/RS e recursos da SAA, através do FEAPER.

f) Preservação Ambiental e Aumento da Competitividade Agrícola no Rio Grande do Sul.

No ano de 1994 foram corrigidos 200.000 ha, com aplicação de 900.000 t de calcário. O investimento, neste ano, foi de US\$ 17 milhões.

g) Armazenagem

Em relação a este programa, cuja finalidade é a armazenagem de grãos e de produtos altamente perecíveis e passíveis de frigoconservação, a SAA, em 1994, realizou o projeto da Câmara Frigorífica de Santa Rosa.

Condomínios Rurais

Em 1994, entre projetos individuais e coletivos, foram organizados 410 condomínios, sendo 205 financiados pelo FEAPER e os demais com recursos dos próprios agricultores. O público beneficiado foi de 9.000 famílias rurais, onde foram aplicados US\$ 4,9 milhões.

Produção Vegetal

a) Inspeção de Produtos de Origem Animal

Em 1994, foram informatizados 236 unidades do Departamento de Produção Animal num convênio com a Companhia de Processamento de Dados do RS - PROCERGS. Esta ação dará condições para se obter maior controle do rebanho do Estado, no que diz respeito à sanidade animal, além de possibilitar

fazer um controle estatístico rigoroso que não existia até hoje.

Neste ano, foram também adquiridos 22 novos veículos para a inspeção de produtos de origem animal.

b) Febre Aftosa

Não foi constatado nenhum foco desta enfermidade no Estado no ano de 1994.

c) Peste Suína Clássica

Neste ano, o Rio Grande do Sul é declarado livre desta doença, através de Portaria Ministerial.

d) Expointer

Em 1994, foram investidos US\$ 900.000 em infraestrutura, abrangendo uma área de 6.915 m².

Neste ano, ocorreu grande mudança na Expointer, onde quase toda a administração do Parque foi terceirizada, o que veio a possibilitar maior eficiência e economia para o Estado.

Em vista dos investimentos realizados para ampliação do Parque Assis Brasil e a terceirização referida, a Expointer conseguiu a sua maior marca, tanto em número como em qualidade.

Desta forma, pode-se projetar a Expointer como um dos maiores eventos do gênero, em todo o mundo.

Recursos Naturais

Em 25-01-94, através do Decreto nº 35.094, é instituído o Regimento Interno do Fundo de Desenvolvimento Florestal - FUNDEFLO, dando outras providências como regulamentação do Sistema de Controle para Transporte de Produto Florestal; o Sistema Órgão Florestal-SAA e Brigada Militar; o Protocolo de Cooperação entre SAA e Brigada Militar e a obrigatoriedade da manutenção e da formação de florestas próprias plantadas para consumidores de matéria-prima florestal.

No decorrer do ano de 1994, na área de preservação dos recursos naturais procurou-se conscientizar e informar a população da importância desse programa e para que isso fosse alcançado, além de outras realizações, a Fundação Zoológica do Rio Grande do Sul inaugura o Sistema de Multimídia.

Promoção e Extensão Rural

Em 1994, a EMATER foi autorizada pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento e Reforma Agrária - MAARA a atuar também na classificação de produtos sujeitos à nacionalização quando da importação, sendo o trabalho realizado junto aos Postos de Fronteira.

Projetos Especiais

Neste ano, a SAA desenvolveu todos os esforços para em parceria com o BNDES, BRDE, BANRISUL, BANCO DO BRASIL e entidades como o SINDIMAC conseguir viabilizar vários programas, destacando-se: Pró-Luz, Expansão Suinícola, Bacias Leiteiras, Armazenagem na Pequena Propriedade e Operação Celeiro.

Todos esses projetos foram aprovados e alguns já em fase de liberação, como é o caso da Operação Celeiro.

Macrozoneamento Agroecológico e Econômico

O Governo do Estado determinou a execução do Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado do Rio Grande do Sul, realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em convênio de cooperação técnica com a EMBRAPA, através de Centro Nacional de Pesquisa do Trigo-CNPTrigo.

Trata-se de um projeto capaz de orientar e harmonizar os diversos segmentos envolvidos e responsáveis pela dinamização e aperfeiçoamento do processo produtivo da agropecuária gaúcha.

O Macrozoneamento tem por objetivo o desenvolvimento rural, adequando explorações econômicas às aptidões agroecológicas. Da mesma forma, subsidia a elaboração de propostas de investimentos oficiais e privados, com vistas ao fomento e aproveitamento da produção, constituído-se num poderoso instrumento do planejamento estratégico, na determinação de programas municipais, regionais e estaduais.

A primeira fase do projeto foi implantada, em agosto/94, em Ijuí e Passo Fundo, e já está sendo elaborada a segunda fase do mesmo.

**3.7 - SECRETARIA DE CIÊNCIA
E TECNOLOGIA (SCT)**

A Secretaria de Ciência e Tecnologia é jovem em nosso Estado. Criada no governo anterior, inicialmente como uma Secretaria Extraordinária, foi transformada em Secretaria da estrutura permanente do Estado pela Lei 9129, de 13-08-90.

Sua atribuição básica é promover o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, competindo-lhe articular e coordenar ações do setor, divulgar informações e pesquisas, proporcionar a formação e o aprimoramento de recursos humanos e apoiar órgãos e entidades que investem em pesquisa.

O desenvolvimento tecnológico é o principal caminho das economias em desenvolvimento para ampliar seu espaço no mercado internacional, por possibilitar a necessária competitividade de seus produtos e serviços.

No Rio Grande do Sul, nas décadas de 70 e 80, o Estado ampliou sua estrutura de apoio ao desenvolvimento tecnológico, cobrindo diferentes áreas carentes de pesquisa. Porém, a atuação na área de Ciência e Tecnologia ocorria descoordenadamente e não eram aplicados recursos financeiros e técnicos suficientes para o desempenho de suas funções.

Como resultado, no final da década de 80, a pesquisa agropecuária encontrava-se sucateada; a Fundação de Ciência e Tecnologia estava ainda desinformatizada, os repasses constitucionais do Tesouro Estadual para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul eram insignificantes e a Secretaria de Ciência e Tecnologia não interagia com a comunidade científica e empresarial. O resultado desta situação propiciava desestímulo a pesquisadores e atraso no desenvolvimento da pesquisa.

Assim, o Governo Collares encontrou a Secretaria de Ciência e Tecnologia ainda em implantação. Com a compreensão exata de que na área de Ciência e Tecnologia não deve ocorrer descontinuidade, pela dimensão estratégica e temporal de seus programas, todos os projetos iniciados na administração anterior tiveram implementação e continuidade.

Irrigou-se a área com as idéias renovadoras do atual Governo e de seu Plano. Buscou-se ampliar a ação da SCT para o setor primário, atraindo especialistas e organizando projetos nesta área. Foi possível, também, ampliar a atuação para a área de geologia, mineralogia e meio ambiente.

Teve continuidade a ênfase à intersecção entre educação e ciência, popularização e divulgação.

Desde a institucionalização da área de C & T na Administração Estadual, a Secretaria tem atuado com técnicos e servidores cedidos de outros órgãos ou ocupantes de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas. A Lei de criação da SCT foi omissa quanto aos cargos que estão sendo preenchidos, mediante relotação. O projeto pertinente a institucionalização da Secretaria, na esfera legal, foi encaminhado pelo atual governo na Reforma Administrativa e só não se viabilizou face a não-apreciação pela Assembléia Legislativa.

Ainda, no campo institucional, foi aprovada a Lei 9521, de 23 de janeiro de 1992, que substituiu o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Rio Grande do Sul - CODECITE - pelo Comitê Técnico Assessor, evitando-se, assim, a existência de dois Conselhos vinculados à mesma Secretaria de Estado.

A Secretaria participou da elaboração do anteprojeto de lei para instituição do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

ATUAÇÃO

No Governo Collares, o desenvolvimento tecnológico foi fortalecido.

No âmbito da estratégia desenvolvimentista do Governo Collares, a área de CIÊNCIA E TECNOLOGIA teve sua importância reconhecida e recebeu apoio financeiro condizente com sua necessidade.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia implantou dez novos Pólos de Modernização Tecnológica, sob a orientação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, com atuação nos campos da piscicultura, alimentos, informática, construção civil, mecatrônica, entre outros.

Foi implantada a Rede TCHÊ - Rede Regional de Informação em Ciência e Tecnologia, oferecendo para a comunidade científica e tecnológica do Estado a estrutura necessária para o acesso à Rede Regional de Pesquisa - RRN, e a Rede Internacional - INTERNET. Através de três pontos de acesso, localizados nas cidades de Porto Alegre, Santa Maria e Rio Grande, as instituições de ensino e pesquisa do Rio Grande do Sul interligam-se e acessam parcerias no País e no Exterior.

Considerando a evolução institucional na área de C & T no RS, entendeu-se oportuna a criação de um museu com visão integrada de ciência, tecnologia e educação como um espaço dinâmico, onde pessoas, de todas as idades e níveis sócio-econômicos, não apenas observem o que está exposto, mas também sejam chamadas a manipular objetos e realizar experiências, popularizando a ciência e a tecnologia, e

conscientizando a população de que estes são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social.

Também, foi implantado o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - Qualidade RS - em ação conjunta com a SEDES.

Foram repassadas através da FAPERGS 1750 bolsas/ano para pesquisadores, que recebeu mais de US\$ 17,6 milhões no período 1991/94.

Foram concluídos, na CIENTEC, os laboratórios de Interferência Eletromagnética e de Alimentos, foi concentrada a capacitação de Recursos Humanos e equipamentos em Química Fina, tendo sido iniciada a construção de um Centro no Campus de Cachoeirinha, além da total informatização das áreas técnica e administrativa.

Foi criada a FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, com a ampliação dos recursos destinados à área que agrega os quatro institutos de pesquisa e as 22 estações experimentais, resgatando-se a situação funcional e reativando-se experimentos para o desenvolvimento da agropecuária.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

A Secretaria de Ciência e Tecnologia destaca como prioritários, no período 91/94, a execução dos Programas: Pólos Tecnológicos, Sistema Estadual de Informações em Ciência e Tecnologia - Rede Tchê, Museu de Ciência e Tecnologia, Qualidade RS e Recursos Minerais.

Pólos Tecnológicos

O programa do Governo Collares apoiou-se no desenvolvimento regional, com efetiva participação das comunidades locais. A política de Pólos Tecnológicos, iniciada na administração anterior, insere-se nesta visão e tem representado prioridade especial.

Essa nova estratégia toma por base as necessidades sócio-econômicas de cada região, para conceber as principais diretrizes das linhas de pesquisas futuras, tanto para desenvolver novas atividades econômicas quanto para aprimorar a competitividade daquelas já existentes.

A principal inovação desses projetos é a identificação de uma relação estreita entre C & T e o desenvolvimento de cada região, envolvendo, na composição dessas propostas, seus principais agentes sociais e econômicos. A Secretaria de Ciência e Tecnologia atua como um dos elementos catalisadores do planejamento e promoção desses pólos tecnológicos. Alguns pólos já tiveram sua implantação iniciada com a participação

do Estado, das Universidades, de forças comunitárias regionais e da iniciativa privada. Os Pólos em implantação ou já programados referem-se às áreas de informática, biotecnologia, alimentação, metal-mecânica, agropecuária, construção civil, pesca e outras. Pretende-se que em cada região exista um destes pólos, seja de alta tecnologia ou modernização tecnológica, dependendo da vocação e das condições regionais.

O Estado tem participado da implantação de Pólos Tecnológicos com a finalidade de formar mão-de-obra qualificada e massa crítica para o desenvolvimento tecnológico, gerar novas tecnologias e produtos para empresas existentes, apoiar o surgimento de novas empresas e realizar pesquisas em setores econômicos regionais.

Um Pólo Tecnológico envolve, necessariamente, os setores produtivos, Municípios e instituições locais, Universidades e Institutos de Pesquisa, além do Governo do Estado.

Durante o período de 1991/1994, foram expandidos e criados, pela vontade regional e com o apoio do Estado, os seguintes Pólos:

Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Região Noroeste Colonial - Abrange 30 municípios, sendo Ijuí o município base. Atua nas áreas de: metal-mecânica, eletro-eletrônica, informática e agropecuária. Recursos investidos 1991/1994 - US\$ 658.700.

Pólo de Desenvolvimento Científico-Tecnológico da Região Fronteira Noroeste - Abrange 18 municípios, sendo Santa Rosa o município-base. Atua nas áreas de: tecnologia de alimentos, construção civil e metal-mecânica, capacitação infra-estrutural para o núcleo de informação em Ciência e Tecnologia. Recursos investidos 1991/1994 - US\$ 421.400.

Núcleo de Integração de Tecnologia - NIT - Abrange 22 municípios, sendo Santo Ângelo o município base. Atua nas áreas de: engenharia de projeto e produto, energias alternativas e meio ambiente, engenharia de processo e de produto, e informática industrial. Recursos investidos 1991/1994 - US\$ 239.900.

Pólo Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Alimentos - Abrange 37 municípios, sendo Passo Fundo o município base. Atua nas áreas de: produção de hortaliças, produção e industrialização de aveia, industrialização do leite e produção de peixes. Recursos investidos 1991/1994 - US\$ 476.600.

Pólo de Modernização Industrial da Região da Serra - Abrange 32 municípios, sendo Caxias do Sul o município-base. Atua na área de: mecatrônica, mobiliário, agroindústria,

plástico e metrologia. Recursos investidos 1991/1994 - US\$ 543.800.

Pólo Tecnológico de Carboquímica e Mineração - Abrange 7 municípios, sendo Bagé o município base. Atua nas áreas de: recursos minerais e carboquímica. Recursos investidos 1991/1994 - US\$ 154.900.

Pólo de Modernização Tecnológica da Região Fronteira Oeste - Abrange 9 municípios, sendo Uruguaiana o município base. Atua nas áreas de: piscicultura, horticultura e desenvolvimento da bacia leiteira. Recursos investidos 1991/1994 - US\$ 161.800.

Pólo de Modernização Tecnológica da Região Centro - Abrange 28 municípios, sendo Santa Maria o município base. Atua nas áreas de: agropecuária industrial, engenharia e saúde. Recursos investidos 1993/1994 - US\$ 38.200.

Pólo de Modernização Tecnológica do Alto Jacuí - Abrange 18 municípios, sendo Cruz Alta o município base. Atua na área de biotecnologia em agropecuária. Recursos investidos 1993 - US\$ 125.000.

Pólo de Modernização Tecnológica do Vale do Taquari - Abrange 29 municípios, sendo Lajeado o município base. Atua na área de alimentos, com subprograma de capacitação e qualificação laboratorial, para a melhoria da produção de alimentos. Recursos investidos 1993/1994 - US\$ 15.000.

Pólo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Fardo - abrange 30 municípios, sendo Santa Cruz do Sul o município base. Atua na área de alimentos, materiais plásticos e metalúrgicos e meio ambiente. Recursos investidos 1993/1994 - US\$ 20.400.

Pólo Tecnológico de Alimentos da Região Sul - Abrange 17 municípios, sendo Pelotas o município base. Atua nas áreas de: fruticultura, olericultura, leite, grãos e carne. Recursos investidos 1991/1994 - US\$ 212.700.

Pólo de Modernização Industrial da Região Sul - Abrange 17 municípios, sendo Pelotas o município base. Atua nas áreas de: construção civil, eletroeletrônica e informática, instrumentação biomédica e aproveitamento de resíduos agrícolas. Recursos investidos 1991/1994 - US\$ 197.400.

Pólo de Modernização Tecnológica do Litoral Sul - Setor Pesqueiro - Abrange 17 municípios, sendo Rio Grande o município base. Atua no setor pesqueiro, visando à informação tecnológica, à modernização industrial, extensão pesqueira e gerenciamento ambiental. Recursos investidos 1991/1994 - US\$ 249.100.

**EM ANDAMENTO EM 1994 - CONVÊNIO A SEREM FIRMADOS COM OS PÓLOS
INVESTIMENTOS A SEREM REALIZADOS**

Região CENTRAL - UFSM	R\$ 54.199,23
Região FRONTEIRA OESTE - PUC II	R\$ 113.423,67
Região VALE DO RIO PARDO - UNISC	R\$ 122.607,20
Região VALE DO TAQUARI - FATES	R\$ 24.211,37
Região SERRA - FUCS	R\$ 73.588,22
Região PRODUÇÃO - UPF	R\$ 254.636,77
Região FRONTEIRA NOROESTE - STA ROSA	R\$ 58.417,97
Região NOROESTE COLONIAL - UNIJUÍ	R\$ 132.983,52
Região MISSÕES - FURI/STO. ÂNGELO	R\$ 56.532,73
Região ALTO JACUÍ - UNICRUZ	R\$ 17.348,19
Região CAMPANHA - URCAMP	R\$ 12.083,79
LITORAL SUL - FURG	R\$ 44.435,37
Região SUL - ALIMENTOS - UFPEL	R\$ 68.362,10
Região SUL - INDUSTRIAL - UCPEL	R\$ 37.589,16

Está em implantação o Pólo de Modernização Tecnológica do Médio Alto Uruguai, para atuar nas áreas de diversificação agropecuária, mineração e agroindústria, abrangendo 27 municípios sendo Frederico Westphalen o município base. (Recursos a serem investidos R\$ 2.266,00.) e, o Pólo de Modernização Tecnológica do Norte, abrangendo 25 municípios sendo Erechim o município-base, para atuar nas áreas de diversificação agropecuária, energia e meio ambiente e tecnologia de alimentos (Recursos a serem investidos R\$ 119.983,06).

Sistema Estadual de Informações em Ciência e Tecnologia (SEICT) e Rede Estadual de Informações em Ciência e Tecnologia (REDE TCHÊ)

O projeto do Sistema Estadual de Informações em Ciência e Tecnologia visa a estabelecer canais apropriados à transferência de informações em ciência e tecnologia, com a finalidade de atender às demandas de informações da comunidade científica e tecnológica, órgãos de planejamento e setor privado do Estado do Rio Grande do Sul.

A Rede Estadual de Informações em Ciência e Tecnologia - REDE TCHÊ - tem como objetivo oferecer uma estrutura básica para a transferência de informações, utilizando serviços de comunicação de dados, e estabelecer canais apropriados para manutenção e transferência de informações em ciência e tecnologia, viabilizando o compartilhamento dos recursos computacionais de "hardware", "software" e de informações disponíveis no Estado do Rio Grande do Sul, permitindo a integração com Redes Estaduais, Nacionais e Internacionais.

A interligação dos "nós" das cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Santa Maria constitui a espinha dorsal da REDE TCHÊ. Através destes pontos, as instituições de ensino e pesquisa poderão acessar os serviços oferecidos pela Rede, como: correio eletrônico, transferência de arquivos, acesso remoto a outras máquinas, intercâmbio de mensagens em tempo real, acesso a base de dados e conferências computadorizadas.

Operacionalmente, a REDE TCHÊ começou a funcionar no dia 13 de março de 1993, em caráter experimental. Foi oficializada no dia 1º de dezembro de 1993, através da assinatura do convênio de implantação e operação, firmado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico com o Estado do Rio Grande do Sul - com interveniência da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Santa Maria e a Fundação Universidade do Rio Grande.

Todos os recursos financeiros, na ordem de US\$ 1.200.000, que viabilizaram a aquisição e instalação dos equipamentos foram repassados pela FAPERGS.

Museu de Ciência e Tecnologia

Em novembro de 1991, foi aberta ao público a experiência-piloto do Projeto Museu de C e T. No centro vida, foram instalados um laboratório de computação, um laboratório de ciências, uma área para exposições itinerantes e um miniauditório com equipamentos audiovisuais.

O trabalho com o público (realização de palestras, experiências, exposições) é realizado por estudantes universitários (bolsistas de iniciação científica da FAPERGS).

O espaço destinado às exposições, objetivando a troca, a divulgação e a aproximação do pesquisador à comunidade, já foi ocupado por diversas instituições.

O Módulo I tem ampliado alternativas ao público do Centro VIDA, bem como aos alunos de 1º e 2º graus de escolas, tanto de Porto Alegre quanto de outros municípios do Estado,

mantendo uma média mensal de 960 alunos; conta com o apoio da FAPERGS, METROPLAN, Brigada Militar, CREA, TVE, de algumas empresas privadas, da própria Secretaria e com o apoio de vários grupos técnico-científicos formados por professores das universidades do Estado.

Qualidade RS

O Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade visa a sistematizar (ordenando, articulando, divulgando e promovendo) as iniciativas voltadas ao aprimoramento da qualidade e ao aumento da produtividade, com o conseqüente acréscimo da competitividade dos produtos e serviços gerados pelas empresas gaúchas. O programa, no entanto, não é do governo. É de toda sociedade rio-grandense. É um programa de adesão.

Em ação conjunta entre as Secretarias de Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento Econômico e Social, foi lançado o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade em 15 de outubro de 1993. Embora sendo concebido e lançado pelo Poder Público, está fortemente vinculado a todo o setor produtivo do Rio Grande do Sul, tanto público quanto privado.

Lançado como base de um Rio Grande moderno, o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade está devidamente estruturado, com seus comitês setoriais e gerais, já tendo realizada a sua primeira avaliação com mais de 300 empresas das 500 que assinaram o termo de adesão ao Programa.

Concluído também está o planejamento das ações do PGP para 1995.

Recursos Minerais

O programa consiste em viabilizar a preservação das reservas fósseis de madeira petrificada, cujas ocorrências possam servir a estudos e pesquisas, ao mesmo tempo em que desenvolve ações no sentido de definir os principais gargalos tecnológicos relativos à mineração e lapidação de pedras preciosas no Estado.

Na área do carvão, a Secretaria tem atuado nos foros em que se discutem os problemas relacionados com esse recurso mineral, especialmente no que se refere ao seu aproveitamento e implicações ambientais.

Na área de pedras preciosas, foram realizados cursos sobre conhecimento geral das gemas, engenharia e segurança do trabalho e métodos de lavra. Os três primeiros municípios atendidos foram Ametista do Sul, Iraí e Rodeio Bonito, dirigido a professores municipais e profissionais que atuam no ramo. A Secretaria de Ciência e Tecnologia desenvolve

curso em conjunto com a Universidade Integrada de Frederico Westphalen, tendo como docentes especialistas da UFRGS (Departamentos de Geologia e Engenharia de Minas e Medicina) FEPAM, FUNDACENTRO (Ministério do Trabalho) e Departamento Nacional de Produção Mineral.

Na área de água subterrânea, foram realizados seminários juntos aos Conselhos de Desenvolvimento Regional do Alto Jacuí, Alto Uruguai, Missões e Fronteira Noroeste, totalizando 85 municípios, com objetivo de transmitir conhecimentos básicos sobre o aproveitamento para fins de abastecimento das populações e sua utilização no processo de desenvolvimento do setor agropecuário do Estado.

Para 1995, prevê-se atender os demais Conselhos de Desenvolvimento Regional, abrangendo todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC

A Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC, foi criada pela Lei no. 6370, de 06 de junho de 1972, com o objetivo de substituir o Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul - ITERS-, nas tarefas relacionadas ao desenvolvimento tecnológico de nosso Estado e do País.

Compete à CIENTEC promover e executar medidas que propiciem a expansão do desenvolvimento tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul, da mesma maneira que funcionar como laboratório e consultoria técnica oficiais do Estado.

O ITERS, desde a sua criação, pelo Decreto-Lei no. 282, de 11 de dezembro de 1942, como autarquia estadual, vinha executando trabalhos de pesquisa tecnológica, de assistência técnica às indústrias, promovendo cursos de aperfeiçoamento tecnológico e, ainda, desenvolvendo atividades didáticas.

O Governo Collares encontrou a CIENTEC com carência de equipamentos e materiais para os diversos laboratórios, bem como de suporte técnico-administrativo, além de paralisada a construção do prédio do Departamento de Processos/Administração.

Apesar de já estarem adquiridos os principais equipamentos, faltava a construção do prédio para viabilizar a planta multipropósito de Química Fina.

No período de 1991 a 1994, a CIENTEC conseguiu viabilizar a conclusão do prédio do Departamento de Processos/Administração - Campus de Cachoeirinha; a implantação do Laboratório de Interferência Eletromagnética e do Laboratório de Eletroeletrônica; a reformulação do projeto do prédio de Química Fina; a compra de equipamentos e remodelação de laboratórios (Química-Fina, Química Orgânica,

Vidros e outros) e a elaboração e implantação do Plano Diretor de Informática (PDI), com aquisição de computadores e programas, bem como treinamento de pessoal da áreas-fim e meio. Também foi informatizado o Departamento de Informação, com integração a Redes Regionais (TCHÊ) e Internacional (INTERNET). Essas ações, de cunho administrativo, eram indispensáveis para o desenvolvimento da política de ciência e tecnologia do Estado, na Fundação.

As novas diretrizes adotadas pelo Governo Federal no sentido de acelerar o processo de crescimento do País assinalavam que somente o progresso científico e tecnológico poderia consolidar o desenvolvimento brasileiro. Diante dessas novas perspectivas, as instituições científicas e tecnológicas tiveram que se adequar aos horizontes nacionais, que se ampliaram e se modificaram de forma radical.

Hoje, a Fundação de Ciência e Tecnologia possui um amplo quadro de técnicos e especialistas, além da infra-estrutura necessária, capaz de encontrar soluções possíveis e adequadas a cada um dos casos a que for chamada a cooperar tecnologicamente, especialmente nas áreas de química industrial, energia, agroindústria, construção civil e tecnologia ambiental, que se constituem nos 5 programas de atuação da CIENTEC. O investimento no período 91/94 perfaz o montante de aproximadamente R\$ 15.000.000,00.

Dessa forma, quando uma empresa solicita à CIENTEC auxílio tecnológico, por exemplo, através do exame de um determinado material que apresenta problemas, o programa correspondente é acionado para prestar todas as informações solicitadas.

Mas os programas ainda fazem mais: identificam áreas onde o desenvolvimento tecnológico é condição necessária, direta ou indiretamente, para a melhoria do bem-estar social, elaboram projetos de pesquisa e desenvolvimento que, em algumas vezes, levam à construção de equipamentos protótipos ou plantas-piloto para testar, demonstrar e transferir essas tecnologias às empresas interessadas.

Através dos serviços realizados pelos departamentos, a CIENTEC emite em média 7.500 laudos técnicos, anualmente. A Instituição ao atuar como "Laboratório Oficial do Estado" presta assistência tecnológica ao setor produtivo, mediante a realização de análises, testes e ensaios laboratoriais. Atualmente, está sendo implantado o Sistema da Qualidade na CIENTEC, de modo a permitir o credenciamento da entidade junto a organismos nacionais e internacionais.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

A CIENTEC destaca como prioridade no período 91/94 o Programa de Química Industrial - PROQUIN.

O Programa tem como metas fundamentais a realização de: pesquisa e desenvolvimento de processos e de produtos da indústria química, estudos de reações químicas, estudos de processos de separação de produtos e purificação de reagentes, projetos e otimização de rotas químicas com o objetivo de desenvolver processos químicos para a obtenção de produtos.

O Programa de Química Industrial dispõe de um laboratório de reatores e cinética aplicada e está ultimando a montagem de uma planta-piloto multipropósito, bem como os laboratórios de processos de separação, de desenvolvimento, de análises e de simulação, visando à implantação de um Centro de Química Fina.

Uma vez concluída a montagem da infra-estrutura mencionada, o programa estará em condições de melhor atender a demanda de pesquisas do setor privado, tanto das indústrias químicas e de indústrias correlatas, como de áreas específicas e de ponta.

Os projetos em execução no PROQUIN referem-se ao desenvolvimento de processos na Área de Química Fina para obtenção de insumos farmacêuticos, purificação de reagentes usados na síntese de fármacos e isomerização da corrente petroquímica C4.

O Programa de Química Industrial possui propostas de projetos, objetivando desenvolver metodologia para identificação rápida, eficiente e de baixo custo de resinas, plásticos e elastômeros, visando a atender às indústrias de 3ª geração do Pólo Petroquímico do RS.

Os recursos investidos no período perfazem o montante de R\$ 4.000.000,00.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

Além do desenvolvimento do Programa de Química Industrial, no ano de 1994, a CIENTEC promoveu e executou ações visando difundir os Programas de Energia, Agroindústria, Construção Civil e Tecnologia Ambiental.

Programa Energia - PENERG - Tem por objetivos desenvolver tecnologias que possibilitem o melhor aproveitamento dos recursos energéticos, tais como: carvão, biomassas e resíduos industriais e prestar serviços de consultoria e assistência técnica ao parque industrial rio-grandense e nacional.

As linhas de pesquisa do programa são de médio e longo prazo, principalmente nos processos de P&D, onde o produto final é uma tecnologia a ser transferida ao setor produtivo.

As linhas de pesquisas, definidas pelo PENERG para o triênio 93/95, concentram-se na continuidade de desenvolvimento dos processos, que a CIENTEC, tradicionalmente, vem-se dedicando nas últimas duas décadas, a saber:

- Linha de Gaseificação - que visa ao desenvolvimento de processos para geração de gás combustível de baixo poder calorífico a partir de biomassas e turfa em escala piloto, geração de gás de médio poder calorífico a partir de carvão mineral em escala semi-industrial e processos de dessulfuração do gás, gerado a partir de carvão mineral, com diferentes teores de enxofre. Os projetos em execução contam com a participação da Indústria Cerâmica de Santa Catarina, Companhia Carbonífera do Cambuí - Paraná, Centrais Hidroelétricas de São Francisco, Cia. Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Shell Internacional e Shell do Brasil; e financiamentos da FAPERGS e Banco Mundial;
- Linha de Combustão - que busca desenvolver processos de dessulfuração do gás de exaustão de fornalhas e caldeiras, do chamado leito fluidizado circulante para carvão mineral aplicado a geração de vapor e a incineração de resíduos industriais, com absoluto controle de emissões. Os projetos desenvolvidos: estudo da combustão com dessulfuração do carvão da Cia. Carbonífera do Cambuí - Paraná; estudo técnico-econômico, junto com a Prefeitura de Mostardas, CEEE e Secretaria de Minas, Energia e Comunicação, para a implantação de uma pequena usina termoelétrica em Mostardas, utilizando cavaco de madeira como combustível; estudo, em planta de bancada, da fluidodinâmica do leito fluidizado circulante em convênio com a UFRGS e UNICAMP;
- Linha de Pirólise - que desenvolve processo pirolítico, para obtenção de produtos líquidos a partir de carvão mineral, utilizando retortas em leito fluidizado;
- Linha de Conservação de Energia - onde tem concentrado seus estudos na utilização de combustíveis nacionais, em especial GLP, residencial e industrial;
- Linha de Caracterização de Carvão Mineral - que se ocupa do estudo da fusibilidade das cinzas, do aproveitamento do material mineral e da análise petrográfica;
- Linha de Lavra e Mineração - que realiza estudos a nível de desenvolvimento de "software" na área de mineração em câmaras e pilares e minas de multicamadas de carvão. Há projetos em andamento referentes a estudos do comportamento da mineração em camadas múltiplas, sob o ponto de vista da

mecânica das rochas e suas implicações futuras. Projeto financiado pelo PADCT;

- Linha de Beneficiamento de Carvão - estudo do comportamento da cinza do carvão, quando submetida a altas temperaturas que objetiva determinar quais os processos que permitem a utilização do carvão, sem que haja fusão das cinzas. Este projeto é financiado pela FAPERGS.

Propostas em análise de projetos do Programa Energia: o GMPCD - II - Produção de gás de médio poder calorífico dessulfurado - GMPCD, na fase II, que trata da dessulfuração externa ao reator, em continuação ao trabalho GMPCD fase I (Projeto FAPERGS), que versou sobre a dessulfuração "in situ" ao gaseificador e a petrografia que analisará o potencial de utilização de carvão mineral a luz de novas técnicas petrográficas.

Programa Agroindústria - PROAGI - Atua no sentido de auxiliar o desenvolvimento tecnológico do setor agroindustrial do Rio Grande do Sul.

Considerando a capacitação técnica da CIENTEC nesta área e o atual contexto imposto pelo Código de Defesa do Consumidor, Programas de Qualidade e Produtividade (Nacional e Gaúcho) e queda das barreiras alfandegárias no MERCOSUL, o PROAGI definiu, como prioritário, atuar no controle da qualidade de alimentos, na elaboração e implementação de programas de higiene e sanitização no processamento e conservação de alimentos, na realização de estudos relativos ao desenvolvimento e melhoria de produtos agroindustriais e na realização de projetos de desenvolvimento e melhoria de máquinas e implementos agrícolas, bem como na coleta e disseminação de informações em ciência e tecnologia para o setor de maquinaria agrícola.

Os projetos em execução no Programa Agroindústria são desenvolvidos visando: a) ao controle da qualidade da merenda escolar distribuída no Rio Grande do Sul - convênio com a Fundação de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação e Cultura; b) ao controle da qualidade dos produtos da Sacola Econômica do SESI no Rio Grande do Sul - convênio com o Serviço Social da Indústria - Departamento RS; c) ao desenvolvimento de metodologias analíticas por espectrometria de absorção atômica de aditivos incidentais em bebidas (sucos e vinhos) e alimentos - Projeto FAPERGS - Empresa participante: Vinícola Aurora; d) ao controle interlaboratorial das condições de precisão e reprodutibilidade das análises realizadas nos laboratórios de bromatologia de 20 entidades (universidades, empresas públicas e privadas) e desenvolvimento de novas metodologias para análise de alimentos; e) ao controle interlaboratorial de metodologias de análises microbiológicas em alimentos, desenvolvido com a participação de 14 entidades (universidades, empresas públicas e privadas), f) ao

credenciamento de indústrias de arroz parboilizado para a obtenção do Selo da Qualidade ABIAP - Associação Brasileira das Indústrias de Arroz Parboilizado.

No Programa Agroindústria há propostas de projetos que se destinam ao desenvolvimento de tecnologia, visando à intensificação do uso de resíduos agrícolas amoníados na alimentação animal. Há, ainda, propostas no tocante à montagem de uma base de dados de patentes na área de maquinaria agrícola, com o objetivo de disseminar informações tecnológicas que possam representar melhoria do produto do setor. Outras duas propostas buscam o desenvolvimento de fertilizante nitrogenado líquido por meio do tratamento de lignina celulósica com amônia, e a montagem de um catálogo de padrões de referência para elementos observados na análise microscópica de alimentos.

Os recursos investidos no programa, em 1994, foram R\$ 3.294,00.

Programa da Construção Civil - As atividades relacionadas com engenharia civil são coordenadas pelo PROGRAMA CONSTRUÇÃO CIVIL - PROCON, que tem como objetivo fundamental contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, principalmente em termos habitacionais, sem desprezar os aspectos quantitativos (déficit habitacional existente) e de custos.

O Programa Construção Civil foi criado em 1981, atuando nas formas de consultoria, pesquisa e desenvolvimento.

Hoje, o PROCON desenvolve ações nas linhas julgadas mais relevantes em termos da situação atual da construção civil no Rio Grande do Sul, tais como estradas, novos materiais e produtos de construção civil, sistemas e processos construtivos, e conservação de energia nas edificações/conforto ambiental.

Os projetos em execução no Programa de Construção Civil dizem respeito à avaliação do desempenho térmico, lumínico e acústico de um protótipo de prédio escolar, com 72m² de área, localizado junto à Escola Estadual Felipe de Oliveira, em Porto Alegre. Visam, ainda, a desenvolver um material de construção alternativo - tijolo maciço, que atenda às especificações técnicas e seja de baixo custo, utilizando misturas de cales e rejeitos industriais provenientes da queima de carvão mineral - cinzas volantes e pesadas, e desenvolver processo e produto, para a obtenção de um aglomerante com características intermediárias entre a cal aérea e o cimento.

O Programa de Construção Civil tem estudos que objetivam a caracterização para aproveitamento tecnológico das argilas de candiota, carta ruído para a cidade de Porto Alegre e a ação do vento em paredes de alvenaria não armadas.

Os recursos investidos em 1994 foram de R\$ 46.312,39.

Programa de Tecnologia Ambiental da CIENTEC - PROTAM - Tem a seu cargo, estudos, projetos e pesquisas científicas e tecnológicas que objetivem a proteção, melhoria ou recuperação do meio ambiente.

Neste sentido, realiza projetos de engenharia básica de unidades de tratamento de efluentes industriais, estuda as possibilidades de recuperação de áreas agrícolas e de minas, além de promover testes e ensaios laboratoriais e de plantas-piloto, para tratamento de efluentes.

Para avaliação da poluição, o Programa analisa e determina os parâmetros dos efluentes hídricos, realiza medições da poluição aérea industrial e avalia os resultados dos estudos de impacto ambiental e o balanço global dos materiais poluentes em áreas determinadas. Estuda, também, os processos de tratamento de efluentes industriais ou domésticos, os sistemas de reciclagem e de economia de água e de aproveitamento de subprodutos, atuando, ainda, no desenvolvimento de novas tecnologias, nas várias operações de tratamento de efluentes hídricos.

O Programa tem por finalidade avaliar, de forma sistemática, os resíduos dos defensivos agrícolas e outros contaminantes, a partir da análise do solo, água e materiais biológicos.

Finalmente, o Programa presta consultoria a outros órgãos e segmentos do Estado (Órgãos dos Poderes Executivos e Legislativo) e do setor privado na área de gestão e legislação, relativa aos recursos naturais e poluição. Exemplificativamente, pode-se mencionar: assessoramento ao Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul - CONRHIRGS, e a Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul - CODEMA-FIERGS; colaboração na elaboração de legislação relativa a resíduos sólidos e na regulamentação do art. 171 da Constituição Estadual; cursos de economia ambiental; participação nos Conselhos Diretores dos Comitês Sinos e Gravataí, etc.

Por tudo isto, o Programa Tecnologia Ambiental se apresenta como um importante suporte, na defesa do meio ambiente, ante a evolução da poluição, em todas as suas formas.

Os projetos em execução no Programa de Tecnologia Ambiental são atinentes: a) montagem de laboratório de simulação de processos e desenvolvimento de modelo de dispersão atmosférica, utilizando dados do RIMA de Candiota; b) consultoria a órgãos governamentais e do setor privado na área de gestão e legislação relativa aos recursos naturais e poluição; c) criação e instalação de uma Área Ambiental

Multipropósito (AAMP) no Campus da CIENTEC em Cachoeirinha;
d) avaliação da qualidade das águas superficiais da região do Baixo Jacuí - RS.

Foram investidos no PROTAN em 1994 R\$ 262.289,17.

Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO

A pesquisa agropecuária do Estado, tem há muito contribuído para o desenvolvimento do setor na economia gaúcha através da geração e transferência de tecnologia nas áreas: agrônômica, veterinária, zootécnica e de recursos naturais renováveis.

Nos últimos anos, entretanto, a pesquisa agropecuária vivenciou uma forte crise, protagonizada pela falta de uma política específica, levando à indefinição institucional e funcional os servidores e pesquisadores desta área; sucateamento das instalações e equipamentos apropriados à pesquisa e recursos financeiros para o desenvolvimento de tão importante segmento da economia.

Esta situação permaneceu inalterada até a Reforma Administrativa do Governo Collares, quando num primeiro momento pela Lei 9435, de 27 de novembro de 1991, a pesquisa agropecuária foi incorporada à CIENTEC. Esta medida, contudo, não atendia às necessidades da pesquisa agropecuária, uma vez que o problema da situação funcional e a liberação de recursos financeiros não estavam contempladas.

Em 7 de outubro de 1993, é criado o Quadro Especial em Extinção, lotado na Secretaria de Ciência e Tecnologia, para alocar os servidores dedicados à pesquisa agropecuária, oriundos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

A partir da criação da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO - , pela Lei nº 10096 de 31/01/94 foi efetivamente iniciado o processo para reverter tal situação, destacando-se a estruturação através de: - elaboração do estatuto, regimento interno e plano de cargos e funções, cedência dos servidores da Secretaria de Ciência e Tecnologia à FEPAGRO, estruturação e ativação do Conselho de Pesquisa e continuidade dos projetos de pesquisa e desenvolvimento.

ATUAÇÃO

As atividades da FEPAGRO em 1994 foram norteadas pelas prioridades básicas da instituição, levando-se em conta o momento de estruturação e a escassez de recursos financeiros. A FEPAGRO contou, basicamente, com recursos próprios gerados pelo excedente da pesquisa e prestação de serviços.

Destacaram-se assim as seguintes ações:

Definição do Programa de Pesquisa dos Institutos:

- Instituto de Pesquisas Agronômicas - IPAGRO -

Ao IPAGRO compete desenvolver tecnologias para as culturas gaúchas de interesse do Rio Grande do Sul como soja, trigo, milho, feijão, sorgo, olerícolas, frutíferas, videira, mandioca, citrus, batata e outras. Além dos fatores que se relacionam com plantas como o solo, clima, sementes, pragas, moléstia, inoculantes, fertilizantes e corretivos.

Ao IPAGRO estão vinculadas nove estações experimentais, além de laboratórios nos quais são realizados projetos de pesquisa, produção e prestação de serviços. Encontram-se em desenvolvimento projetos nas áreas de produção de sementes e grãos de soja/ feijão/milho/trigo; sementes de alho/cebola, sorgo, mudas de citrus, muda de fruteiras, inoculantes, vinho, mel, mudas e sementes medicinais. Nos laboratórios, são realizadas análises de solo, emissão de boletins meteorológicos, análise de sanidade de sementes, recomendações para controle de insetos, etc.

No campo da Biotecnologia foi montado um laboratório com verbas da FEPAGRO, CIENTEC e FAPERGS, no valor em R\$ 21.157.

Foram aprovados pela FAPERGS sete projetos, num valor total R\$ 161.880,80, para recuperação de laboratório de sementes, melhoramento genético e manejo de apiários, frigoconservação de maçãs, e desenvolvimento e avaliação de cultivares de soja.

Encontra-se em fase de liberação de recursos a instalação de projetos agroindustriais na Estação Experimental de Caxias do Sul, em parceria com o Conselho de Desenvolvimento da Serra e Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, no valor de R\$ 400.000.

Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor - IPVDF

O Programa de Pesquisa do IPVDF está alicerçado em quatro grandes linhas, a saber:

Sanidade Animal- que realiza pesquisa e diagnóstico nas atividades prevalentes e exóticas dos animais domésticos de interesse econômico designados como pecuária e animais de granja.

Imunobiologia, que desenvolve e produz imunógenos e insumos para diagnóstico de enfermidades e presta assessoria aos programas de sanidade animal.

Alimentos de Origem Animal - que presta apoio laboratorial ao serviço de inspeção de alimentos de origem animal industrializados ou "in natura", carne e leite. Assessoria a abatedouros, frigoríficos, cooperativas e outras agroindústrias.

Desenvolvimento de medicamentos e insumos aplicados à saúde e produção animal.

O IPVDF tem em desenvolvimento 38 projetos de pesquisa. Recebeu da FAPERGS, dentro do programa em recuperação dos centros de pesquisa, U\$ 135.000 para os projetos na Sanidade Animal, com 9 subprojetos, e na melhoria de técnicas para diagnóstico de viroses de importância para RS, com 3 subprojetos.

Instituto de Pesquisa Zootécnica Francisco Osório - IPZFO

Dedica-se à pesquisa em animais ruminantes, não-ruminantes, forrageiras e pesca e aquacultura.

Estão vinculadas ao IPZFO, nove estações experimentais e o Laboratório de Nutrição Animal.

Atualmente, desenvolve 40 projetos financiados pela FAPERGS, e os demais em parceria com associações de criadores e EMBRAPA.

Dos projetos em andamento, entre outros, pode-se destacar: teste de avaliação de bovinos de corte a campo, das raças Hereford, Stª Gertrudes e Devon; sistema de seleção de bovinos de corte, baseado no teste de progenic, na raça Santa Gertrudes; avaliação de sistemas de produção de forragem para terminação de novilhos; congelação de embriões bovinos pelos métodos rápido e ultra-rápido de doadores e receptoras e avaliação dos sistemas intensivos de criação de suínos ao ar livre (plain air).

Instituto de Pesquisa de Recursos Naturais Renováveis Ataliba Paz - IPRNRAP -

Tem como objetivo a pesquisa básica e aplicada nas áreas de conservação de solos, reflorestamento, plantas nativas e exóticas e sementes florestais.

A Estação Experimental de Santa Maria, a partir de 1994, Sede do IPRNRAP, tem atuado no desenvolvimento de projetos de Estudo Florístico e Fitossociológico da região.

Os projetos e estudos de conservação do solo têm sido realizados em parceria com a UFRGS, tratando em especial da determinação da perda de solo por erosão sob chuva natural, rotação de culturas, etc.

Seleção das Estações Experimentais Centrais

A FEPAGRO na sua estrutura conta com 22 estações experimentais distribuídas pelo Estado. Dentro da sua política administrativa, foram selecionadas 7 estações, sob critérios de condições de infra-estrutura, localização etc., para atuarem como pólo de pesquisa; são elas: Estação Experimental Central de São Gabriel, de Santa Maria, de Júlio de Castilhos, de Taquari, de Caxias do Sul, de Viamão e de Eldorado do Sul. São Gabriel e Taquari já estão sendo implantadas.

Articulação Institucional

No ano de 94, a FEPAGRO procurou manter e ampliar as relações com outras instituições ligadas ao setor. Entre estas ações destacam-se: parceria em projetos de pesquisa com a EMBRAPA; acordo ou cooperação técnica com a EMBRAPA dentro do Programa 15, que prevê o apoio aos Sistemas Estaduais de Pesquisa e Acordo de Cooperação Técnica com a FURG na área de pesca e aquacultura.

Como destaque maior, foi assinado o acordo de parceria entre a iniciativa privada (Sindicatos Rurais) e os órgãos governamentais (EMATER, Prefeituras), destinado ao desenvolvimento de projetos integrados, e criação de centros de treinamento para difusão de tecnologia. As estações experimentais envolvidas neste trabalho são de Dom Pedrito, Tupanciretã, Hulha Negra e São Borja.

Difusão de Tecnologia

A difusão da Tecnologia gerada pela pesquisa foi realizada neste ano cumprindo o calendário de eventos implantado, no qual constam dias de campo, cursos, reuniões técnicas promovidas pela FEPAGRO. Também foi definido o lançamento semestral da revista da FEPAGRO, visando à publicação e divulgação dos resultados da pesquisa. Salienta-se, também, o 1º Encontro Estadual de Plantas Medicinais.

Treinamento de Recursos Humanos

Dentro do Programa Estadual de Qualidade e Produtividade foram treinadas 27 pessoas a nível de gerência e pesquisadores. Para o desenvolvimento institucional, com apoio da EMBRAPA, foram treinados 12 técnicos na área de planejamento estratégico, difusão de tecnologia, captação de recursos, articulação institucional, documentação e informação.

Recursos Investidos

Neste ano, a FEPAGRO não dispôs de recursos para investimento significativos, uma vez que da receita total de R\$ 520.000,00, R\$ 450.000,00 são oriundos de recursos próprios, comprometidos com a manutenção e projetos em andamento, e apenas R\$ 70.000,00 do Tesouro do Estado. Com aprovação pela FAPERGS, foram financiados projetos de pesquisa no valor de R\$ 500.000.

Estes valores indicam que a pesquisa agropecuária necessita, com urgência, de recursos financeiros, para estar, inserida como instituição executora de atividades de Pesquisa-Desenvolvimento na área agropecuária.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, instituída pela Lei 4920, de 31 de dezembro de 1964, destina-se a fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, mediante o custeio de projetos de pesquisa, individuais ou institucionais, oficiais ou particulares, julgados aconselháveis por seus órgãos competentes.

O Governo Collares lançou o Programa de Fomento à Ciência e Tecnologia da FAPERGS, oriundo de uma ampla discussão pela comunidade científica e tecnológica. O programa era dividido em três grandes áreas: Modernização Tecnológica - Desenvolvimento Econômico, Social e Regional - Infra-estrutura de Pesquisa em C + T. Cada área composta de vários subprogramas, com data estipulada de lançamento do Edital, de entrega dos projetos e da contratação dos projetos aprovados.

O Programa da FAPERGS estava previsto iniciar em nov/92 e terminar em dez/93, e como não foram repassados todos os recursos, o Programa avançou no ano de 1994.

Como os valores repassados à FAPERGS foram inferiores aos previstos, a programação sofreu atrasos, devendo parte dos Editais componentes do Programa ainda não serem concluídos em 1994, devendo entrar em 1995.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

Foram lançados, e avaliados projetos dentro dos seguintes Editais:

Programa de Modernização Tecnológica na Área Primária e Agroindustrial.

coerência de atitudes, investindo no conhecimento e fazendo de cada CLIENTE um parceiro e um amigo";

CONCLUI-SE que os tópicos a seguir arrolados permitem caracterizar como altamente satisfatório o atendimento da demanda da sociedade nos quase quatro anos de Governo:

SCT

- Implantação dos Pólos de Modernização Tecnológica, dentro dos preceitos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, na condição, talvez, da maior obra de engenharia político-administrativa do Estado;
- Implantação da REDE TCHÊ, com 83 pontos, ligando centros de pesquisa e de ensino do Estado com o mundo, com recursos da FAPERGS, ampliando a expressão do direito fundamental de ir-e-vir; e
- Estabelecimento com parcerias do setor público e privado do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - QUALIDADE RS -, como nova forma para fazer frente, competitivamente, ao realinhamento dos blocos econômicos mundiais.

FAPERGS

- Repasses de recursos ímpares na história do Estado, com posição de destaque no "ranking" nacional, demonstrando, na prática, quanto se acredita na resposta dos investimentos em C + T; e
- consagração do conceito de Editais, como meio de atendimento às vocações, oportunidades e necessidades do Rio Grande, com orientação ao fomento tecnológico em detrimento de ações mais acadêmicas.

FEPAGRO

- Resgate da atividade da pesquisa agropecuária nos quatro institutos - IPAGRO, IPZFO, IPRNRAP e IPVDF - através de desenvolvimento de atividades, em 22 Estações Experimentais, voltadas às condições sócio-econômico-edafo-climáticas de cada região do Estado; e
- recuperação das condições de trabalho, com adequação de salários de pesquisadores e pessoal de apoio a níveis dignos.

CIENTEC

- Respaldo ao setor produtivo industrial e a atividades governamentais, permitindo paralelamente que os recursos gerados fossem reinvestido. na atividade de pesquisa tecnológica; desenvolvimento experimental; análises, testes e ensaios; e assessoramento técnico permitindo a independência de recursos de custeio operacional e de investimentos em relação ao caixa da Secretaria da Fazenda, tendo como respostas:

- * o incremento à qualificação de técnicos em cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado;
- * um altíssimo nível de informatização;
- * a conclusão de laboratórios de primeira hierarquia em nível mundial, como de Interferência Eletromagnética e o de Alimentos;
- * a continuidade na aquisição de equipamentos de laboratórios e de unidades de experimentação na área de Química Fina, culminando com o início - com recursos plenamente disponíveis para conclusão - de um Centro;
- * repasse do conhecimento gerado em áreas como Alimentos, Meio Ambiente, Construção Civil, Eletroeletrônica, Química e Energia, com destaque nesta, a transferência de tecnologias de combustão e gaseificação em leito fluidizado; e
- * estabelecimento da base para que seja ousada a efetivação, no Campus de Cachoeirinha, uma Tecnópole ou entidade estadual universitária de C + T.

Pelo exposto, RECOMENDA-SE utilizar a mesma premissa que os representantes do Governo Collares utilizaram no gerenciamento da Ciência e Tecnologia: continuidade, com busca de parcerias e valorização dos recursos humanos.

3 . 8 - SECRETARIA

DOS TRANSPORTES (ST)

3.8 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES

À Secretaria dos Transportes, órgão da administração direta do Estado do Rio Grande do Sul, compete orientar, coordenar e executar a política dos transportes, através das seguintes áreas de atuação:

- planejamento do setor transporte;
- construção, conservação e fiscalização da estrutura viária; e,
- concessão e fiscalização dos serviços de transporte.

A estrutura organizacional da Secretaria dos Transportes, sinteticamente, compreende:

- os órgãos de nível estratégico ou de direção superior: Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria de Relações Públicas e Assessoria de Comunicação; e,
- os órgãos de nível tático ou de supervisão: Departamento Técnico, Departamento de Coordenação e Departamento Administrativo e Financeiro.

Além desses, são órgãos vinculados à Secretaria dos Transportes o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER, o Departamento de Portos, Rios e Canais - DEPRC, o Departamento Aeroviário do Estado - DAE e a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA; os quais executam suas tarefas na área rodoviária, hidroviária e aeroviária, em sintonia com as diretrizes emanadas pela Secretaria.

Com relação à situação do setor de transporte, tem-se a considerar que a interdependência entre o sistema de transporte e as necessidades e os objetivos do país, apenas enfatiza a característica do transporte como atividade-meio.

Não obstante os êxitos alcançados pela política de transportes na década de 70, o setor conviveu com problemas que, em razão da escassez de recursos e da postergação de soluções, têm se agravado no final da década de 80 e início dos anos 90.

No início da década de 90, com a introdução do chamado Plano Verão do Governo Collor, ocorreu uma desestruturação do setor transporte, principalmente na área institucional e de planejamento, com a extinção de órgãos públicos que administravam importantes setores do sistema, tais como: a PORTOBRAS, na área portuária; a SUNAMAN, na marinha mercante; e a EBTU, no transporte urbano.

Acompanhou uma deterioração crescente do capital fixo de todas as modalidades - rodoviário, ferroviário e hidroviário, decorrente das deficiências de conservação e manutenção.

As medidas tomadas afetaram não somente o setor de transporte, mas a economia como um todo, provocando o início de um período recessivo, de baixo consumo, com desaquecimento interno e perda de competitividade no comércio internacional.

Essa estagnação resultou numa busca incessante pelo segmento empresarial de uma maior eficiência e alta produtividade, que levasse a uma redução de custos, para tornar-se competitivo a nível de mercado internacional. Um setor que sofreu muito nesse novo cenário foi o de transportes, que também necessitou fazer reformulações no que tange ao seu modus-operandi, organização, gerenciamento e legal.

Dentro desse contexto, observou-se no Estado uma transferência das cargas das modalidades hidroviária e ferroviária para a rodoviária, em função da maior capacidade e rapidez de adaptação às transformações havidas. Para exemplificar, apresenta-se a repartição modal das cargas destinadas ao porto de Rio Grande, as quais correspondem a um dos principais fluxos de transporte do Estado.

REPARTIÇÃO MODAL DAS CARGAS DESTINADAS AO PORTO DE RIO GRANDE

MODALIDADE	1988		1990		1993	
	1000t	%	1000t	%	1000t	%
HIDROVIÁRIO	3.075	40	3.304	40	2.442	28
FERROVIÁRIO	1.918	25	1.734	21	1.325	16
RODOVIÁRIO	2.274	30	2.808	34	4.267	51
DUTOVIÁRIO	411	5	400	5	370	4

A navegação interior do Rio Grande do Sul, mesmo sendo uma das mais importantes, pois responde por cerca de 45% do transporte de cargas flúvio-lacustres do país, enfrenta uma série de dificuldades causadas pela: inexistência de uma legislação específica, deficiência crônica de infra-estrutura adequada e dificuldades na integração com segmentos terrestres do sistema. A extinção dos mecanismos de financiamento, com subsídios, para a construção e manutenção da frota de embarcações, aliada à diminuição da demanda de cargas cativas da modalidade, fizeram com que houvesse uma queda acentuada no transporte, com transferência e sucateamento de parte da frota que operava aqui no Estado. O transporte de cargas nas hidrovias que no final da década de 80 havia alcançado a marca de 8 milhões de toneladas, hoje decresceu para o patamar de 5.2 milhões de toneladas.

Quanto ao sistema portuário, apresenta uma série de distorções que ainda perduram, causadas em grande parte, por uma legislação ultrapassada e inadequada às exigências do comércio e do transporte aquaviário. Desta forma, observa-se uma baixa produtividade nas operações de transferência de mercadorias e uma reduzida participação da iniciativa privada nos investimentos em instalações e nos serviços portuários.

Em 1993 foi aprovada a Lei 8.630/93, denominada Lei de Modernização Portuária, que tem como objeto uma reformulação do sistema portuário, quer no âmbito institucional, organizacional ou operacional. Todavia, é importante ressaltar, que a aplicação desta lei nos portos administrados pelo DEPRC, sem a necessária cautela para ensejar a transição, poderá trazer grave repercussão no sentido financeiro, administrativo, operacional e social no Estado. Como preconiza a imediata privatização da operação portuária, acarretará drástica transferência de receitas do DEPRC para a iniciativa privada, sem a correspondente desoneração de seus encargos, sem considerar o risco de caos operacional por ausência de normas e órgãos indispensáveis à coordenação dos protagonistas das várias etapas de movimentação de mercadorias.

No que tange ao transporte rodoviário, apresenta até hoje, insuficiência gerencial e operativa entre as autarquias e instituições nos três níveis de governo; ineficiência energética de grande parcela da frota de ônibus e caminhões; e, deficiência na sinalização das vias, o que contribui para o elevado número de acidentes e aumento nos custos de transporte.

A malha rodoviária pavimentada do Estado totaliza cerca de 9.495km, conforme pode-se visualizar no quadro baixo, com uma densidade de 33,6 km/1000 km², que é considerada baixa se comparada aos demais estados da Região Sul.

AREA (km ²)	MALHA PAVIMENTADA (km)			DENSIDADE (km/1000km ²)
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
282.184	4.980	4.192	323	33,60

O estado de conservação da rede é deficiente, principalmente se considerada a rede federal que, abrangendo os principais corredores de transporte, é a mais solicitada. Conforme levantamento efetuado pelo DNER, em meados de 1993, 50% da malha estava em bom estado, 31% considerada regular e 19% em má estado. A rede estadual apresenta percentuais muito semelhantes a estes, segundo levantamento do DAER.

O transporte ferroviário, que no Estado é explorado pela Rede Ferroviária Federal, apresentou baixo rendimento econômico, agravado pelo transporte nos trechos de reduzidas

densidades de carga associadas às características desfavoráveis do traçado das vias.

O movimento de cargas tem se mantido praticamente estável ao longo dos últimos dez anos, situando-se num nível próximo dos 6 milhões de toneladas/ano, em decorrência da falta de investimentos na infra-estrutura viária e frota.

REALIZAÇÕES DO PERÍODO 91/94

Secretaria dos Transportes

No transcorrer deste governo, a Secretaria responsável pela implementação da política dos transportes no Estado, desenvolveu importantes ações no campo institucional, organizacional e operacional.

Com o intuito de incentivar e consolidar a integração entre os diversos modos de transporte que operam no Estado, a Secretaria dos Transportes teve uma participação através da:

- instituição do Programa Coordenação de Corredores de Exportação e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul - COREX/RS, em substituição a programa similar antes gerido pelo Governo Federal, com o objetivo de racionalizar o escoamento da safra de grãos agrícolas do Estado, basicamente, através da ordenação dos fluxos de transporte para os terminais portuários, em função das programações de embarques nos navios e da capacidade de armazenagem, e da identificação das disfunções e pontos críticos existentes no sistema;
- estabelecimento de negociações com o Ministério dos Transportes, para renovação do Contrato de Concessão dos portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, que resultaram na prorrogação por mais 2,5 anos;
- implantação do porto de Cachoeira do Sul, visando estabelecer as bases de um futuro terminal rodo-ferro-hidroviário, que se constituirá num polo de integração intermodal do novo corredor de transporte para atendimento à região noroeste do Estado. Para a construção deste porto, foram feitas negociações junto ao Governo Federal, para a cedência da área destinada ao porto; junto aos Órgãos ligados a preservação do meio ambiente, para obtenção de autorização para o uso da área; junto ao 10. Batalhão Ferroviário, para estabelecimento de convênio para a construção do cais; e, junto a Assembléia Legislativa, para a aprovação deste convênio;
- formalização do interesse do Estado, perante o Governo Federal, para absorção da estrutura da extinta PORTOBRAS,

responsável pelas administrações do porto de Estrela e das hidrovias do Jacuí e Taquarí.

A consolidação da estratégia de ação baseada na participação efetiva na política de integração com os estados da Região Sul e com os países vizinhos integrantes do MERCOSUL, foi implementada através de:

- no âmbito do CODESUL, realização de reuniões de trabalho, com técnicos das Secretarias de Transportes e de Planejamento dos estados de Santa Catarina e Paraná, com o intuito de estabelecer as prioridades regionais do setor de transporte, dentro do Programa de Ações Integradas do Sul - PAIS e dos subprogramas: Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Sul - PDRI, Sistema Integrado de Pleitos - SIP e Programa de Ação e Coordenação Integrada - ACIN;
- também no âmbito do CODESUL, realização de reuniões com o Conselho Regional dos Empresários do Nordeste da Argentina - CRECENEA, buscando o desenvolvimento integrado dos municípios fronteiriços do Brasil e Argentina;
- no âmbito da Comissão de Desenvolvimento da Navegação da Bacia Platina - CODENAP, participação nos trabalhos, conjuntamente com representantes dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e, agora, Mato Grosso, que visam o desenvolvimento integrado da navegação nas hidrovias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai;
- estabelecimento de negociações com representantes da Câmara Paraguaia de Exportadores de Cereais e Oleaginosas - CAPECO, visando operacionalizar o escoamento da safra de soja paraguaia e, conseqüentemente, ampliar a área de influência dos portos gaúchos;
- participação efetiva nas reuniões tripartites com representantes das regiões fronteiriças do Brasil, Argentina e Paraguai, para formular um acordo de cooperação para racionalização das operações de transportes de cargas transitárias por estas regiões; e,
- quantificação da oferta de transporte hidroviário nas travessias internacionais, na região do Alto Uruguai, e elaboração de estudo de alternativas para suprir a deficiência operacional entre São Borja e São Tomé.

A nível de relações internacionais com a Europa, foram estabelecidas negociações com o Instituto per la Riconstruzione Industriale - IRI, holding das empresas estatais italianas, que culminaram com a realização de um Seminário internacional Brasil-Itália, com participação também dos países do Prata, no qual foram abordados os temas: comparação entre a integração econômica européia e o MERCOSUL; a ligação das bacias Ibicuí e Jacuí como fator de

integração; e, os melhoramentos no setor portuário com vistas ao atendimento da demanda gerada pelo MERCOSUL. Deste entendimento resultou a constituição de grupos de trabalho setoriais, coordenados pela Secretaria dos Transportes, com participação de técnicos das demais Secretarias de Estado, das estatais italianas e do setor empresarial privado, para apresentação dos projetos prioritários do Rio Grande do Sul, abertos a apoio ou participação italiana.

Com vistas à melhoria da segurança de tráfego nas rodovias gaúchas, foi lançada a Campanha RODO-VIDA, com ampla divulgação nos meios de comunicação. Também foi realizado o I Seminário Internacional de Segurança nas Estradas do MERCOSUL, com participação de experts do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

A Secretaria deu apoio a estudo elaborado pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Pelotas, intitulado "Modelo de Gerenciamento de Estradas Municipais para as Prefeituras do Interior do Estado". Também designou uma equipe para o desenvolvimento de uma nova metodologia de cálculo tarifário para o transporte de passageiros de ônibus intermunicipais.

Com o intuito de estabelecer um amplo e preciso diagnóstico sobre a real situação dos Órgãos vinculados, que permitisse promover as alterações e reformulações necessárias para modernizá-los e revitalizá-los, a Secretaria dos Transportes licitou e contratou auditorias operativas, tendo sido concluídas até então as do DAER e do DEPRC. No momento, ambas estão em análise, sendo que no DAER já foi constituído um grupo de trabalho com a finalidade de propor as reformulações necessárias.

Atendendo diretrizes políticas fixadas pelo Governo, referentes à reforma administrativa, foi proposta uma reformulação da estrutura organizacional da Secretaria, com o intuito de adequá-la as funções exercidas atualmente. Após a realização de análises e estudos aprofundados, sob a orientação de técnicos especializados, foi elaborado um anteprojeto de lei dispendo sobre a nova estrutura, o qual foi encaminhado à Secretaria de Planejamento para consolidação e encaminhamento à Assembléia Legislativa para aprovação. Todavia, como o projeto ainda não foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, sua implementação vem sendo prejudicada.

Através dos órgãos modais, vinculados à Secretaria: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER, Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA, Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC e Departamento Aeroviário do Estado DAE; foram desenvolvidas as seguintes ações:

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

O DAER, autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes, tem como principais atribuições estudar, projetar, implantar, melhorar e conservar as rodovias estaduais; disciplinar e fiscalizar o uso destas estradas; prestar assistência técnica aos municípios; e, executar obras por delegação do Departamento Nacional de estradas de Rodagem - DNER.

Mantém em atividade 17 unidades de conservação, localizadas em pontos estratégicos do Estado, incumbidas de promover a conservação e melhoramentos das rodovias da malha estadual, cuja extensão alcança mais de 12,0 mil quilômetros, sendo cerca de 5,0 mil pavimentados. Além disso, busca implantar novas rodovias e melhorar a rede estadual, realizando serviços de terraplenagem, pavimentação e obras de arte, proporcionando condições de trafegabilidade, com segurança e conforto ao usuário.

Com o objetivo de recuperar o pavimento das rodovias, o DAER deflagrou uma ampla operação, denominada de Tapa-Buraco, cobrindo toda a malha estadual e, recentemente, iniciou um outro programa emergencial para a recuperação daquele, tendo adquirido massa asfáltica para o início das obras em oito trechos, numa extensão total de 188 quilômetros. Lançou, também, um amplo programa de sinalização horizontal das estradas, o qual deverá completar 500 quilômetros neste segundo semestre de 1994.

Nesta gestão, período de mar/91 a ago/94, o DAER contratou a construção de 1.870 km de rodovias e de 2.230 m de obras de arte especiais, correspondendo a um investimento global de R\$ 820 milhões. Até o final de 1994, terão sido concluídos cerca de 630 km de pista simples e mais 30km de rodovias com pistas duplas, além de 1.380m de obras de arte. Os investimentos realizados perfazem cerca de R\$ 345 milhões.

No quadro a seguir, são apresentados os principais quantitativos anuais de construção e de investimentos.

		1991	1992	1993	1994 (1)
PISTA DUPLA	km	3,5	15,3	5,3	6,0
PISTA SIMPLES	km	163,5	78,9	153,7	230,0
RESTAURAÇÃO	km	3,9	-	8,6	14,0
OBRAS DE ARTE	m	543,0	414,0	427,0	-
INVESTIMENTO(*)	R\$	90,0	55,0	55,0	145,0
(em construção)					

(1) dados projetados até dez/94.

* Em milhões.

Dentre as inúmeras obras rodoviárias sobressaem-se a pavimentação da RST-101, no trecho Palmares - Mostardas, atendendo a uma antiga reivindicação da região, que a denominava "Estrada do Inferno" devido às dificuldades de tráfego; a duplicação da RS-235, entre Gramado e Canela; e, a conclusão da ponte sobre o rio Jacuí, na RS-401.

Com relação aos projetos de engenharia, foram concluídos 140 projetos rodoviários, totalizando 2.450 km, e elaborados os ante-projetos para travessias internacionais no Rio Uruguai. No momento, estão sendo executados 75 projetos, que correspondem a mais 1.650 km de rodovias.

O DAER desenvolveu o Programa de Estradas Coletoras, visando atender os municípios com ligação precária à malha estadual pavimentada. As rodovias contempladas neste programa, com baixo volume de tráfego, têm custos de construção menores, em decorrência das características técnicas admitidas, ou seja, largura de pista de 6m e acostamento suficiente para a contenção lateral. Os investimentos previstos para os 18 trechos em execução, perfazendo um total de 308 km, e elaboração dos projetos de engenharia de outros 32 trechos, num total de 281 km, alcançam a soma de R\$ 25 milhões.

Também foi desenvolvido o Programa de Pavimentação Poliédrica, que prevê o revestimento das estradas com pedras irregulares justapostas, assentadas sobre um colchão de solo e contidas lateralmente por cordões de pedra. O custo de construção, da ordem de R\$ 16.000/km, é bastante baixo, e prevê a participação do DAER (65%) e do município (35%). Até o momento, a extensão conveniada com os 25 municípios totaliza 170 km, correspondendo a um investimento de R\$ 3 milhões.

O DAER vem negociando dois programas com financiamento externo: o Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais - PNMRE e o Programa de Construção de Corredores de Transporte do Estado.

- O PNMRE prevê a restauração de 850Km de rodovias, recapeamento de mais 1.150 Km e manutenção rotineira de 4.200km, com um custo total para desenvolvimento de projetos e obras orçado em R\$ 150 milhões, sendo 50% do Banco Mundial e 50% a contrapartida do Estado.
- Já o segundo Programa, negociado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, prevê a pavimentação de 900Km de rodovias, visando complementar os corredores de transportes do Estado. Os investimentos estão estimados em R\$ 270 milhões, com 50% do BID e 50% do Estado.

Por determinação do Secretário, foi instituído o Programa de Pedágio com o intuito de arrecadar fundos para a conservação das rodovias estaduais. A primeira praça foi implantada há 2 anos na RS-135, trecho Passo Fundo-Erechim, com investimento de R\$ 300 mil. No período, a arrecadação alcançou mais de R\$ 2 milhões e permitiu a restauração de 24km (80%) da rodovia, além da conservação rotineira, a pintura e colocação de placas referente à sinalização horizontal e vertical e obras nos trevos de acesso à Tapejara, Coxilha e Sertão. Antes do final do ano, entrarão em operação duas outras praças de pedágio na RS-240/122, trecho Vila Scharlau - Rincão do Cascalho, e RS-239, trecho Sapiranga - entroncamento com BR-116, cujo investimento totalizou R\$ 1,0 milhão. A receita mensal nestes postos está estimada em R\$ 550 mil e R\$ 400 mil, respectivamente, e possibilitará, além da conservação e sinalização, a duplicação das pistas.

Nesta gestão foi também concluído o Plano Diretor Rodoviário do Estado; iniciada a pesquisa para aplicação de pavimentos mais econômicos, juntamente com a UFRGS; e, foi implantado o método de pré-gerenciamento de pavimentos VIZIR, que compreende o levantamento visual sistematizado da rede pavimentada, com o intuito de determinar as necessidades e prioridades das ações.

No tocante ao controle e segurança de tráfego rodoviário, destacam-se a realização de patrulhamento rodoviário, a construção de postos policiais e, especificamente, no que se refere à fiscalização do transporte de carga, foram implantadas 5 balanças fixas nas rodovias RS-122, RS-509, RS-324, RS-101 e BR-153, além de adquiridos 5 conjuntos de balanças móveis para as Residências de Esteio, Santa Cruz do Sul, Cruz Alta e Santa Rosa.

Com relação ao transporte intermunicipal de passageiros, no qual o DAER atua como órgão normatizador e fiscalizador, destacam-se: implantação de 13 terminais rodoviários; acréscimo de 274 linhas intermunicipais; implantação de 2.100 novos horários de linhas, representando um acréscimo de 15%; renovação de 21% da frota com aquisição de 1.079 ônibus novos; interdição e retirada da frota de 703 ônibus; além de fiscalização e vistoria em 7.412 ônibus da frota e de 278 terminais de passageiros. No período 91/94, foram transportados mais de 800 milhões de passageiros.

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA

A CINTEA, empresa pública responsável pela execução de obras nas estradas vicinais no Estado Rio Grande do Sul, atua em conjunto com os municípios gaúchos, os quais são seus acionistas.

A CINTEA visa consolidar a malha vicinal, assegurando trafegabilidade permanente de veículos a custos mais baixos de transporte; integrar esta malha às rodovias troncais estaduais, possibilitando o escoamento da zona produtora aos centros de armazenamento e comercialização dos produtos.

No decorrer deste governo foram realizadas 367 obras, beneficiando 173 municípios, assim discriminadas:

- Construção de estradas não-pavimentadas 123 km
- Reconstrução de estradas não-pavimentadas . 2.997 km
- Aterros e terraplenagem 226.400 m³
- Pontes pré-moldadas 400 m
- Obras de arte especiais 78 m

No momento, encontram-se em andamento a construção de mais 455 km de rodovias e 48.000 m³ de aterros, em 55 municípios.

Os principais serviços realizados pela CINTEA, no período 1991/94, estão apresentados no quadro seguinte:

		1991	1992	1993	1994(1)
CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS	km	62	28	17	16
RECONSTRUÇÃO DE ESTRADAS	km	775	776	761	685
ATERROS E TERRAPLENAGEM	m ³	106.250	46.000	59.150	15.000
OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	m	-	-	27	51
PONTES PRÉ-MOLDADAS	m	263	28	-	109

(1) dados projetados até dez/94.

Os investimentos efetuados estão estimados em R\$ 45 milhões.

Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC

O DEPRC, autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes, tem como atribuições a administração dos portos organizados de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, bem como o planejamento e execução dos serviços concernentes à construção, melhoramento, ampliação, conservação, demarcação e balizamento dos portos, canais de acesso e vias fluviais e lacustres da malha hidroviária do estado.

A administração dos portos, a execução dos serviços de dragagem e balizamento dos canais interiores e a manutenção da barra do Rio Grande são feitos por concessão federal ao Estado, a qual foi renovada no corrente ano, por mais 2,5 anos, após negociações entabuladas com o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes.

Para cumprimento de suas atribuições, o DEPRC conta com cinco unidades, coordenadas pela Direção Geral: a Administração do Porto de Rio Grande, a Administração do Porto de Porto Alegre, a Administração do Porto de Pelotas, a Administração dos Serviços Delegados e a Administração de Vias Fluviais.

O ano de 1991, caracterizou-se por uma profunda alteração administrativa no DEPRC, em consequência do Decreto Estadual no. 33.992/91 que transferiu a sede da Autarquia para a cidade de Rio Grande, de forma a agilizar as decisões e promover, em consequência, o desenvolvimento e a melhoria do desempenho operacional do porto.

Quando a atual administração assumiu o DEPRC, encontrou a Autarquia com suas finanças totalmente combalidas, o caixa zerado, as obrigações patronais atrasadas a mais de ano, o recolhimento das taxas federais, como o Adicional da Tarifa (ATP) e Fundo de Depreciação (FD) atrasados, também, cerca de um ano, e fornecedores com três meses de atraso.

A receita básica do DEPRC advém dos portos, cujos recursos para operacionalização tem sustentação no sistema tarifário - onde o porto de Rio Grande contribui com cerca de 85% da receita global, a qual mostra-se insuficiente para a cobertura das despesas de custeio e manutenção. A atual situação financeira da Autarquia, vem impedindo a implementação de projetos para o seu desenvolvimento.

O volume de cargas operado nestes portos tem se mantido estabilizado nos últimos 10 anos, em torno de 21 milhões de toneladas/ano e, dentre os produtos de maior movimentação, destacam-se a soja e derivados; o petróleo cru e produtos refinados; os fertilizantes e outros insumos agrícolas; além dos contêineres, devido ao valor unitário elevado das cargas.

O porto de Rio Grande que se constitui na principal unidade do DEPRC, possuindo as maiores e mais modernas

instalações, movimentada algo em torno de 11 milhões de toneladas/ano. É formado por três zonas principais: Porto Velho, Porto Novo e o Superporto, sendo que este último foi implantado na área de expansão e planejado para a construção de terminais individuais de alta capacidade e elevado rendimento, para a operação de navios de grande porte. Dentre os terminais sobressaem-se o Terminal de Trigo e Soja - TTS e o Terminal de Containeres - TECON.

Com a entrada em operação de mais dois terminais privativos nos embarques dos produtos do complexo soja, o TTS teve sua movimentação reduzida para algo em torno de 1,4 milhão de toneladas/ano, mas que representam ainda 40% dos embarques realizados. Os investimentos para recuperação de: uma torre sugadora, uma torre mista, do ship-loader, da correia do armazém horizontal e parte dos redutores dos silos verticais, totalizaram aproximadamente R\$ 500 mil.

O Terminal de Containeres, segundo em movimentação no país e com os melhores índices técnicos de desempenho operacional, está movimentando cerca de 110 mil TEU's (unidades equivalentes de vinte pés) por ano, valor muito próximo do seu limite de capacidade. Nesta gestão, foi ampliado o pátio de containeres na retro-área do terminal, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 150 mil.

O porto de Porto Alegre apresenta uma movimentação global da ordem de 11 milhões de toneladas/ano, isto considerando a sua zona de jurisdição, que inclui o terminal petroleiro de Tramandaí e o terminal do polo petroquímico, enquanto o porto de Pelotas movimenta cerca de 500 mil toneladas.

A Administração de Serviços Delegados efetuou a dragagem de 1,5 milhão m³ de lama e areia nos canais de acesso e bacias de evolução dos portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas; fez a manutenção de 215 sinais de balizamento na Lagoa dos Patos e Guaíba. Efetuiu também o plantio de 32.000 mudas de arbustos para fixação das dunas no lado leste da Barra de Rio Grande; manutenção dos dois molhes da Barra, com lançamento de 1.000 t de blocos e pedras; recuperação de 1.750m de linhas férreas; e, docagem e reparação em seco de duas drágas.

A Administração de Vias Fluviais, responsável pela manutenção de vias navegáveis do interior, dragou 150.000 m³ de areia e cascalho nos rios Jacuí e Taquari. No Estaleiro de Triunfo fez a manutenção dos meios flutuantes. Efetuiu a manutenção da sinalização náutica nos rios Jacuí e Taquari e a operação das estações hidro-meteorológicas.

Todavia, devido ao assoreamento dos canais de acesso, houve uma redução do calado do porto de Rio Grande para 36 pés e do porto de Porto Alegre para 16 pés. Com os serviços de dragagem realizados, restabeleceu-se o calado de Porto

Alegre para 17 pés e recuperou-se parcialmente o de Rio Grande para 38 pés. No momento, está sendo negociada a contratação de empresa, em caráter emergencial, para a dragagem de 2 milhões de m³ do canal de acesso à Rio Grande, cujo custo está orçado em R\$ 8 milhões, com o intuito de restabelecer o calado original de 40 pés.

A obra de vulto nesta área, refere-se a dragagem de 150 mil m³ do canal e do porto de Barra Falsa, em São José do Norte, para o escoamento da produção local de arroz, com um custo de R\$ 470 mil.

Neste governo, foi implantada a 1ª. fase do porto de Cachoeira do Sul, que consiste, basicamente, de uma plataforma de concreto com 70 m de comprimento, apoiada em tubulões. A obra foi realizada pelo 10. Batalhão Ferroviário e os investimentos alcançaram R\$ 1,5 milhão. Este porto foi idealizado como um novo entroncamento rodo-ferro-hidroviário, parte de outro corredor de transporte, alternativo para o escoamento da safra gaúcha.

Departamento Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul - DAE

O Departamento Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul - DAE tem como principais atribuições: estudar e organizar o Plano Aeroviário; elaborar programas de expansão e desenvolvimento dos transportes aéreos; executar a política aeroportuária e aeroviária; administrar, planejar, projetar, construir e conservar a rede aeroportuária; e, realizar a manutenção e operar a frota aérea oficial.

A política de atuação do DAE, no que se refere aos aeroportos, insere-se dentro da política nacional aeroportuária, definida no Plano Aeroviário, onde ficam estabelecidas as responsabilidades a plano federal, estadual e municipal. Desta forma, cabe ao DAE a construção, manutenção, desenvolvimento e administração de um sistema de aeroportos classificados como regionais e sub-regionais, ficando para o Ministério da Aeronáutica os de Porto Alegre, Uruguaiana, Bagé e Pelotas, juntamente com as bases aéreas. Os demais são de responsabilidade dos municípios, com suporte técnico do DAE.

As principais atividades desenvolvidas e os investimentos realizados, no período março/91 a outubro/94, foram os seguintes:

- Construção do HANGAR DO DAE, no Aeroporto Internacional Salgado Filho e pavimentação do pátio de estacionamento de aeronaves, com a aplicação de recursos da ordem de R\$ 820 mil.

- **Aeroporto Regional de Passo Fundo:** pavimentação do prolongamento da pista; sinalização noturna em 500m de pista; construção de reservatório e sistema de abastecimento de água; iluminação do pátio de estacionamento de aeronaves; e, construção da residência da administração, totalizando cerca de R\$ 260 mil.
- **Aeródromo de Carazinho:** terraplenagem da pista; drenagem e pavimentação da pista; e, pátio de estacionamento de aeronaves, com investimentos de R\$ 1,45 milhão.
- **Aeroporto Regional de Caxias do Sul:** sinalização noturna; reforma do terminal de passageiros; iluminação do pátio de estacionamento de aeronaves; e, projeto de reforço estrutural da pista, com investimento de R\$ 290 mil.
- **Aeroporto Regional de Rio Grande:** reforma e ampliação do terminal de passageiros e escolha de área para futura implantação de novo aeroporto cargueiro, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 120 mil.
- **Aeroporto Regional de Santo Ângelo:** elaboração de projeto e início das obras de reforma e ampliação da pista e pátio de estacionamento, com investimentos previstos de R\$ 2.35 milhões.
- **Aeródromo de Alegrete:** pavimentação da pista, com aplicação de recursos de R\$ 650 mil.
- **Aeródromo de Horizontina:** elaboração de projeto e obras de pavimentação da pista e pátio de estacionamento de aeronaves, no valor de R\$ 470 mil.
- **Aeródromo de Belém Novo:** restauração do acesso em revestimento primário e ampliação da pista de taxiamento para 500m, no valor de R\$ 165 mil.

No tocante aos planos e projetos, foram elaborados:

- Planos de Desenvolvimento dos aeródromos de Santo Ângelo, Três Passos, Cachoeira do Sul, São Sepé, Jaguarão, Brechim, Itaqui e Cidreira.
- Projetos de engenharia para pavimentação dos aeródromos de Cachoeira do Sul, São Sepé, Horizontina e Cidreira; de iluminação dos pátios de estacionamento de aeronaves de Passo Fundo, Caxias do Sul e Santo Ângelo; e, de reforço do pavimento do aeroporto de Caxias do Sul para operação de Boeing 737-500.

Com relação a frota de aeronaves, foram realizadas:

- reforma do interior de todas as aeronaves;
- instalação de radar meteorológico a cores em três aeronaves;
- instalação de modernos instrumentos de navegação e comunicação (GPS) em toda a frota;
- aquisição de motores novos, para os monomotores e o Navajo; e revisão geral das turbinas dos helicópteros e do Xingu.

Por fim, ressaltam-se as ações de grande alcance social, como:

- intensificação dos vãos de transporte de feridos e doentes;
- transporte de órgãos humanos para transplantes; e, serviço de busca e salvamento em apoio as atividades da Brigada Militar, especialmente durante a Operação Golfinho.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994.

Secretaria dos Transportes

A continuidade do Programa Coordenação dos Corredores de Exportação e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul - COREX/RS, proporcionou resultados bastante expressivos no ano de 1994, considerando que o escoamento da safra agrícola através do porto de Rio Grande ocorreu dentro da maior normalidade, sem os percalços observados nos anos anteriores. Para tanto, foi fundamental a observância das decisões tomadas nas reuniões semanais de programação de embarque, em conjunto com representantes do porto, dos transportadores e dos exportadores. A exportação dos produtos do complexo soja - grão, farelo e óleo -, principal fluxo de transporte, alcançou o montante de 3,7 milhões de toneladas, sem a ocorrência de filas de caminhões, vagões e chatas e de problemas de armazenamento no porto.

Os esforços da Coordenação do Corredor juntamente com a Direção do DEPRC, resultaram na liberação de verbas para a recuperação de equipamentos do Terminal Trigo e Soja - TTS, o qual operou regularmente, sem as paradas prejudiciais ao embarque dos produtos. Ressalte-se que o TTS, terminal público, operado pelo DEPRC, é responsável pelo escoamento de 40% da soja em grão e farelo de soja.

Em 1994, foi concluída a primeira fase do porto de Cachoeira do Sul, que compreende a construção de 70m de cais,

para acostamento das embarcações fluviais. Esse terminal, futuramente deverá operar como um entroncamento rodo-ferro-hidroviário, atendendo os fluxos de exportação/importação da região noroeste do Estado. No momento, a Secretaria tem se mobilizado para viabilizar a construção do acesso rodoviário ao terminal. Com relação ao Contrato de Concessão dos portos gaúchos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, foi renovado pelo Ministério dos Transportes, por um período de 2,5 anos.

Neste último ano, a Secretaria dos Transportes deu seguimento as ações relacionadas a integração com os Estados do Sul e os países do vizinhos, com participação ativa nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do CODESUL e MERCOSUL. Outra ação nesse sentido, que merece destaque, refere-se a representação do Estado na Comissão de Desenvolvimento da Navegação da Bacia Platina - CODENAP, que visa uma atuação conjunta dos Secretários dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e, agora, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, para o desenvolvimento integrado da navegação nas hidrovias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai.

Os entendimentos com o IRI, holding das empresas estatais italianas, também tiveram prosseguimento. Em setembro do corrente ano, foram promovidas reuniões de trabalho com dirigentes do Grupo IRI e de estatais italianas para aprofundamento das análises dos projetos prioritários apresentados em 1993 e apresentação de outros projetos de interesse do Estado.

Com base nos resultados da auditoria operativa procedida no DAER, foi constituído um grupo de trabalho, para análise dos resultados e implementação das alterações necessárias para a reformulação do órgão.

As ações, a nível de execução, foram efetivadas pelos órgãos modais vinculados à Secretaria, conforme apresenta-se a seguir.

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

No transcorrer de 1994, o DAER realizou a conservação rotineira das rodovias da malha estadual, que perfazem mais de 12 mil km de extensão, dos quais 5 mil pavimentados, através das suas 17 Residências, que atuam como frentes de trabalho regionalizadas.

Com o objetivo de recuperar o pavimento das rodovias, o DAER deflagrou uma ampla operação denominada Tapa-Buraco, cobrindo toda a malha estadual e, recentemente, iniciou um outro programa emergencial para recuperação de pavimentos, tendo adquirido massa asfáltica para início das obras em oito trechos, numa extensão total de 188 quilômetros. Lançou também, um amplo programa de sinalização horizontal das

estradas, o qual deverá completar 500 quilômetros neste segundo semestre de 1994.

Ainda nesta área de atuação, o DAER negociou com o Banco Mundial o financiamento para a restauração e manutenção preventiva do pavimento das estradas, através do Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais - PNMRE. Todavia, a liberação dos recursos estava vinculada a negociação da rolagem da dívida do Estado com o Governo Federal, fato este que prejudicou a implementação do projeto. Dentro deste programa, foram licitados três trechos rodoviários.

Objetivando a ampliação da rede rodoviária pavimentada, em 1994, foram concluídas cerca de 230km de rodovias com pista simples e 6 km de rodovias com pistas duplas, além de restaurados mais 14 km.

Dentro do Programa de Estradas Coletoras, instituído em 1993 para atendimento dos municípios com ligação precária a malha, foram contratados 18 trechos, num total de 308km. Foram também contratados os projetos de 32 trechos, correspondentes a mais 281km.

Quanto ao Programa de Pavimentação Poliédrica, também instituído em 1993, e que prevê o revestimento das estradas com pedras regulares justapostas, foram conveniados com 25 municípios a construção de 170 km.

Buscando atingir este objetivo de ampliação da rede pavimentada, o DAER também vem negociando com o BID, o Programa de Construção de Corredores de Transporte, para a pavimentação de 900km, com investimentos de R\$ 270 milhões. Este programa sofreu os mesmos percalços do PNMRE e teve sua implementação prejudicada.

Dando continuidade ao Programa de Pedágio, cujos resultados apresentados pela primeira praça implantada em 1993 se mostraram altamente positivos, até o final do ano serão inaugurados mais dois postos na RS-240/122, trecho Vila Scharlau - Rincão do Cascalho, e RS-239, trecho Sapiranga - Entroncamento BR-116.

O DAER implantou um método de pré-gerenciamento de pavimentos, denominado VIZIR, que consiste no levantamento sistematizado da rede pavimentada, com o intuito de determinar as necessidades e prioridades das ações.

Sendo responsável pela fiscalização do transporte intermunicipal e metropolitano do Estado, no corrente ano o DAER, aprovou a criação de 27 linhas intermunicipais, implantou 95 novos horários de linhas, registrou 279 ônibus novos na frota e interditou para uso 148 ônibus. No total foram transportados cerca de 60 milhões de passageiros no

transporte intermunicipal e 150 milhões nas linhas metropolitanas.

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras - CINTEA

No decorrer de 1994, a CINTEA realizou aproximadamente 100 obras, beneficiando 66 municípios.

Com o objetivo de construir estradas vicinais foram executadas 16 km de rodovias não pavimentadas e, com vistas a assegurar o tráfego permanente de passageiros e o escoamento da produção local, foram construídos cerca de 685 quilômetros de rodovias.

Visando recuperar trechos de estradas vicinais aos níveis exigidos por esta categoria, de forma a assegurar o tráfego permanente de passageiros e o escoamento da produção local, foram reconstruídos cerca de 685km de rodovias.

Na atividade de construção de pontes convencionais e pré-moldadas, a CINTEA executou cerca de 51m e 109m, respectivamente.

E, por fim, na atividade de construção de aterros e execução de serviços de terraplenagem foram movimentados 15.000m³. No momento, encontram-se em andamento a construção de mais 455Km de rodovias e 48.000m³ de aterros, em 55 municípios.

Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC

Com o intuito de assegurar as condições de operação do mais importante terminal exportador de grãos do estado, o Terminal Trigo e Soja - TTS, localizado no porto de Rio Grande, foram realizados investimento no decorrer de 1994 na recuperação de uma torre sugadora, de uma torre mista, do ship-loader, da correia do armazém horizontal e parte dos redutores dos silos verticais.

Quanto ao Terminal de Contêineres, também em Rio Grande, o segundo em movimentação no país e com os melhores índices técnicos de desempenho operacional, foi ampliado o pátio de contêineres na retro-área do terminal.

Com o intuito de ampliar a infra-estrutura portuária do Estado, foi concluída a 1ª. fase do porto de Cachoeira do Sul.

Além disso, o DEPRC elaborou os editais para a licitação dos terminais fluviais para contêineres e cargas pesadas, nos portos de Porto Alegre e Rio Grande, delegando para a iniciativa privada a implantação e exploração dos mesmos.

Com relação a manutenção dos canais de acesso e bacias de evolução dos portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, a Administração de Serviços Delegados efetuou a dragagem de 500.000 m³ de lama e areia ; fez a manutenção de 215 sinais de balizamento na Lagoa dos Patos e Guaíba; manutenção dos dois molhes da Barra; e, docagem e reparação em seco de duas dragas.

A Administração de Vias Fluviais, responsável pela manutenção de vias navegáveis interior, dragou 150.000 m³ de areia e cascalho nos rios Jacuí e Taquari. No Estaleiro de Triunfo fez a manutenção dos meios flutuantes. Efetuou a manutenção da sinalização náutica nos rios Jacuí e Taquari e a operação das estações hidro-meteorológicas.

Departamento Aeroviário do Estado do Rio Grande do Sul - DAE

Visando ampliar e melhorar a rede de aeroportos/aeródromos do Estado o DAE realizou em 1994:

- Conclusão das obras do HANGAR DO DAE, no Aeroporto Internacional Salgado Filho e pavimentação do pátio de estacionamento de aeronaves.
- Aeroporto Regional de Passo Fundo: pavimentação do prolongamento da pista; sinalização noturna em 500m de pista; construção de reservatório e sistema de abastecimento de água; iluminação do pátio de estacionamento de aeronaves; e, construção da residência da administração.
- Aeródromo de Carazino: terraplenagem da pista drenagem e pavimentação da pista; e pátio de estacionamento de aeronaves.
- Aeroporto Regional de Caxias do Sul: sinalização noturna; reforma do terminal de passageiros; iluminação do pátio de estacionamento de aeronaves; e, projeto de reforço estrutural da pista.
- Aeroporto Regional de Rio Grande: reforma e ampliação do terminal de passageiros e escolha de área para futura implantação de novo aeroporto cargueiro.
- Aeroporto Regional de Santo Ângelo: elaboração de projeto e início das obras de reforma e ampliação da pista e pátio de estacionamento.
- Aeródromo de Alegrete: pavimentação da pista.
- Aeródromo de Horizontina: elaboração de projeto e obras de pavimentação da pista e pátio de estacionamento de aeronaves.

- **Aeródromo de Belém Novo:** restauração do acesso em revestimento primário e ampliação da pista de taxiamento para 500m.

No tocante aos planos e projetos, foram elaborados:

- Planos de Desenvolvimento dos aeródromos de Santo Ângelo, Três Passos, Cachoeira do Sul, São Sepé, Jaguarão, Erechim, Itaqui e Cidreira.
- Projetos de engenharia para pavimentação dos aeródromos de Cachoeira do Sul, São Sepé, Horizontina e Cidreira; de iluminação dos pátios de estacionamento de aeronaves de Passo Fundo, Caxias do Sul e Santo Ângelo; e, de reforço do pavimento do aeroporto de Caxias do Sul para operação de Boeing 737-500.

Visando manter em condições de operação a frota de aeronaves destinada aos serviços do Estado e de utilidade pública o DAE realizou:

- reforma do interior de todas as aeronaves;
- instalação de radar meteorológico a cores em três aeronaves;
- instalação de modernos instrumentos de navegação e comunicação (GPS) em toda a frota;
- aquisição de motores novos, para os monomotores e o Navajo; e revisão geral das turbinas dos helicópteros e do Kingu.

**3.9 - SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS
E COMUNICAÇÕES (SEMC)**

A área de atuação da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações está voltada, propor as diretrizes e normas da Política Energética do Estado, garantindo à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e à Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS) os papéis de agentes executivos de suas decisões; promover a expansão da eletrificação rural do Estado, bem como dar assistência ao cooperativismo de eletrificação e telefonia rural; realizar pesquisas e orientar a racional exploração do carvão mineral, além de outros recursos minerais de interesse do Estado, através da Companhia Riograndense de Mineração (CRM); promover o desenvolvimento de fontes alternativas de energia; promover a política de Telecomunicações do Estado, assegurando a sua execução através da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT); supervisionar e acompanhar a execução dos planos e programas das entidades vinculadas, visando a assegurar-lhes a máxima eficiência empresarial.

Quanto à situação no setor de competência desta Pasta, sabe-se que a forte contração da economia atingiu de forma significativa toda a área de infra-estrutura. A arrecadação do Estado mostrava-se insuficiente para atender a demanda de recursos financeiros necessários aos investimentos na infra-estrutura dos serviços de energia, minas e comunicações. Além disso, os baixos níveis tarifários praticados, definidos por políticas federais, agravavam a pouca capacidade de investimento das empresas públicas.

Neste contexto, as Empresas vinculadas a esta Secretaria apresentavam sérios problemas financeiros e operacionais, que estavam a exigir ações firmes do Estado em busca da recuperação de seus desempenhos e, por consequência, da sua imagem frente à sociedade.

A atual gestão da SEMC centrou sua atividade na coordenação e controle das Empresas vinculadas a esta Pasta. Problemas importantes foram solucionados junto ao Governo Federal, exigindo esforços de negociação por parte deste Governo.

No âmbito da Companhia Estadual de Energia Elétrica, as principais ações executadas pela Secretaria, em conjunto com a Empresa, visaram: o saneamento financeiro; o equacionamento das suas dívidas junto ao sistema integrado; a solução para o impasse da UTE Candiota III; a viabilização da construção da UHE Dona Francisca; a capacidade de investimento através de parcerias com os municípios; a instituição do Conselho dos Consumidores da CEEE.

As ações implementadas para o saneamento financeiro da CEEE, a partir da Lei nº 8631, de 04-03-93, que previa a recuperação tarifária e o equacionamento das dívidas junto ao sistema integrado, através da assinatura de um protocolo com o Ministério de Minas e Energia, culminaram com o pagamento integral da energia comprada a partir do segundo semestre de 1994. Com relação a UTE Candiota III, obra paralisada há mais de 10 anos, foi assinado um protocolo de entendimentos entre a União e o Estado definindo atribuições e responsabilidades objetivando equacionar a continuidade do projeto.

Quanto à usina hidrelétrica de Dona Francisca, primeira obra de geração de energia hidroelétrica de porte, a ser iniciada no Rio Grande do Sul desde 1979, esta Secretaria assumiu posição de coordenação do empreendimento, culminando com o envio do projeto de Lei para aprovação da Assembléia Legislativa do endividamento da Companhia nesta obra, na modalidade "turn-key", tendo obtido aprovação por unanimidade.

A SEMC manteve relação estreita com os municípios do Estado, na condução de alternativas para solução dos problemas regionais. Através de um programa de parceria com os municípios, encaminhou projetos de melhorias energéticas na Fronteira Oeste, na região de Mostardas, em Bojuru (São José do Norte), entre outros. Além disso, coordenou a instituição do Conselho de Consumidores da CEEE, a quem compete indicar e examinar problemas concernentes aos serviços de fornecimento de energia, na relação consumidor-empresa, visando ao aprimoramento dos serviços prestados pela CEEE.

No âmbito da Companhia Riograndense de Telecomunicações esta Secretaria atuou de forma decisiva nas políticas de telecomunicações, coordenando prioritariamente o Plano Estratégico da Empresa, que trata do Plano de Capitalização da Companhia, dos Planos de Expansão da planta telefônica e dos novos serviços.

O Estado do Rio Grande do Sul, particularmente na área de concessão da CRT, apresentava uma demanda de terminais telefônicos bastante reprimida. Assim, fez-se necessário o desencadeamento imediato da contratação de equipamentos e serviços que possibilitassem a expansão das telecomunicações à comunidade Gaúcha.

Neste quadro, esta Secretaria encaminhou projeto de Lei à Assembléia Legislativa, propondo Plano de Capitalização para possibilitar à CRT a expansão e melhoria dos serviços de telecomunicações e, principalmente, para fazer frente aos pagamentos do Plano 87, que prevê a automatização dos serviços telefônicos em 117 localidades e a digitalização e ampliação da rede interurbana da CRT. O Plano 87, assinado pela gestão anterior com uma série de problemas contratuais, foi equacionado no segundo semestre de 1994, através da

negociação de suas dívidas, possibilitando a continuação das obras a um custo menor.

Ainda com relação aos planos de expansão, as ações da SEMC junto à CRT foram decisivas para o cancelamento do procedimento licitatório do Plano 93, que previa a aquisição de 180.000 terminais convencionais, cotados a preços abusivos (média superior a US\$ 4.000 por terminal telefônico integrado). A nova licitação realizada pela Companhia resultou em uma aquisição de terminais com preços inferiores a US\$ 1.500.

A telefonia móvel celular, o serviço de comunicação de dados, assim como os novos serviços, passaram a ter uma posição de destaque nesta gestão, ampliando de forma significativa a previsão inicial. Este conjunto de ações fez com que o Governo tivesse seu trabalho na área de telecomunicações reconhecido publicamente, quando a CRT recebeu o prêmio da Revista Exame como a melhor Empresa de Serviços Públicos do País em 1993.

No âmbito da Companhia Riograndense de Mineração, as principais ações executadas pela Secretaria em conjunto com a Empresa, visaram ao redimensionamento da produção das minas, buscando sua otimização. Destacam-se também, as gestões realizadas para o desbloqueio das contas da Companhia, a partir da negociação da dívida contraída junto ao BID em 1981. Com o desbloqueio das contas, a CRM habilitou-se novamente para participar de licitações públicas, possibilitando, desta forma, ampliar seu mercado, com oportunidade de fornecimento de carvão para a Termoelétrica de Charqueadas e a Usina Termoelétrica de Jacuí I.

Quanto a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, Empresa constituída por este Governo, em 10-05-93, tendo como objetivo principal a distribuição de gás natural no Estado, esta Secretaria vem acompanhando passo a passo todas as suas ações.

Neste sentido, foi assinado um protocolo de compromisso entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e seu sócio, a Petrobrás Distribuidora S.A. - BR. Além disso, desenvolvem-se ações para a entrada de sócio privado, conforme compromisso em acordo de acionistas, e para a licitação das obras do gasoduto de distribuição do gás da Refinaria Alberto Pasqualini.

Esta Secretaria vem também agindo diretamente, em conjunto com a SULGÁS e a PETROBRÁS, com vistas à viabilização do fornecimento de gás natural para o Estado a partir da Argentina.

No âmbito institucional desta Secretaria, vigorosas ações permitiram alcançar os objetivos principais da Pasta,

traçando de forma mais racional as Políticas do Setor de Energia, Mineração e Telecomunicações.

Mesmo contando com poucos técnicos, escassos recursos orçamentários e inexistindo memórias técnicas, a Secretaria, em consonância com determinação Governamental, atuou na implantação da Reforma Administrativa. Para tanto, foi enviado à Assembléia Legislativa projeto de Lei com a proposta da nova estrutura organizacional da Secretaria, com ênfase nas suas atividades fins e prevendo resolver as deficiências no quadro permanente da Pasta. Infelizmente, da mesma forma que ocorreu com os demais Órgãos Estaduais, não se obteve a aprovação legislativa.

Nas Empresas vinculadas, a SEMC promoveu a realização de auditorias operativas, para o que foram contratadas empresas especializadas através de licitação pública. A partir dos diagnósticos, contratos de gestão e de resultados foram assinados, visando atingir às recomendações elencadas.

No setor de informática da Secretaria, foram contratados junto à PROCERGS equipamentos e serviços, possibilitando a informatização da rotina administrativa e o acesso aos principais sistemas integrados do Estado.

Em consonância com o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PGQP, foi implantado o PROSAC - Programa de Satisfação e Atenção ao Cliente, visando difundir a filosofia da Qualidade Total no âmbito das Empresas vinculadas da SEMC, otimizando os recursos existentes e estimulando iniciativas que busquem a plena satisfação dos Clientes.

Para tanto, foram criados Comitês de Qualidade, implantadas Unidades Gerenciais Piloto, realizados seminários de sensibilização, diversas palestras e modalidades de cursos, abrangendo a Secretaria e suas Empresas vinculadas, atingindo um número superior a 2.500 funcionários.

Na área de Assessoria Técnica aos municípios, também foram desenvolvidos importantes programas, tanto no fomento à produção mineral quanto no aproveitamento de potenciais energéticos.

As principais ações e atividades desenvolvidas junto ao setor mineral foram: o convênio com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, FEPAM, CIENTEC e METROPLAN para realizar o diagnóstico mineral; a divulgação de nossos recursos minerais através do I e II Salão de Pedras Preciosas e Ciclo de Palestras; a elaboração de projeto de Lei transferindo a concessão da fonte de Iraí para a Prefeitura Municipal; projeto de Lei regulando a circulação de recursos minerais e Assessoria Técnica a Prefeituras, CRDs e outros órgãos na área de mineração.

No setor energético, a SEMC firmou um acordo com a Comunidade Econômica Européia, objetivando o apoio técnico e financeiro a fundo perdido para executar um programa de desenvolvimento para a área de energia, baseado em uma menor dependência das importações, na valorização de seus recursos e na proteção do meio-ambiente. Esta pasta participou também da recuperação da Usina Termoelétrica Passo do Ajuricaba e da Usina Termoelétrica Usina Velha em Ijuí, aportando recursos financeiros e técnicos. Através de convênio com 18 instituições de ensino superior, vem elaborando o diagnóstico energético - ambiental dos municípios do Estado e formando técnicos em planejamento energético.

Em vista do grande potencial de energia eólica localizado no Litoral Sul, promoveu convênio para instalação de Usina Termoeólica ligada a Rede Pública de Energia Elétrica com a PAIOL - Pastoreio, Agropecuária, Indústria e Comércio Ltda.

Assim, em decorrência das inúmeras ações executadas por esta Pasta no setor de Energia, Mineração e Telecomunicações, este Governo estendeu benefícios a todos os Municípios do Estado nestas importantes áreas da infra-estrutura.

Destacam-se as ações já abordadas de equacionamento do endividamento das Empresas Estatais do Setor, seus planejamentos estratégicos e a ampliação de suas capacidades de investimentos.

Na área da Secretaria recomenda-se a continuação do Programa de Reforma Administrativa com a aprovação legislativa de sua estrutura básica e, por conseqüência, solução de seu quadro efetivo. É importante, também, a continuidade do PROSAC, uma vez que o Programa de Qualidade Total vem mudando a cultura das instituições para que busquem a plena satisfação de seus clientes.

Para aumentar o volume dos investimentos nas áreas desta Secretaria, recomenda-se o incentivo ao desenvolvimento de programas de parceria com os municípios e com a iniciativa privada, a exemplo do projeto elaborado por este Governo para a construção da UHE Dona Francisca.

Deve-se dar especial atenção a importantes atividades em andamento para que se concluam dentro das expectativas de Governo, para a melhoria das Empresas e com benefícios a toda a comunidade Gaúcha. Dentre estas atividades, destacam-se a Capitalização da CRT com vistas à expansão e melhoria de seus serviços; a solução definitiva de Candiota III junto ao Governo Federal e iniciativa privada; acompanhamento pela CRM dos processos licitatórios em andamento para fornecimento de carvão e o prosseguimento das tratativas com a Argentina para o fornecimento de Gás Natural ao Estado, a partir desse País.

Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE

O setor elétrico nacional é verticalmente integrado e centralizado, tendo no topo a ELETROBRÁS que coordena quatro concessionárias federais a quem cabem a geração e a transmissão inter-regional de grandes blocos de energia. Como está estruturado, o setor elétrico brasileiro necessita permanentemente de ações coordenadas sob o ponto de vista da operação do sistema, pois as empresas concessionárias integram-se através da interconexão de seus sistemas elétricos e da interdependência operativa. Esta compatibilização envolve a filosofia administrativa, a estratégia da expansão do sistema, sua operação, aproveitamento racional dos recursos hídricos e conservação de energia. Estas ações são executadas em organismos colegiados dos quais a CEEE faz parte: o GCPS - Grupo Coordenador do Planejamento do Sistema e GCOI-Grupo Coordenador para a Operação Interligada.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica, responsável pelo abastecimento de energia no âmbito estadual, integra o sistema interligado SUL/SUDESTE, que é coordenado pela ELETROSUL.

Compete à concessionária federal, através do intercâmbio de grandes blocos de energia, suplementar a geração própria da companhia estadual que distribui a energia a seus consumidores finais. Assim a CEEE detém contratos de suprimento com a Itaipu Binacional e com a ELETROSUL num montante de US\$ 300 milhões anuais, o que explica a importância de sua participação naqueles organismos colegiados.

Por oportuno cabe mencionar a atividade reguladora do Ministério de Minas e Energia pela definição dos níveis e das estruturas tarifárias que as concessionárias são obrigadas a praticar. O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE é o órgão do Ministério responsável pela homologação das tarifas de energia elétrica no país, necessárias a manutenção do equilíbrio financeiro das empresas concessionárias.

No ano de 1990 a Companhia Estadual de Energia Elétrica produzia 46% da energia elétrica consumida no Rio Grande do Sul. A compra de energia do Sistema Interligado era crescente, para atender os aumentos de consumo do mercado gaúcho. A expectativa de crescimento deste mercado era da ordem de 5% ao ano, enquanto os projetos de expansão da geração própria da CEEE estavam paralisados.

Quanto ao Sistema de Transmissão, a Companhia contava com 163 subestações, cuja potência nominal instalada atingia a 7.715 MVA. As linhas de transmissão somavam 9.329 Km. O Sistema encontrava-se sobrecarregado em algumas regiões do

Estado, causando demandas reprimidas especialmente de origem industrial.

Na área da distribuição de energia elétrica, a CEEE possuía um total de 115.541 km de redes, sendo 28.264 km de redes urbanas e 87.277 km de redes rurais. Estavam instalados 71.378 transformadores de distribuição com 2.580 MVA de potência. A Empresa atendia a 2.263.399 consumidores, com um consumo total de 11.458.876 MWh por ano. O Sistema de Distribuição também estava sobrecarregado, necessitando de novos investimentos.

O Setor Elétrico Nacional atravessava uma fase de difícil situação financeira resultante de vários fatores, entre os quais a contenção tarifária, verificada em todo o decênio anterior. Esta situação originava um descompasso entre as taxas de juros praticadas no mercado e as taxas de remuneração dos investimentos obtidos pela Companhia através da tarifa, não permitindo um retorno mínimo do capital investido. Além disto, o Setor convivia com contribuições sociais crescentes e incidências tributárias aumentadas pela eliminação do Imposto Único sobre Energia Elétrica.

Neste contexto as propostas de Governo centraram-se em debelar os problemas apontados pelo diagnóstico, no sentido do aumento da geração de energia elétrica própria da CEEE, da expansão dos Sistemas de Transmissão e de Distribuição de energia, propiciando a ampliação dos serviços tanto no meio urbano, quanto no meio rural.

Na área financeira, a proposta contemplava um programa de saneamento financeiro global e, em especial, visava reduzir a dívida da Companhia através de negociações da Conta de Resultados a Compensar - CRC.

Em maio de 1991 o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE autorizou a CEEE a proceder estudos de inventário hidrelétrico da bacia Taquari-Antas, objetivando investigar o potencial de geração desta bacia localizada na região Nordeste do Estado. O trabalho foi concluído em 1993 com a produção do Relatório Final do Estudo de Inventário da Bacia. A elaboração deste estudo custou US\$ 1 milhão aos cofres da Companhia, sendo identificados 57 aproveitamentos hídricos com uma potência instalável total de 1.100 MW. Além deste inventário, foram identificadas alternativas para ampliação do parque gerador de 3.450 MW, em aproveitamentos de grande, médio e pequeno portes.

Objetivando viabilizar os aproveitamentos hidrelétricos de menor porte, a CEEE desenvolveu projeto no sentido de automatizar as Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs. Em janeiro de 1992 a Usina Hidrelétrica Passo do Inferno, de 1.100 kW, foi automatizada, reduzindo o custo de geração de 28 US\$/MWh para 8 US\$/MWh. A segunda Usina a ser automatizada foi a de Guarita, de 1.700 kW, em outubro de 1993. O custo

passou de 28,5 US\$/MWh para 8,6 US\$/MWh. A Usina de Toca, automatizada em novembro de 1994, com 1.100 kW, reduziu seu custo de 38 US\$/MWh para 9 US\$/MWh. A relação custo benefício foi extremamente significativa, pois os três sistemas custaram US\$ 586 mil. Paralelamente, foi elaborado estudo inicial de viabilidade e de determinação dos recursos necessários, visando a automação das Usinas de maior porte do Sistema Jacuí: UHE Itaúba, UHE Passo Real e UHE Jacuí, e do Sistema Salto: UHE Bugres e UHE Canastra.

Em março/92 foi lançado o edital de concorrência para a execução da obra da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, com 125 MW de potência instalada, na modalidade "turn-key financiado". Em maio/94 foi assinado contrato comercial com o consórcio CONVISA, vencedor da licitação. O valor do empreendimento é de US\$ 249 milhões.

Em 1991 foi instituído um grupo de trabalho interministerial visando estudar alternativas para viabilização da Usina Termelétrica Candiota III -1ª. Unidade, com 350 MW de potência. Entre as alternativas elencadas foi eleita a que contemplava a parceria entre União, Estado do Rio Grande do Sul, CEEE e iniciativa privada. O valor estimado do investimento é da ordem de US\$ 835 milhões.

Na área da Transmissão de Energia foram construídas 8 novas subestações e ampliadas 41, em um total de 49 obras. Acrescentou-se 1.065 MVA ao Sistema de Transmissão da CEEE, representando um aumento de 13,8% no período. Estas obras beneficiaram as regiões dos municípios de Agudo, Alegrete, Atlântida, Bagé, Campo Bom, Canela, Charqueadas, Dom Pedrito, Estância Velha, Farroupilha, Gravataí, Guaporé, Ijuí, Nova Prata, Osório, Passo Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, São José do Norte, Soledade, Tapera, Tramandaí, Triunfo, Vacaria e Venâncio Aires. Os investimentos nesta área foram de US\$ 125 milhões.

Foram construídos 265 km de linhas de transmissão, representando um acréscimo de 2,8% ao sistema, com benefício para as regiões dos municípios de Agudo, Cacequi, Candelária, Caxias do Sul, Charqueadas, Estrela, Jaguarí, Lajeado, Nova Prata, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz, Santa Rosa, Santana do Livramento, Santo Ângelo, São José do Norte, Soledade e Triunfo. As linhas de transmissão custaram à Companhia US\$ 38 milhões.

Com relação à compensação de reativos, a instalação de 44 bancos de capacitores acrescentou 205 MVAR ao Sistema de Transmissão da CEEE, possibilitando a liberação de carga para as regiões dos municípios de Alvorada, Arroio Grande, Atlântida, Bento Gonçalves, Caçapava do Sul, Canela, Canudos, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cerro Largo, Dom Pedrito, Encantado, Erechim, Estância Velha, Esteio, Farroupilha, Gravataí, Ibirubá, Jaguarão, Montenegro, Novo Hamburgo, Porto

Alegre, Palmares do Sul, Palmeira das Missões, Pelotas, Rosário do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, São Lourenço do Sul, Sarandi, São Gabriel, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, São Pedro do Sul, Scharlau, Soledade, Taquara, Tramandaí, Três Coroas e Viamão. Os investimentos somaram US\$ 8,4 milhões.

Com o objetivo de melhorar o desempenho operacional e otimizar o aproveitamento dos operadores, foi colocado em operação, em 1994, o primeiro Centro de Atendimento de Subestações em Porto Alegre. É possível, agora, utilizando-se recursos de telecomando, operar as subestações PAL 1, PAL 3, PAL 8, PAL 14 e PAL 16 a partir da subestação PAL 5. Já se encontram em fase de projeto os Centros de Atendimento de SE's de Scharlau, Osório e Venâncio Aires.

Os resultados destas ações ficam evidenciados através do índice de indisponibilidade operacional, que representa a energia interrompida por problemas no sistema de transmissão em relação ao mercado. Este indicador possui, no momento, o valor de 0,054%, abaixo do estabelecido no contrato de Gestão que é de 0,08%, sendo o melhor índice dos últimos 12 anos.

A construção de 12.150 km de novas redes de distribuição representaram 10,5% de acréscimo no período. Destas, 2.776 km são redes urbanas e 9.374 km são redes rurais. Estas obras foram complementadas com a instalação de 12.882 novos transformadores, com acréscimo de 423 MVA de potência ao sistema, ou seja, 16,4% a mais de potência disponível. As obras realizadas no sistema de distribuição beneficiaram todos os 2.263.399 consumidores existentes no início de 1991, além de permitir a ligação de 325.401 novos consumidores no período 91-94, representando 14% de acréscimo. Foram eletrificadas mais de 27.500 novas propriedades rurais, representando um acréscimo percentual idêntico no mesmo período. O valor dos investimentos realizados na distribuição somaram US\$ 45 milhões.

No período de 1991-1994 inúmeras medidas de ordem financeira foram adotadas no propósito de atingir o equilíbrio econômico-financeiro da CEEE.

Dentre essas, aquela que representou maior impacto sobre a redução do nível de endividamento foi a utilização dos créditos da CEEE existentes na Conta de Resultados a Compensar - CRC. Na forma da legislação em vigor, a utilização da CRC em duas oportunidades - 31-12-92 e 30-06-93 - proporcionou uma redução da dívida global da empresa no montante equivalente a US\$ 1,4 bilhão, reduzindo o seu passivo, que chegou a atingir o equivalente a US\$ 2,7 bilhões, para US\$ 1,3 bilhão, apurado após estas compensações autorizadas.

Inobstante tais reduções, também foram implementadas ações no sentido de reescalonamento de diversas dívidas vencidas, tendo sido repactuados valores equivalentes a US\$

263 milhões na vigência da Lei nº 8.727, bem como buscou-se junto a outros credores, formas de alongamento da exigibilidade de compromissos vencidos. Assim, foram renegociadas dívidas com a ELETROBRÁS, no montante de US\$ 135,9 milhões, parcelados débitos com instituições e órgãos do Governo Federal, no montante de US\$ 88,6 milhões e também foram alongados outros compromissos de natureza previdenciária, na ordem de US\$ 136,5 milhões, totalizando US\$ 624 milhões, em compromissos que tiveram seu perfil alongado, ajustando-os a capacidade de pagamento da Companhia.

Como consequência de duas outras ações em desenvolvimento, de grande envergadura e em vias de concretização, o nível de endividamento da Companhia poderá reduzir-se em mais de US\$ 421,3 milhões. Trata-se das negociações para a federalização do empreendimento de Candiota III - 1ª. Unidade, que transferirá para a União o montante de US\$ 147,9 milhões de compromissos da dívida da CEEE e a aprovação da emenda proposta à Medida Provisória do Real, restabelecendo a vigência do parágrafo 6º do artigo 7º da Lei nº 8.631/93, que resultaria na imediata disponibilidade para a Companhia de US\$ 273,4 milhões para serem compensados.

Cabe mencionar igualmente a possibilidade de reconhecimento, via judicial, através de procedimento próprio já em curso, dos custos relativos às complementações de proventos pagos aos empregados ex-autárquicos, o que elevaria o saldo da CRC no montante líquido de US\$ 345 milhões disponíveis para a CEEE, o que possibilitaria reduzir ainda mais seu endividamento.

Concretizadas estas ações, a dívida poderá ser diminuída do montante atual de US\$ 1,5 bilhão para US\$ 822 milhões, reduzindo sobremaneira o elevado desequilíbrio patrimonial existente em 1991, fazendo com que a CEEE passe a apresentar coeficientes de avaliação dentro de padrões aceitáveis.

Nestas condições, a CEEE passou a tornar-se adimplente com seus compromissos, readquirindo a credibilidade junto aos seus credores e fornecedores e passando, portanto, a reunir condições de novamente ser capaz de conduzir programas de investimentos necessários ao desenvolvimento eletroenergético do Estado.

Em função das Auditorias Operativas iniciadas dentro do Programa de Reforma Administrativa do Governo do Estado, a CEEE contratou a Bianchessi & Cia. Auditores, para a realização de um trabalho completo de diagnóstico e recomendações para empresa. Este trabalho foi desenvolvido ao longo de 1992, sendo concluído no início de 1993.

Em decorrência das recomendações contidas no trabalho dos auditores, diversas ações visando a melhoria da

eficiência e da eficácia da Companhia foram desenvolvidas no último biênio da gestão:

Através de processo de reestruturação organizacional, que objetivou definir centros de resultados para a Empresa, a mesma passou por uma reorganização, de forma a valorizar os segmentos-fins, o que levou à redução do número de órgãos em nível de superintendência de 22, em dezembro/90, para 13, atualmente, tendo sido reduzido em 558 o número de funções gratificadas pagas a chefias; em paralelo, definiu-se metodologia capaz de estabelecer as matrizes de custo de cada unidade organizacional, de forma a possibilitar melhor gerenciamento dos custos e resultados obtidos.

Foi concluído, em agosto/94, o projeto de um novo Quadro de Pessoal para a Companhia, que está em análise pela Procuradoria Geral do Estado. Este quadro, após aprovações e implantação permitirá: maior flexibilidade no gerenciamento dos recursos humanos, através de cargos com atribuições mais abrangentes; adequação dos níveis salariais iniciais aos valores de mercado, viabilizando novas admissões; e implantação de um sistema de gerenciamento do desempenho voltado para o resultado do trabalho, através de avaliações realizadas pelos clientes de cada unidade organizacional.

Negociação levada a efeito nos acordos coletivos permitiu incluir cláusula de limitação das despesas com pessoal em percentuais de comprometimento da receita líquida da empresa progressivamente menores ao longo do tempo, possibilitando aliviar o caixa da empresa durante o período mais crítico de insuficiência tarifária. Como resultado, a folha líquida de pessoal, que representava 49% da receita líquida no início do período, não representa, atualmente, mais do que 18% da mesma.

Em julho/93 foi celebrado o primeiro Contrato de Gestão com o Governo do Estado. Por este contrato, pela primeira vez, a Companhia compromete-se a atingir metas de qualidade, de produção e de produtividade, iniciando um processo que permitirá a conquista da necessária autonomia administrativa e a profissionalização das gestões da empresa.

Em 1993 a CEEE, em função da instituição do Programa de Satisfação e Atenção ao Cliente - PROSAC, vinculado ao Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade, passou a implementar o seu Plano de Melhoria da Qualidade dos Serviços - PMQS, estruturado em três programas: o Programa de Preparação para a Qualidade - PPQ, o Programa Piloto de Aplicação - PPA e o Programa de Apoio às Iniciativas para a Qualidade - PAI.

Dentro do PPQ, já foram treinados 3.185 empregados em cursos de conteúdos básicos, em cursos de conteúdo instrumental e em cursos de especialização com ênfase em gestão e em engenharia da qualidade; o PPA abrange cinco

unidades organizacionais: o Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação, a Oficina Eletromecânica de São Leopoldo, o Centro Regional de Operação e Manutenção Metropolitano, a Agência Passo d'Areia e a Gerência Regional de Passo Fundo, nas quais são implementadas, na íntegra, as diversas etapas da Gestão pela Qualidade Total - GQT; o PAI envolve todas as demais unidades da organização que desejam iniciar ações voltadas à qualidade, já tendo sido aplicado o Método de Análise e Solução de Problemas - MASP em mais de uma centena de casos.

A melhor comprovação do sucesso do Programa de Qualidade da CEEE foi oficializada em novembro de 1994, quando a Empresa recebeu o resultado da sua avaliação, efetuada por examinadores externos e no âmbito do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade. Segundo os avaliadores, embora a CEEE efetuado sua inscrição no nível 1, destinado a empresas em estágio inicial da implantação do gerenciamento pela Qualidade, o escore alcançado a habilita a ser incluída já no nível 2, destinado às empresas que já superaram aquela fase. Registram os examinadores: "a melhoria observada entre a pré-avaliação e a avaliação pode ser endereçada ao sucesso de vosso plano de Qualidade e Produtividade, a partir das evidências que nos foram apresentadas".

Em outubro de 1994 foi iniciado o trabalho de elaboração do Plano Estratégico de Informática. A empresa DZ-Set Soluções e Sistemas para Computação Ltda., vencedora do processo licitatório, deverá, após um trabalho de revisão da missão, objetivos estratégicos e dos fatores críticos de sucesso do negócio da empresa, orientar a definição do Plano Diretor de Informática da CEEE, que deverá nortear as próximas ações da empresa nesse importante campo tecnológico.

Na área da Geração de Energia Elétrica, a Companhia deve acompanhar a execução da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, a ser construída pelo Consórcio CONVISA, vencedor da licitação, com vistas à conclusão da obra em 1998.

A CEEE deve centrar suas prioridades na conclusão das tratativas com o Governo Federal visando a federalização do empreendimento da Usina Termelétrica Candiota III.

Após a aprovação oficial do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, deverão ser procedidos os estudos de viabilidade econômica dos aproveitamentos identificados no Inventário Taquari-Antas.

No que concerne à automatização de pequenas centrais hidrelétricas - PCHs, propõe-se efetuá-la nas Usinas Ivaí, de 700 kW, e Bugres com 1.100 kW.

Na área da Transmissão e Transformação, a política da Companhia deve estar direcionada para a conclusão das obras em andamento, incluindo implantação e ampliação de

subestações que acrescerão 388 MVA ao sistema, beneficiando as regiões dos municípios de Gravataí, Lajeado, Porto Alegre, Osório e São Vicente, bem como a conclusão das Linhas de Transmissão em construção, que acrescentarão 32 km ao sistema, beneficiando as regiões dos municípios de Gravataí, Lajeado, Mostardas e Tavares.

Preconiza-se, também, a continuidade do Programa de Compensação de Reativos no Sistema, visando otimizar sua operação reduzindo perdas e permitindo eventual liberação de cargas reprimidas pela melhoria de tensão obtida.

Meta prioritária deve ser a preservação do equilíbrio econômico-financeiro da Empresa. Neste cenário, é imperioso estabelecer a coordenação das despesas operacionais e dos níveis de investimentos, através de indicadores de desempenho. O planejamento financeiro deve ser elaborado em consonância com os programas setoriais de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, buscando a co-responsabilidade das áreas fins para com o orçamento de caixa da Empresa.

Deve-se envidar esforços para viabilizar condições de parceria com a iniciativa privada, a fim de permitir soluções mais amplas às necessidades de investimento e possibilitar as condições necessárias para a abertura do capital social da Empresa.

É também importante a viabilização de contratos com auto-produtores e, provavelmente, com produtores independentes, balizados pelo custo marginal de expansão da geração e pelos preços do suprimento já contratados.

Quanto à política de pessoal, é importante reforçar o treinamento e o desenvolvimento técnico, para domínio das metodologias de tarifação pelo custo marginal e pela matriz de custos, que tendem a pautar as relações comerciais intra e extra-setoriais.

No que diz respeito aos aspectos comerciais, é mister redefinir as prioridades de investimento, na busca da recuperação acelerada das condições do atendimento aos consumidores direcionando os investimentos na transmissão às regiões do Estado com demanda reprimida, principalmente se caracterizadas como entraves à industrialização.

É também meta prioritária a introdução de inovações tecnológicas nos sistemas de medição e fiscalização, eliminando-se as medições a descoberto e estabelecendo-se contratos de pré-venda de energia.

REALIZAÇÕES PERÍODO 91/94

ITEM	UNID.	DADOS INICIAIS		DADOS FINAIS		VARIACÃO	
GERAÇÃO							
Geração CEEE	MWh	5.999.446	46%	6.376.206(1)	40%	376.760	6,3%
- Hidráulica	MWh	4.644.071		5.001.561(1)		357.490	7,7%
- Térmica	MWh	1.355.375		1.374.645(1)		9.270	1,4%
Recebimentos	MWh	7.089.737	54%	9.400.554(1)	60%	2.310.817	32,6%
Carga Própria	MWh	13.089.183	100%	15.776.760(1)	100%	2.687.577	20,5%
TRANSMISSÃO							
Subestações	num	163		171(2)		8	4,9%
Potências das Subestações	MVA	7.715		8.780(2)		1.0651	3,8%
Linhas de Transmissão	Km	9.329		9.594		265	2,8%
DISTRIBUIÇÃO							
Consumidores	num	2.263.399		2.588.800(3)		325.401	14,4%
Energia Vendida	MWh	11.458.876		13.832.000(3)		2.373.124	20,7%
Redes Urbanas	km	28.264		31.040(3)		2.776	9,6%
Redes Rurais	km	87.277		96.651(3)		9.374	11,1%
Total de Redes	km	115.541		127.691(3)		12.150	10,7%
Transformadores Instalados	num	71.378		84.260(3)		12.882	18,0%
Potência Transf. Instalados	MVA	2.580		3.003(3)		423	16,4%

- (1) Plano de Operação do GCOI para 1994;
(2) Situação em setembro/94;
(3) Projeção para dezembro.

Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT

A Companhia Riograndense de Telecomunicações-CRT é uma empresa estatal que tem por missão "Prestar Serviços de Telecomunicações com qualidade e competitividade, contribuindo para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do Estado do Rio Grande do Sul e do País".

Em março/91, verificava-se que os usuários dos serviços da CRT e a comunidade em geral demonstravam um alto grau de insatisfação, estando, na época, a reclamar:

- a) A qualidade dos serviços prestados. O congestionamento das centrais e das rotas ocasionavam demora do tom de discar e dificuldades na obtenção de linhas desocupadas nas ligações locais e intermunicipais (de cada 100 ligações, 51 não eram completadas);
- b) Os constantes defeitos que afetavam os telefones residenciais, comerciais e de uso público. A cada 100 reparos de linha solicitados, apenas 40 eram atendidos no prazo;
- c) Interrupções, linhas cruzadas, ruídos, apropriação indébita de fichas telefônicas, espera e impossibilidade de transferir de endereço o terminal telefônico;
- d) A demora na entrega de novos terminais já contratados, estando mais de 50.000 terminais telefônicos adquiridos em 1989/90, pendentes de instalação;
- e) Oferta de telefones aquém da demanda, posicionando nosso Estado abaixo da média nacional que era, na época, de 5,7 telefones por 100 habitantes;
- f) Prazos excessivos no atendimento de solicitações, como linha de dados, telex e canais de voz. Estavam pendentes de instalação mais de 3.800 linhas especiais para comunicação de dados.

Ante à incapacidade de atender a demanda telefônica, a CRT tentou fazê-lo através de um sistema compartilhado, substituindo terminais de baixo tráfego, transferindo-os a novos usuários, em troca de terminais via tronco comunitário.

A Frente Progressista Gaúcha, em seu Programa de Governo, propôs-se a resgatar a qualidade e eficiência nas telecomunicações, através das seguintes ações:

- a) Melhoria da eficácia dos serviços prestados pela CRT, mediante a elevação do índice de recuperação de telefones com defeito;

- b) Recuperação da rede de cabos;
- c) Atendimento aos contratos de terminais telefônicos vencidos;
- d) Ampliação das rotas urbanas e interurbanas;
- e) Implementação de programas de manutenção corretiva nas centrais telefônicas, de forma a evitar interrupções na oferta dos serviços de telecomunicações;
- f) Incremento da oferta dos serviços de telecomunicações, através da comercialização de telefones comunitários e telefone residencial/comercial;
- g) Viabilização da Rede Estadual de Comunicação de Dados e Telemática;
- h) Modernização Administrativa e Operacional;
- i) Recuperação econômico-financeira da Empresa;
- j) Atendimento da demanda reprimida.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

A administração da CRT, preocupada com a situação em que se encontravam os serviços telefônicos no Rio Grande do Sul, estabeleceu como meta prioritária a recuperação da credibilidade e a confiança do povo gaúcho naquela que é uma das principais empresas públicas do Estado.

Foi então traçado um Plano de Ação com vistas a transformar a CRT de uma Companhia telefônica pura e simples, em uma Empresa prestadora de serviços de Telecomunicações que oferecesse uma infra-estrutura no setor adequada às necessidades da sociedade riograndense, fazendo da CRT uma das principais Empresas de Telecomunicações do país.

Como resultado do esforço da administração, aliado à dedicação do corpo funcional da empresa, a CRT foi avaliada e escolhida pela revista EXAME como a melhor empresa de serviço público do país em 1994, tornando-se a primeira empresa pública do Estado a ser merecedora deste prêmio.

No que se refere ao desempenho técnico/operacional, duas áreas foram enfatizadas: a melhoria do desempenho operacional, na busca do atendimento das necessidades dos clientes e a tentativa de atendimento da demanda de telefonia convencional e de novos serviços.

A expansão da planta telefônica convencional no período 1991-1994 foi acrescida em mais de 200.000 terminais o que representa um incremento de 37% na oferta desse serviço.

Para que se conseguisse implantar esses novos telefones foi de grande importância a execução do anel Óptico na Região Metropolitana de Porto Alegre. Foram instalados 287,4 quilômetros de cabos ópticos nesta área. A fibra óptica, que possibilita a transmissão simultânea de sinais de voz, dados, TV e outros, dota a capital gaúcha de uma tecnologia de ponta semelhante à disponível nos países de primeiro mundo.

A ampliação de terminais telefônicos em Porto Alegre e área Metropolitana estava freada em função da indisponibilidade de numeração para novas centrais. Para isso se fazia necessário a passagem de 6 para 7 dígitos. Este trabalho, em função de sua complexidade vinha sendo postergado por diversas administrações.

Em 25 de janeiro de 1992, à 0:00 hora, foi implementada a numeração com 7 dígitos nos telefones de Porto Alegre e Região Metropolitana.

A implantação do sétimo dígito envolveu 192 centrais e aproximadamente 290.000 terminais. Após 48 horas do evento, o sistema da CRT já apresentava condições estabilizadas de operação, comprovando o sucesso total do empreendimento.

Seguindo os objetivos de modernização dos serviços oferecidos, a Telefonia Móvel Celular teve seu planejamento, contratação e implantação dentro deste período de governo. O sistema foi ativado em dezembro de 1992 com 4000 terminais para o atendimento de Porto Alegre, Região Metropolitana e Litoral Norte.

O Rio Grande do Sul era um dos primeiros Estados da Federação a contar com esse serviço.

A CRT possui hoje, contratados, 70.000 terminais móveis, estando habilitados e em operação, em dezembro de 1994, 50.000 terminais. Neste momento, 65 municípios possuem a cobertura do sistema em todas as regiões do Estado, uma vez que a administração da CRT teve a preocupação de não concentrar esse tipo de serviço na capital, mas sim disseminá-lo por todas as principais cidades e regiões gaúchas.

Aproveitando-se da capilaridade do Sistema Móvel Celular e da possibilidade de atendimento do meio rural a custos reduzidos, a CRT implantou, em setembro de 1994, o serviço RURALCEL. Este sistema, aproveitando a tecnologia da telefonia móvel, a amplitude da cobertura estadual e a capacidade do mesmo possibilitará a instalação, até 1998, de 50.000 terminais rurais, os quais trarão benefícios relevantes a produtores, pecuaristas e propriedades rurais,

distantes em média 50 quilômetros das sedes municipais cobertas pela Telefonia Móvel Celular.

O desenvolvimento de Programas de Parcerias para o atendimento de municípios recém emancipados, distritos e condomínios, teve início neste governo, tendo sido implantados em 92 conjuntos residenciais mais de 12.000 terminais telefônicos. Foram automatizadas 18 sedes municipais, totalizando 2.624 terminais, estando em andamento outras 63 obras com aproximadamente 9.500 terminais.

Em virtude do grande potencial industrial e comercial do Estado, bem como do nível das Universidades aqui instaladas, a CRT passou a desempenhar um papel preponderante na área de Comunicação de Dados. Em 1993, através de um convênio firmado com a EMBRATEL, a empresa absorveu a Rede de Dados em operação no Estado.

Além disso a CRT contratou, em 1994, uma rede de alta velocidade, com capacidade para 4.000 circuitos a qual está em fase de implantação. Esta nova rede denominada de Rede Determinística tem abrangência estadual, e, conjuntamente com as obras de digitalização das rotas interurbanas propiciará uma invejável infra-estrutura que estará a disposição da comunidade, principalmente dos grandes usuários, a partir do primeiro semestre de 1995. Também neste último ano foi celebrado um acordo de cooperação com a EMBRATEL que propiciará aos clientes da CRT, entre outros benefícios, a utilização da Rede de Pacotes já em operação no Estado. Neste sentido foram firmados contratos com o BANRISUL, PROCERGS, entre outros, que passarão a utilizar essa facilidade de forma intensa elevando sensivelmente o crescimento da economia gaúcha.

Até 1993 a participação com recursos próprios da CRT nos Planos de Expansão era muito elevada comprometendo a saúde financeira da Empresa, uma vez que o custo do terminal para a CRT era superior a US\$ 2.500, enquanto que o valor repassado aos assinantes através do autofinanciamento era fixado em US\$ 1.200. O último Plano de Expansão da empresa foi contratado a preços que estabeleceram um novo parâmetro para o preço do terminal integrado no país que hoje se situa abaixo dos US\$ 1.500,00. São 160.000 novos terminais que deverão ser entregues à população riograndense de 100 municípios a partir de 1995. Adicionalmente a este plano estão em fase de licitação mais 20.000 terminais para atendimento de 83 municípios, cuja contratação deverá ocorrer no início do próximo ano.

Para fazer frente à grande demanda de serviços de telecomunicações a administração da CRT, na gestão 1991-1994, desenvolveu os estudos técnicos e aprovou a ampliação de 160.000 terminais móveis celulares para o ano de 1995.

No que concerne à telefonia convencional foi aprovado um plano de ampliação de 200.000 terminais para implantação no período 1996-1998 cuja premissa é o atendimento pleno da demanda telefônica do Estado prevista para 1998, bem como um plano de automatização de todas as sede municipais que ainda não dispõem desse serviço, as quais foram consultadas uma a uma, a fim de que fosse atendida na sua plenitude a demanda latente dessas comunidades.

Somados estes valores, serão 600.000 novos terminais acrescidos à planta telefônica do Estado que elevarão a densidade de telefones de 6,3 existente em março de 1991 para 14,3 em dezembro de 1998. Atualmente a densidade do Estado é de 8,6 telefones por 100 habitantes.

Mais de 1200 obras realizadas pela CRT nesta gestão beneficiaram 1100 localidades exigindo um investimento econômico no período de US\$ 370 milhões, sendo que, considerados os contratos em andamento com conclusão prevista para 1996, os investimentos totalizam US\$ 415 milhões.

Preocupada com a qualidade dos serviços, a CRT elaborou um plano de ação com o objetivo de colocar a Empresa dentre as melhores do sistema TELEBRÁS no que tange à performance operacional sob o ponto de vista do cliente. Como resultado do esforço desenvolvido, a CRT, que ocupava em março/91 o 28º lugar no ranking nacional, encerrou o ano de 1993 na 10ª colocação, sendo que a expectativa para o exercício de 1994 é atingir o 5º lugar dentre as trinta empresas do setor.

PERÍODO	MÉDIA NACIONAL	NOTA CRT	CLASS. CRT
MARÇO/91	3,15	1,58	28º lugar
DEZEMBRO/91	3,98	1,72	29º lugar
DEZEMBRO/92	6,84	4,86	23º lugar
DEZEMBRO/93	7,94	8,17	10º lugar
DEZEMBRO/94 (*)	-	9,03	5º lugar

(*) Previsão: a média do sistema TELEBRÁS será conhecida em MAR/95.

Recentemente a CRT realizou mais uma Pesquisa de OPUS (Opinião do Usuário sobre o Serviço telefônico), com o objetivo de analisar o nível de satisfação dos usuários. Do universo pesquisado, 95% estão satisfeitos com os serviços da Companhia. É importante destacar que essa mesma pesquisa feita no final do ano de 1992 apresentou um percentual de satisfação de 91,85%, o que permite dizer que o objetivo de 100% no grau de satisfação já não é um sonho tão distante.

A melhoria do desempenho operacional é uma realidade. Ela é fruto da dedicação e da aplicação de vários projetos desenvolvidos no período voltados ao cliente, na busca de uma mudança de postura e um relacionamento direto com os

usuários. Os principais projetos implantados no período foram: Serviço de atendimento ao cliente: Criado o serviço especial 136 - Ouvidoria. Atende e encaminha as principais reivindicações dos clientes.

Despertar automático: Programação do despertar através do próprio aparelho telefônico do cliente. Serviço implantado inicialmente nas centrais digitais.

Aviso de débito: Comunicação prévia através de carta aos clientes inadimplentes antes de efetuar o corte da prestação dos serviços.

Desbloqueio por telefone: Efetua o desbloqueio do aparelho mediante contato telefônico do cliente com a Empresa comunicando a quitação do débito.

Projeto assinante: Dá liberdade ao cliente de optar por equipamentos e fornecedores de serviços de rede telefônica interna.

Manutenção em fins de semana: Serviço de manutenção aos sábados, domingos e feriados.

O quadro abaixo apresenta um comparativo das realizações do período frente à situação em que se encontravam os serviços em março de 1991.

I N D I C A D O R E S	ACUMULADO MARÇO/91	ACUMULADO DEZEMBRO/94	ACRÉSCIMO %
- Total de Localidades Automatizadas DDD/DDI	223	309	38
- Total de Terminais Automáticos na Capital	3.197	255.993	20
- Total de Terminais Automáticos no Interior	328.794	437.047	33
- Total de Terminais de Telefonia Móvel Celular	0	50.000	-
- Total Terminais Automáticos Instalados	541.991	743.040	37
- Total de Localidades Atendidas CRT	1.131	1.309	16
- Grau de Digitalização da Planta	15%	34%	19
- Densidade telefônica (Term/100 hab.)	6,3	8,6	36

O desempenho econômico e patrimonial da CRT na atual gestão governamental pode ser avaliado pelo quadro abaixo: em US\$ milhões)

Realizado Projeções

Descrição	1987/90	1991/93	Cresc.%	1991/94	Cresc.% (2)
Receita Exp.Líq	720,6	828,1	14,9	1.278,1	77,4
Lucro Oper.do Exercício	117,3	(16,8)	(16,8)	(114,3)	90/120(3) 2,3
Dívida (1)	243,0	370,0	52,3	300,0	23,5
Patrimônio Líquido(1)	332,0	808,0	143,4	1.600,0	381,9
Investimento Econômico (1)	421,4	276,1	(34,5)	370,0	(12,2)

(1) Posição em 31.12.90, em 31.12.93 e projeção para 31.12.94

(2) Crescimento % em relação ao período 1987-90

(3) A expectativa de lucro para o período 1991-94 ficará no intervalo de US\$ 90 milhões e US\$ 120 milhões acumulados.

A Receita Operacional cresceu 77,4%, comparando-se os valores dos períodos 1991-1994 e 1987-1990. Por outro lado considerando-se os faturamentos brutos nos meses de março/91 e dezembro/94, nos valores de US\$ 26,3 milhões e US\$ 50,3 milhões, respectivamente, observa-se um aumento de 91%, o que revela um novo patamar de geração de recursos próprios para assegurar os investimentos projetados.

Os reajustes tarifários acumulados situaram-se, no horizonte 1991-jun/94, 2,9% acima da inflação medida pelo IGP-DI/94.

O Lucro Líquido do Exercício de 1993 foi da ordem de US\$ 92,5 milhões e para 1994 a expectativa é de que se mantenha o mesmo nível de rentabilidade.

A influência do serviço da dívida em decorrência do não cumprimento do Protocolo que previa o retorno de 50% do ICMS para cobertura dos investimentos do Plano 87, a constituição de provisões para contingência de ações trabalhistas (periculosidade) e o cumprimento da Lei 8.200/91 foram os principais fatos que impediram maior lucratividade da CRT na gestão do atual Governo. A antecipação do pagamento do Imposto de Renda provisionado foi um fator positivo no lucro obtido em 1993.

A dívida da CRT, no período 1991-93, aumentou 52,3% (em torno de US\$ 127 milhões) em virtude da falta de recursos financeiros para o Plano 87. A atual gestão renegociou, em 1994, as dívidas com fornecedores com redução do principal, a custos e prazos bastante atrativos e de acordo com a sua capacidade de pagamento.

O grau de endividamento da CRT vem apresentando uma tendência significativa de redução. As renegociações antes mencionadas, determinarão, também, uma evolução bastante favorável no índice de Liquidez Corrente que ao final de 1990 era de 26%, para cerca de 60% ao término de 1994. Outro aspecto a considerar na análise da dívida é que a CRT realizou investimentos de US\$ 276,1 milhões no período 1991-93. O crescimento da dívida em torno de US\$ 127 milhões significa apenas 36% do valor investido, estando, portanto, de acordo com os padrões recomendáveis na participação de recursos de terceiros em projetos de expansão. O volume de investimento total projetado em US\$ 370 milhões para o quadriênio 1991-94, ficará em torno de 12% aquém do realizado na gestão anterior.

O Patrimônio Líquido da CRT cresceu 143%, de 1990 a 1993, em razão das atualizações monetárias determinadas pela Lei 8.200/91 e da lucratividade alcançada. Isto fez com que o

valor patrimonial da ação da CRT passasse de US\$ 0,22 para US\$ 0,48, aumentando 118% em três anos.

Considerando-se, ainda, as expectativas de lucro para 1994, o Valor Patrimonial da Ação poderá superar US\$ 0,60.

A CRT, buscando desenvolver uma relação econômica com a sociedade de forma mais aberta e transparente, através de sua participação nos mercados financeiros e de ações, elaborou um Plano de Capitação de Recursos indispensáveis à expansão e modernização da Planta como segue: R\$ 40 milhões, através da colocação de ações preferenciais no mercado. Para isto, a CRT realizará a transformação das ações já emitidas em Ações Escriturais e as desvinculará dos respectivos terminais telefônicos;

R\$ 80 milhões através da emissão de duas séries de debêntures. A primeira série, no valor de R\$ 40 milhões, será de debêntures simples. A segunda série, no mesmo montante da primeira, será de debêntures conversíveis em Ações Preferenciais. A CRT já conta com a aprovação da Assembleia Legislativa do Estado, que permitiu a substituição da operação de debêntures por outro tipo de operação financeira, caso os custos e demais condições de financiamento se mostrem mais favoráveis à Empresa.

Por fim, cabe destacar a posição de melhor desempenho obtido pela CRT entre as empresa do serviço público do País no ano de 1993. A premiação conferida pela Revista Exame, é baseada em critérios que levam em consideração os indicadores a seguir relacionados:

Descrição	1990	1991	1992	1993
Vendas:				
-Em US\$ milhões	253,7	258,4	263,4	462,6
-Crescimento (%)	-	1,8	16,8	45,7
Patrimônio Líquido:				
-Em US\$ milhões	314,4	701,9	755,4	808,3
-Crescimento (%)	-	123,3	7,6	7,0
Lucro Exercício:				
-Em US\$ milhões	34,3	(41,7)	(67,6)	92,5
-Crescimento (%)	-	(122)	(64)	135,0
Rentabilidade:				
-Do Patrimônio LÍq. (%)	10,9	(5,9)	(9,1)	11,4
-Das Vendas (%)	13,5	(15,5)	(19,9)	20,0
Liquidez Geral (índice)	0,21	0,18	0,17	0,33
Endividamento:				
-Geral (%)	42,2	29,0	31,1	31,4
-Longo Prazo (%)	14,2	15,7	14,7	10,5
Nº Empregados	6.145	6.058	5.974	5.901
Vendas p/Empregados (em US\$ mil)	41,1	42,3	43,5	77,9

Em atenção ao programa de reforma administrativa do Governo do Estado, a CRT contratou uma empresa de consultoria para realizar um amplo diagnóstico da Companhia, que culminou com uma série de recomendações voltadas a melhoria do desempenho geral da Empresa, em todas as suas áreas. Este trabalho serviu de base para importantes ações desenvolvidas no âmbito interno, especialmente nos setores financeiro e administrativo.

A busca pela redução de custos foi uma meta permanente, e seus resultados podem ser medidos pela diminuição de horas extras, diminuição da quantidade de postos de vigilância, negociações com fornecedores e racionalização no uso de veículos usados.

O treinamento de recursos humanos alcançou mais de 50.000 horas, tendo sido realizados 1.460 cursos.

Houve concurso público para admissão de 150 telefonistas, 299 auxiliares de rede e 10 advogados.

O passivo trabalhista também foi reduzido de US\$ 55 milhões para US\$ 39 milhões, através de trabalho conjunto entre Empresa e Sindicato.

O PROSAC - Programa de Satisfação e Atenção ao Cliente, lançado pela SEMC, encontra na CRT plena receptividade e participação na busca da Qualidade Total.

Finalmente, o grande trunfo dessa Administração foi trazer de volta a motivação do Quadro Funcional da Empresa, anteriormente tomado por greves, tendo sido esse potencial um dos fatores preponderantes na alavancagem da Empresa, elevando-a em níveis de qualidade de reconhecimento nacional.

Para fazer frente à proposta de crescimento, diversificação e modernização da Empresa seria fundamental que as futuras administrações atentassem para as seguintes ações:

- a) Dar continuidade aos Planos de Expansão já aprovados e em andamento. A gerência das obras de expansão no que se refere a rede externa é sem dúvida alguma o caminho crítico de todos os planos, fundamentalmente pelos longos prazos de execução destas obras.

Seria conveniente buscar alternativas objetivando a redução dos métodos de trabalho e da tecnologia empregada na área de rede externa;

- b) No Plano Básico de Telecomunicações estão expressas orientações no que se refere ao atendimento da demanda dos serviços de telecomunicações. Este é um documento de planejamento que abrange apenas a área de expansão da empresa. A elaboração de tal documento para as demais áreas da CRT é fundamental para a elaboração do Planejamento Integrado da Empresa;

- c) Com a redução do preço do terminal integrado observado no ano de 1994, o atendimento integral da demanda dos serviços telefônicos convencionais no Estado do Rio Grande do Sul, passa a ser uma realidade atingível. Objetivando então alcançar esta meta foi elaborado o Plano 94, Plano este que em conjunção com os Planos de Automatização de Sedes Municipais e de Distritos de maior porte pode proporcionar ao Estado uma situação invejável nesta área.

Além de promover o atendimento convencional da demanda, incrementa a oferta de novos serviços, tais como:

- Rede Estadual de Comunicação de Dados;

- Serviço Público de Mensagens;
- Videotexto;
- Videofone/Videoconferência;
- Radiolocalização;
- Rede Inteligente, entre outros.

- d) A descentralização de atividades operacionais deve ser aprimorada. Para tal fim além do estabelecimento de procedimentos operacionais e de treinamento e capacitação das gerências, a implementação gradual do Plano de Gerência Integrada de Rede, com automatização da administração de rede, otimização dos custos operacionais e aumento das disponibilidades de serviços, visando a satisfação dos clientes é fator primordial;
- e) Dar seguimento ao Plano de Capitalização buscando alternativas de captação de recursos que possibilitem o cumprimento das metas definidas no planejamento estratégico da empresa.
- f) Buscar parcerias e/ou fontes de financiamento para atendimento de projetos, tais como o PCT (Planta Comunitária de Telefonia), Condomínios Residenciais, Telefonia Rural Social (TRS) e outros;
- g) Avaliar, com vistas à implantação, o Plano de Informatização proposto, objetivando automatizar e desburocratizar os procedimentos internos da empresa;
- h) Com a mudança da tecnologia ocorrida nos últimos anos e, em razão dos Planos de Expansão em andamento, é imperiosa a adequação do treinamento a essas novas tecnologias emergentes que serão introduzidas na planta da CRT de forma a qualificar o seu corpo técnico de planejamento, engenharia e operação, bem como o seu efetivo de apoio nas áreas administrativas e de suprimento.

Companhia Riograndense de Mineração - CRM

A CRM, ao início da atual administração, apresentava um quadro de dificuldades decorrente, principalmente, do baixo preço do carvão mineral estabelecido pelo setor elétrico brasileiro, bem como do endividamento contraído para a execução de projetos cujo retorno foi comprometido pela

frustração das expectativas quanto ao consumo de carvão por parte do mercado termelétrico que os deu origem.

Além disso, a Mina de Candiota encontrava-se na iminência de esgotamento da frente de lavra em operação, o que exigia a imediata mudança da mineração para uma nova jazida.

Havia, ainda, um passivo de recuperação ambiental das áreas já mineradas, a ser realizada imediatamente, a fim de atender às exigências legais de proteção ao meio ambiente.

Diante disso, foi necessária uma redefinição das diretrizes e projetos estabelecidos no Plano de Governo, no sentido de buscar soluções compatíveis, assim como procurar desenvolver suas operações com a máxima eficiência possível.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94.

Apesar das dificuldades operacionais decorrentes do bloqueio das contas bancárias da Empresa, que se estendeu de junho de 1991 até abril de 1994, resultante da sua absoluta impossibilidade quanto ao pagamento de parcelas vencidas dos empréstimos tomados no passado, procurou-se estabelecer algumas metas vinculadas a projetos eleitos como prioritários, dada sua fundamental importância para garantir o desempenho futuro da empresa.

As principais ações gerenciais desenvolvidas estiveram calcadas na manutenção e expansão do mercado de carvão, no desenvolvimento de novos produtos e na redução dos custos de produção, trazendo como consequência uma produção média de carvão ROM ao redor de 1.730.000 toneladas/ano, correspondente a um acréscimo de 21,24%, em relação à produção do quadriênio anterior que foi de 1.427.000 toneladas.

Além disso, desenvolveu-se uma forte ação na busca da motivação e do comprometimento de todos os funcionários no sentido de buscar mudanças reais no comportamento da empresa como um todo, nesse sentido foi desenvolvido um esforço concentrado no treinamento e implantação de um programa de "Gerencia da Qualidade", cujo desenvolvimento já produziu importantes resultados que, certamente, serão multiplicados com sua continuidade nas próximas administrações.

Dentro desse panorama a direção desenvolveu esforços cujos principais resultados obtidos passam a ser relacionados.

Na Mina de Candiota foi implantada um planta de beneficiamento de carvão adquirida de Aços Finos Piratini.

Ainda na Mina de Candiota foi efetuada a mudança da jazida em função do esgotamento da malha em operação. A nova malha, cuja exploração deverá durar cerca de vinte anos, localiza-se mais próxima a planta de beneficiamento o que deverá proporcionar redução dos custos operacionais.

Na Mina de Candiota, finalmente, foram construídas e entregues 160 residências aos empregados, através de processo licitatório.

Com relação a Mina de São Vicente foram concluídas os estudos de Viabilidade Técnica e foi obtida a licença ambiental para sua operação.

A preservação do Meio Ambiente mereceu especial atenção no período 1991-1994, sendo desenvolvidas ações importantes na recuperação de áreas mineradas.

Tendo em vista que os projetos em andamento estão de conformidade com os objetivos da empresa e visam o seu desenvolvimento e crescimento, deverão ser continuados com o apoio do acionista majoritário, dando prosseguimento ao processo de capitalização e apoio a projetos que priorizem a rentabilidade. Recomenda-se ainda a continuidade do programa "Qualidade CRM".

Para o exercício de 1994, foi estabelecida como prioridade máxima o desbloqueio das contas bancárias da Empresa, associado à busca do necessário equacionamento financeiro, o que teve pleno êxito a partir das negociações junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto ao débito então já ajuizado, e que resultou no parcelamento que está sendo rigorosamente honrado através de aportes do Tesouro do estado e com recursos próprios da CRM.

Além disso, obteve-se uma produção recorde de 1.926.000 toneladas de carvão ROM que contribuiu sensivelmente para o elevado incremento da média no quadriênio antes referido.

Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS

A criação da SULGÁS está fundamentada na Constituição Federal, Leis Estaduais e no Plano de Governo da atual administração.

A Constituição Federal em seu Artigo 177 estabelece que constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra de jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos e também o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados produzidos no país, bem como o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

Ainda a Lei Magna da nação em seu artigo 25, determina que cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão à empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.

No campo estadual o suporte legal é fornecido pelas leis 9128/90 que autorizou a constituição da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul-SULGÁS e a Lei 9705/92, que alterando a Lei 9128/90, permitiu a participação no capital social da SULGÁS de até 83% de capital de terceiros, desde que mantido sob o poder do Estado 51% do capital com direito a voto.

O documento "Povo Grande do Sul", programa de Governo desta administração, na parte que trata do gás, estabelecia como sua intenção a implantação do gasoduto Argentina-Brasil com o objetivo de produzir energia elétrica, vapor e calor para a indústria riograndense. Este objetivo se impunha em função da perspectiva da falta de energia elétrica nos anos seguintes, por insuficiência de investimentos no setor e atraso nos cronogramas das hidrelétricas e termoeletricas. Neste panorama o uso do gás natural argentino apresentava-se como componente auxiliar na matriz energética gaúcha.

A partir de 15.03.1991 a SULGÁS passou a funcionar informalmente nas dependências da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, sendo que em 16.10.1991 foi assinado o Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e a Petrobrás Distribuidora S.A., com a interveniência da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações e do Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás para a constituição da SULGÁS.

Foi indicada a seguinte composição para a formação do capital social da SULGÁS: Estado do Rio Grande do Sul 17,00%, Petrobrás Distribuidora 41,50%, sócio Privado 41,50%.

Este Protocolo foi ratificado pela Lei 9705/92 que também estabeleceu que a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS, coordenaria o processo de escolha do sócio privado.

Desde sua criação a SULGÁS desenvolveu várias ações para entrada do gás natural na matriz energética gaúcha. A principal delas foi a participação no grupo de trabalho para assessoramento à Secretaria Nacional de Energia, nas negociações entre o Governo Brasileiro e os Governos da Argentina e Bolívia, para importação de gás natural da Bolívia, resultando no Protocolo de Entendimento assinado por representantes do Governo Federal, Petrobrás e Governos dos Estados das regiões sul e sudeste.

Cabe destacar o início dos estudos e tratativas com a Petrobrás para a compra do gás de refinaria, produzido na Refinaria Alberto Pasqualini e que será fornecido para as

empresas Vidraria Sul Brasil S.A - SUBRASA, S.A. Moinhos Riograndense - SAMRIG e Siderúrgica Riograndense.

Em junho de 1993 a Petrobrás recebeu da Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM a permissão para venda do gás de refinaria à SULGÁS, através de sua declaração nº 43/93.

Em abril de 1994 foi assinado o contrato de concessão entre o Estado do Rio Grande do Sul e a SULGÁS, através do qual o Estado concede, com exclusividade, à Companhia os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás por meio de canalizações a todo e qualquer consumidor ou segmento industrial, comercial, institucional e residencial para toda e qualquer utilização e finalidade. A concessão tem prazo de 50 anos.

Atendendo pleito da SULGÁS e da região da Grande Caxias do Sul e Petrobrás mudou o traçado do gasoduto Brasil-Bolívia, que ao invés de passar pelo litoral gaúcho teve seu traçado passando pela serra gaúcha.

Em junho de 1994 foi aprovado o projeto básico do empreendimento gás de refinaria, sendo que em outubro foram assinados os contratos de fornecimento do gás de refinaria entre a Petrobrás e SULGÁS e entre esta e a Siderúrgica Riograndense. Ficou também garantida a inclusão, no Orçamento Geral do Estado para 1995, de recursos para o Empreendimento Gás de Refinaria, possibilitando a publicação do Edital de construção do gasoduto.

Outras ações importantes desenvolvidas no período 1991/1994 foram a pesquisa de mercado para levantamento dos volumes e perfis de consumo de gás natural nas indústrias da região serrana e o estudo preliminar para instalação dos ramais de distribuição de gás na região. Em Porto Alegre e região metropolitana estes trabalhos encontram-se em andamento.

A SULGÁS manteve negociações para importação de gás natural da Argentina. As negociações contaram com a participação da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, CEEE e Petrobrás e do lado argentino a Província de Entre Rios e a Empresa Transportadora Gás Del Norte. Em setembro de 1994 foi assinada Carta de Intenção entre os governos do Estado do Rio Grande do Sul e da Província de Entre Rios comprometendo-se à agilizar tratativas para execução das obras do gasoduto Argentina-Brasil.

Constituíram-se, igualmente, em ações importantes aquelas voltadas à consolidação da SULGÁS, como definição do processo de escolha do sócio privado através de leilão de ações na Bolsa de Valores do Extremo Sul, a regularização da situação financeira através da integralização do capital social pelo Estado do Rio Grande do Sul e a assinatura do

Protocolo de aporte de capital pelos sócios Estados do Rio Grande do Sul e Petrobrás Distribuidora.

As ações importantes que deverão ser desenvolvidas pela SULGÁS nos próximos exercícios são:

- a construção do gasoduto para fornecimento do gás de refinaria às empresas Siderúrgicas Riograndense (45.000 m³/dia), SAMRIG (10.000 m³/dia) e SUBRASA (15.000 m³/dia). Nesta obra deverão ser investidos R\$ 1.720.000,00, já alocados pela Petrobrás Distribuidora e Orçamento Geral do Estado;
- a assinatura dos contratos de fornecimento de gás boliviano entre o Petrobrás e SULGÁS e entre esta e as indústrias da região metropolitana de Porto Alegre e da Grande Caxias do Sul;
- a elaboração do projeto básico dos ramais de distribuição do gás boliviano;
- a continuidade das tratativas para importação de gás argentino objetivando o fornecimento de 1,5 milhão de m³/dia para alimentação de uma usina termoelétrica, com capacidade de 200 MW, a ser constituída na região de Uruguaiana.

3.10 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

TERRITORIAL E OBRAS (SPO)

3.10 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS - SPO

A Secretaria do Planejamento Territorial e Obras recebeu esta denominação com a reforma implantada em 1991, que lhe deu a característica de atuação na compatibilização das ações do Governo sobre o território. Com base na estrutura organizacional conferida à Administração Direta, as áreas de competência deste órgão são o planejamento territorial das regiões, municípios e aglomerações urbanas; os programas, obras e serviços de interesse da Região Metropolitana de Porto Alegre; a formulação, coordenação e execução dos programas de saneamento básico e de recursos hídricos; o projeto, construção, conservação e recuperação de prédios públicos; a fiscalização das obras de irrigação; a assistência aos municípios; e a habitação de interesse social, rural e urbana.

Neste mesmo ano, a SPO ampliou seu campo de atuação ao receber mais uma empresa vinculada: a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, anteriormente integrante da Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Outra formulação se deu através do Decreto nº 34.893 de 21 de setembro de 1993, que instituiu o Sistema Integrado de Gerência do Patrimônio Imobiliário, designando a SPO como um dos órgãos de apoio operacional, e, como tal, atribuindo-lhe a função de planejar os Centros Administrativos Regionais e projetar, construir e recuperar prédios públicos do Estado, em articulação com a Secretaria da Fazenda.

ATUAÇÃO:

Com esta nova estrutura, a SPO passou a abranger as seguintes atividades: Obras; Patrimônio Imobiliário e Histórico; Planejamento Territorial e Urbano; Planejamento Metropolitano e Regional; Saneamento, com as vinculadas Corsan, Ciel e na área de tratamento de efluentes industriais o Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos do Pólo Petroquímico (Sitel); Recursos Hídricos, englobando a gestão das águas e obras de irrigação realizadas através do Fundo de Recursos Hídricos e Conselho de Recursos Hídricos; Habitação, com a vinculada Cohab e o Fundo de Desenvolvimento Social.

O Governo atual, ao assumir em 1991, encontrou a SPO, com problemas de carência em relação ao seu corpo funcional, e que vinha sendo suprida com contratos de prestação de serviços através da Fundatec. Esta contratação, decorrente de convênio mantido pela administração anterior, foi submetida, por solicitação desta Secretaria, à avaliação pela CAGE,

Tribunal de Contas e Procuradoria Geral do Estado, que determinaram a gradual rescisão desses contratos. Tal fato, afetou o atendimento da demanda de trabalho como um todo, principalmente na área de Projetos e Obras.

Na área financeira, face à situação encontrada, dependência de recursos comprometidos, a Secretaria adotou um conjunto de medidas com o objetivo de compatibilizar os gastos com a disponibilidade financeira, realizando a contratação de serviços somente após a liberação de recursos. Em 93, por determinação legal, foi implantado o sistema de limite mensal, com previsão trimestral para custeio, o que contribuiu para uma redução nos gastos e um controle nos vencimentos das obrigações.

Na Diretoria de Obras havia 117 obras paralisadas do Projeto Nova Escola, retomadas neste governo.

A atual Diretoria de Planejamento (Diplan) absorveu as mesmas atribuições da antiga Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal (Surbam), sendo que as alterações institucionais se referiram à extinção do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (Cedu) e do Conselho Integrado para o Desenvolvimento do Litoral (Codel), cujas funções passaram a ser desenvolvidas pela Divisão de Planejamento Regional. Foi criado ainda o setor de Habitação com o objetivo de definir uma política habitacional para o Estado.

A Diplan apresentava um quadro reduzido de técnicos, principalmente na área de Urbanismo, acarretando uma demora no atendimento às solicitações e um desgaste da instituição perante os municípios. Face à grande demanda a estratégia foi priorizar as atividades de treinamento de recursos humanos para a administração pública, através da retomada do convênio com o Centro Regional de Treinamento em Administração Municipal (Certam), e dar um assessoramento municipal destinado principalmente a atender às pequenas cidades, com acentuadas dificuldades de estruturação. Além disso, foi dada continuidade a programas regionais de desenvolvimento integrado, abrangendo todo o Estado.

A Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional, assim designada a partir de novembro de 1991, anteriormente com atuação concentrada no âmbito da Região Metropolitana de Porto Alegre, foi encontrada com os serviços paralisados, sem recursos e desarticulada nas suas diversas áreas de ação. A dívida acumulada ultrapassava a US\$ 900.000 e a despesa com os prestadores de serviço era, também, muito alta. A estratégia adotada foi a reestruturação e reequipamento da Metroplan, ampliação da informatização, saneamento financeiro e ampliação dos convênios como o que existe com a GTZ (Cooperação Técnica da República Federal da Alemanha - Programa Pro-renda Urbano), com CPRM (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - Programa Proteger).

A CORSAN, na área de saneamento, em 1991, apresentava uma receita operacional de US\$ 211.462.000/ano e atendimento a 4.131.963 habitantes correspondendo a 89,5% da população das 283 localidades atendidas pela Corsan com abastecimento de água. A capacidade de reservação atingia a 265.552m³. Quanto aos serviços de esgoto contavam com atendimento 342.066 habitantes (7,2% da população), em 20 localidades, com uma rede coletora de 999 km. A estratégia adotada para ampliar a atuação da Corsan foi buscar um melhor desempenho operacional através de ações de recuperação de equipamentos, redução das perdas e implantação de um programa de qualidade total. Na área de recursos foi dado ênfase ao convênio do PIMES, com financiamentos através do Banco Mundial, bem como ao equacionamento da dívida junto à Caixa Econômica Federal para se habilitar ao crédito do Sistema Nacional de Saneamento.

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (Cohab) apresentava graves dificuldades financeiras, decorrentes do acentuado nível de inadimplência dos mutuários, de atraso no recolhimento das prestações de retorno dos empréstimos e do repasse de quitações junto à Caixa Econômica Federal, além de uma extrema escassez de recursos originários do FGTS, o que ocasionou a redução da abrangência social em sua atuação. Não havia um levantamento qualitativo e quantitativo do déficit habitacional. Estavam em obras 665 unidades em conjuntos habitacionais, 205 lotes urbanizados e 129 unidades do projeto Chalet. A estratégia para reverter essa situação foi, além de buscar o saneamento financeiro, desenvolver estudos sobre modelos de política de habitação de âmbito estadual que culminaram com a proposta de destinação de 1% do ICMS incidente sobre produtos fora da cesta básica para o Programa de Habitação, Saúde e Segurança. Foi proposta também a realização de uma pesquisa habitacional abrangente com vistas a quantificar e qualificar a demanda habitacional do Estado.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

De 1991 a 1994, a SPO teve no seu desempenho alguns índices significativos. A DIRETORIA DE OBRAS entregou 5,3 obras por dia gerando 212 mil empregos, sendo 71 mil diretos e 141 mil indiretos. Foi concluído o detalhamento de 391.709,88m² em projetos. Cumprindo a sua tradição centenária de executar as principais obras de edificações supervisionou a execução de inúmeras melhorias, reformas e construção de prédios, entre eles o do Centro Administrativo Fernando Ferrari, secretarias da Cultura, Justiça, Saúde e Meio Ambiente, Procuradoria Geral do Estado.

No Projeto Mutirão, destinado a reformar e conservar os prédios das escolas estaduais, foram desencadeadas 4.841 frentes de serviços referentes a 2.909 escolas que necessitavam de algum tipo de reforma. Estão ainda em andamento reformas e ampliações em 631 escolas. No Projeto Nova Escola, das 117 obras paralisadas recebidas: 106 foram concluídas, oito estão em andamento, e outras três estão em análise, totalizando 97.484,82m² de área construída.

No Programa de Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), prédios de 4.000m² em média e capacidade para 1.000 alunos, foram concluídas 54 unidades, e outras 13 estão com obras em andamento, representando uma área de 286.717,79m² totalizando investimentos de US\$ 112.797.647.

As obras e instalações do Centro Administrativo Fernando Ferrari, incluindo o Restaurante e a Plataforma - onde foi instalada a Secretaria de Educação - foram concluídas. Para melhor adequação do espaço físico do CAFF foi realizado estudo para sua racionalização, com redistribuição de área, podendo abrigar novos órgãos proporcionando economia em pagamento de aluguéis.

Para atender ao objetivo de construir e conservar prédios da Administração Estadual de acordo com as necessidades de cada órgão, foram executados projetos e obras, tais como: Projeto de adaptação de parte do antigo parque de exposição Menino Deus em parque de lazer (em fase de execução); reformas de prédios públicos em Porto Alegre e no interior, como as que estão em andamento em 37 postos policiais e conclusão do projeto de reforma de um pavilhão do Centro de Referência Humanística (Centro Vida) e da obra de um CIEP profissionalizante.

O Setor de Patrimônio Histórico realiza projetos de restauração dos prédios históricos do Estado e presta assessoria às prefeituras e órgãos estaduais para a conservação e recuperação de prédios. Desenvolve, ainda, trabalhos em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), da Secretaria de Cultura. Em 94, foram elaborados vários projetos de prédios históricos na capital e interior.

Para cumprir o objetivo de recuperar e reconstruir prédios históricos e culturais do Estado, cujas metas previam recuperação de prédios como o Arquivo Histórico, Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e Biblioteca Pública e manutenção dos imóveis do Estado, particularmente do Palácio Piratini, foram executados vários projetos e obras, com destaque para o de recuperação das escolas Rivadávia Corrêa (Santana do Livramento), Olavo Bilac (São Borja) e os da Casa da Camarinha (Piratini), Casa da Cidadania (Porto Alegre). Restauração da cobertura do Museu Farroupilha (Piratini), e da Casa Civil (Porto Alegre) e do 1º e 2º pavimentos do Museu

de Comunicação Social Hipólito José da Costa; conclusão da pesquisa histórica da Praça da Matriz; conclusão da recuperação das escolas Paula Soares (Porto Alegre - área total: 4.535 m²) e Ernesto Dorneles (Porto Alegre - área total: 3.524 m²).

Através do Pró-Patrimônio foi iniciado o recadastramento imobiliário com vistas ao melhor aproveitamento dos imóveis do Estado, seja através da racionalização do espaço, ou da compatibilização de uso, alienação ou permuta, gerando recursos para a construção dos Centros Administrativos Estaduais.

No que se refere ao objetivo de conservar e manter o Patrimônio imobiliário do Estado proporcionando condições de operacionalidade ao conjunto de prédios públicos e as metas de adaptações de prédios históricos e culturais para novas funções e de conservação e reparação em 250 prédios por ano, em média, o principal trabalho foi o levantamento prevendo o aproveitamento de imóveis do Estado para implantação dos Centros Administrativos no interior do Estado. Definidos 29 municípios para as primeiras instalações.

A SPO realizou uma pesquisa e o recadastramento dos imóveis do Estado em 387 municípios. Resultados obtidos: 4.188 certidões regularizadas; 2.126 em processo de regularização e 761 com novas certidões.

Cumprindo a sua tradição em Planejamento Urbano, a DIPLAN atuou de forma decisiva nas seguintes propostas de início de Governo: ativar ações regionalizadas dentro do Plano de Desenvolvimento Estadual; organizar e dinamizar as ações dos diversos órgãos estaduais de maneira a atender às carências de cada região do Estado, com orientação ao Desenvolvimento Integrado das Regiões; apoiar as associações dos Municípios em todas as suas reivindicações prioritárias e intermediar suas ações através dos Conselhos e colegiados regionais; buscar a adequação das Coordenadorias Regionais às Associações de Municípios para obter resultados integrados, dentro de um orçamento regionalizado, com avaliação e controle das entidades representativas da comunidade regional.

Entre os principais projetos realizados estão o do Plano Diretor Regional do Pólo Energético de Candiota. Este projeto visa a estabelecer um planejamento físico-territorial que assegure a utilização racional de seus recursos naturais e minimize as interferências recíprocas das diversas atividades conforme consta no Decreto 33.682, de 1990.

Entre os objetivos estão a elaboração de um zoneamento de uso do solo da região, normas e diretrizes que deverão ser atendidas pelas atividades que virão a se instalar na área do Pólo Econômico e estabelecer estratégias político-administrativas e diretrizes de implementação e gerenciamento do Plano Diretor Regional. Esta atividade está sendo desenvolvida em conjunto com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Fundação de Proteção Ambiental (Fepam) e a Companhia Riograndense de Mineração (CRM). Municípios beneficiados: Hulha Negra, Bagé, Pinheiro Machado, Candiota e Herval.

Outra atividade da SPO é a de identificar e dar apoio à instituição dos Aglomerados Urbanos para possibilitar a solução conjunta dos problemas regionais. Esta unidade político-administrativa - prevista na Constituição Estadual (Art.25 parágrafo 3) identifica regiões com tendência à urbanização formadas por municípios limítrofes que têm continuidade da malha viária, interesses comuns, complementariedade de funções urbanas e uma população mínima de 200 mil habitantes. O Aglomerado da Região Nordeste, que engloba os municípios de Bento Gonçalves, Farroupilha, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Garibaldi, São Marcos, Monte Belo do Sul, Nova Pádua e Santa Teresa está em fase final de instalação, e, já tem seu Conselho Deliberativo Provisório e aguarda apenas a aprovação de lei pela Assembléia Legislativa. A outra, cujos estudos estão em andamento, é a do Litoral Norte, composta pelos municípios de Torres, Arroio do Sal, Terra de Areia, Osório, Capão da Canoa, Xangri-lá, Imbé, Tramandaí, Cidreira e Palmares do Sul.

A principal vantagem da constituição dos Aglomerados Urbanos é que os serviços públicos poderão ser racionalmente implantados a partir de um planejamento conjunto. Entre estes serviços estão a definição das políticas de desenvolvimento da região, infra-estrutura como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, sistema viário, transporte, habitação popular e coleta e destino do lixo. Também nas áreas de uso do solo urbano e rural, preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural o planejamento deve abranger a totalidade da região. Entre as atividades executadas estão o levantamento de dados, assessoria técnica e instalação da Comissão Provisória; elaboração do anteprojeto de lei que cria o Aglomerado (está em exame na Assembléia Legislativa) e publicação dos documentos: "Aglomerados Urbanos do Rio Grande do Sul e Caracterização do Quadro Urbano Regional do Rio Grande do Sul - Etapas I e II" .

Já o Programa Sulfronteiras está em desenvolvimento desde 1991 e tem por objetivo criar um desenho institucional de suporte para a articulação das ações públicas no território da Região Sul, de interesse para a integração dos quatro países que formam o Mercosul. O programa, cujas ações vão se estender, no território gaúcho, por 26 municípios,

busca dotar as regiões fronteiriças de melhores serviços de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Entre as atividades realizadas no âmbito do Sulfronteiras estão um convênio com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) para realização da Avaliação Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nos Estados que compõem o Codesul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. (trabalho concluído). Organização e realização do I Encontro Internacional dos Municípios da Costa do Rio Uruguai; diagnóstico econômico, financeiro, social e territorial dos municípios de fronteira; croquis cartográficos da Região do Mercosul; proposta de trabalho e custos do Prosul; levantamento das áreas de interesse do patrimônio cultural e ambiental. Assessoramento técnico aos municípios de fronteira em planos diretores, reformas administrativas, paisagismo; implantação do Comitê provisório trinacional da Bacia do Rio Uruguai e proposta de investimentos para os municípios de fronteira. Para cumprir com o objetivo de colaborar com os municípios do Estado no programa de planejamento e desenvolvimento urbano, com a respectiva legislação urbanística, bem como o acompanhamento de sua execução e as metas de orientação, elaboração e execução de 30 Planos Diretores Urbanos, 10 Planos Viários e assessoramento à elaboração de legislação urbanística básica específica foram executadas as seguintes atividades de assessoramento técnico, ultrapassando o que foi programado em alguns itens, como: a elaboração de 35 planos diretores, 30 projetos de paisagismo, 20 projetos de infra-estrutura, licenciamento de 40 barragens, 39 projetos topográficos e o atendimento informal (sem processo) para 206 trabalhos.

Na área de assistência aos municípios e dentro do objetivo de promover treinamento de recursos humanos municipais, através de cursos regionalizados, a meta era de promoção de 60 cursos-ano, nas diversas áreas da Administração Municipal. Foram ministrados, em convênio com o Centro Regional de Treinamento das Administrações Municipais (Certam), 31 cursos. Este desempenho, aquém do previsto, se deveu a dificuldades orçamentárias. O Certam foi totalmente reequipado e poderá futuramente atender à demanda.

Outra área atendida, dentro do objetivo de orientar, assistir e assessorar técnica, jurídica e administrativamente os recursos humanos dos municípios foi à modernização dos serviços. A meta proposta era de dar assistência técnico-jurídica a 80 municípios-ano. Foram atendidos 186 municípios na área de Planejamento Urbano e 144 nas áreas administrativa, contábil e jurídica. O trabalho incluiu, ainda, a edição de publicações sobre Paradas de Ônibus, Estacionamento e Sinalização Urbana para orientar as prefeituras.

No que se refere ao objetivo de assistir técnica e juridicamente a instalação de 50 novos municípios, a SPO superou a previsão dando orientação jurídica e assistência

técnica, com concessão de empréstimo (Fundurbano) a 94 novos municípios.

Melhorar a qualidade de vida das populações de pequenas comunidades, através de um trabalho participativo de todos os segmentos, juntamente com entidades públicas e/ou privadas que estejam atuando em atividades comunitárias, foi também um dos objetivos cumpridos pela SPO através do apoio com recursos financeiros, materiais ou técnicos, projetos de infra-estrutura econômica e social, especialmente nas áreas de saúde, educação, saneamento, habitação, energia, armazenagem, transporte e lazer, criando alternativas de empregos em pequenas e médias empresas. A principal ação executada foi a assinatura do convênio de cooperação entre o Estado e a Fundação Banco do Brasil (Fundec) visando à conjugação de esforços no processo de desenvolvimento de comunidades urbano-rurais, beneficiando as comunidades com população entre 500 e 5.000 habitantes.

Para cumprir o objetivo de fomentar a formulação das diretrizes e prioridades para a implementação da Política Urbana do Estado que previa assistência técnica a consórcios intermunicipais na área do desenvolvimento urbano foi iniciada a elaboração do Projeto Integrado de Desenvolvimento dos Municípios de Pelotas, São José do Norte e Rio Grande que visa enfatizar as potencialidades da região nas áreas industrial e turística.

A FUNDAÇÃO DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL (METROPLAN), vinculada à SPO, tem por objetivo a execução de tarefas ligadas ao planejamento da Região Metropolitana e de outras regiões do Estado com a programação e execução de serviços comuns aos municípios delas integrantes e coordenação de programas e projetos de interesse regional.

Na área da Cartografia, a Metroplan vem produzindo cartas temáticas digitalizadas e levantamentos planialtimétricos, mas a produção do Estado nesta área se encontra grandemente defasada em relação às demais Unidades da Federação, necessitando investimentos elevados para a conclusão de trabalhos como: Geoprocessamento escala 1:50.000, Plano Cartográfico do RGS - Aquisição de Imagens de Satélite - e de programas de geoprocessamento. Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e outros serviços compatíveis com a sua finalidade, a Metroplan cumpriu a meta de elaboração do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e ainda executou o II Inventário de Vilas Irregulares da RMPA incluindo levantamento de dados, fotointerpretação e mapeamento. Na área de assessoramento aos municípios na estruturação e elaboração de diretrizes para o planejamento metropolitano, das metas previstas foram realizadas atividades como: elaboração de estudos para o Plano Diretor de Resíduos Sólidos da RMPA; assessoramento às administrações municipais

em saneamento ambiental e trabalhos de educação sanitária junto à comunidade; assessoramento e elaboração de Planos Diretores de municípios da RMPA; conclusão de documento técnico do Zoneamento Industrial Metropolitano; estudo para implantação de uma cidade tecnológica da RMPA - participação da UFRGS, PUCRGS, Secretaria de Ciência & Tecnologia, Fapergs e Cientec.

Com relação ao objetivo de implantar, acompanhar e avaliar obras e projetos foram executados os seguintes serviços de pavimentação de vias indispensáveis à melhoria do tráfego na RMPA:

LOCAL	OBRA (Rua)	EXTENSÃO	VALOR (US\$)	BENEFÍCIO
Canoas	RGS	1.400 m	340.000,00	35 mil hab
	Florianópolis	2.300 m	705.160,00	25 mil hab
	Nazário	2.850 m	618.577,00	10 mil hab
	Gildo de Freitas	2.100 m	540.000,00	10 mil hab
Esteio/ Sapucaia	Luiz Pasteur	3.700 m	890.000,00	30 mil hab
Cachoei- rinha	Flores de Cunha	4.100 m	2.430.000,00	140 mil hab
Gravataí	Dorival de Oliv.	6.200 m	2.970.000,00	140 mil hab
Viamão	Gentil de Godoy	6.000 m	840.368,00	20 mil hab
	Amazonas/Timbir.	1.500 m	636.256,00	10 mil hab
	Moema/ Bérico Bernardes	5.000 m		20 mil hab
Porto Alegre	Av. Costa Gama	5.800 m	1.330.000,00	100 mil hab
Guaíba	Jardim Sta Rita	2.840 m	842.054,00	30 mil hab
	Sans Souci	12.000 m	2.496.000,00	60 mil hab
Alvorada/ Viamão	Frederico Dohl/ Assis Brasil	9.500 m	1.366.400,00	50 mil hab
POA/ Viamão	Av. Prot. Alves/ Caminho do Meio	6.000 m	1.086.000,00	20 mil hab
Cachoei- rinha Gravataí	Marechal Rondon	5.000 m	358.000,00	60 mil hab
		em anda- mento		
Alvorada	Tiradentes	1.480 m	253.124,00	35 mil hab
TOTAL	17	77.770m	17.701.939,-	795 mil hab

Na tarefa de atualizar e complementar periodicamente os dados cartográficos com utilização de imagens orbitais foram produzidas na área de Cartografia digitalizada 113 cartas temáticas estando em andamento o Geoprocessamento e o Plano Cartográfico do Estado.

Entre as metas de programação de atividades, obras sociais e ações destinadas a resgatar a insuficiência de equipamentos sociais, foram executadas as seguintes obras: rede de esgoto Vila Castelo (Porto Alegre - Vila Restinga Velha). Benefício: 12.931 habitantes; pesquisa sobre condições de moradia, situação sócio-econômica e processo migratório da população favelada da RMPA (em andamento); Programa de Organização e Desenvolvimento da Comunidade (Prodesc) RMPA e Aglomerados Urbanos; Programa Estadual de Saneamento Alternativo (Proesa) em andamento.

No Projeto Promorar foram concluídas obras na Chácara da Fumaça: (esgoto cloacal, unidades habitacionais), Vila Figueira (esgoto pluvial e unidade habitacionais) Bairro Feitoria - São Leopoldo (esgoto pluvial e unidades habitacionais) Benefício: 6.000 pessoas.

A atividade da SPO na área de Saneamento é desenvolvida principalmente pela COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN - com abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos. No de tratamento de esgotos industriais o destaque é para o Sistema de Tratamento de Efluentes Líquidos do III Pólo Petroquímico (Sitel) que desenvolveu tecnologia própria para o tratamento de efluentes líquidos e começa a se especializar também no tratamento de resíduos sólidos deste ramo industrial. Na zona rural o atendimento é feito através do Programa de Açudes e Poços (PAP) que perfura poços para abastecimento a pequenas comunidades. O trabalho é realizado em conjunto com a Corsan.

A SPO tem tido papel relevante também na discussão da Política Nacional de Saneamento através da atuação do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Saneamento e Meio Ambiente. De 1992 a 1993 o Rio Grande do Sul ocupou a vice-presidência e de 1993 a 1994 a presidência do Fórum de Secretários. Além de inúmeras reuniões e debates de temas fundamentais para a área de Saneamento, o Fórum realizou um debate nacional em Porto Alegre. O maior empenho do Fórum, ao lado das demais entidades representativas do setor, foi pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 191 - atualmente em fase final de tramitação no Congresso Nacional - que institui a Política Nacional de Saneamento.

A Companhia Riograndense de Saneamento tem também entre suas atribuições a realização de estudos, projetos, construção e exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotos sanitários e atividades afins de saneamento básico.

O Programa de Governo previa a valorização da Corsan, através da implantação de reformulação tarifária - tarifa-consumo, estabelecimento de indicadores operacionais e destinação de recursos orçamentários. A meta foi atingida parcialmente, com a implantação da tarifa-consumo em alguns municípios.

Entre as metas estabelecidas na área de saneamento urbano foi ultrapassada a de ampliação do abastecimento de água de 92% (prevista: 95%, realizada: 96%). Também foi ampliado o número de localidades atendidas por serviços de Corsan, de 283 para 342 incluindo-se um grande número dos municípios recém-emancipados e que não teriam condições de se desenvolverem adequadamente sem contar com este serviço. Isto representa um atendimento a mais de 5.000.000 de riograndenses, do universo de habitantes atendidos pela CORSAN. São investimentos cujo retorno é a melhoria dos padrões de saúde pública da população, pois analisados do ponto de vista econômico não teriam viabilidade pelo reduzido retorno em termos tarifários, devido as comunidades terem baixa densidade populacional. No que se relaciona ao sistema de esgotamento sanitário urbano a proposta foi de ampliação do atendimento para 50% da população. Por se tratar de programa ambicioso pelo elevado custo destas obras (os organismos internacionais estimam o custo de US\$ 300 por habitante para os sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários) e em virtude de o Rio Grande do Sul não ter obtido recursos federais para esta área o cumprimento desta proposta ficou prejudicado, bem como o das de implantação de água e esgoto para subabitações urbanas periféricas e de saneamento rural.

A capacidade de reservação se elevou para 328.511 m³, com a construção de reservatórios beneficiando 64 localidades. Em esgoto sanitário o benefício se estende a 411.291 habitantes (8,36% da população), tendo o total da rede sido ampliado para 1.083 km. A receita operacional da Corsan está em US\$ 226.000.000/ano.

Como resultado da auditoria operativa realizada na Companhia Riograndense de Saneamento foi assinado o Contrato de Gestão que estabelece condições de relacionamento entre a Corsan e o Estado, possibilitando o cumprimento da Política Estadual de Saneamento Básico, obtenção da satisfação da população atendida com os serviços, bem como os órgãos concedentes, buscando a melhoria da qualidade e produtividade econômica e financeira da Companhia.

Entre os compromissos assumidos pela Corsan estão: implantação de um programa de Qualidade Total, redução das perdas e aumento dos investimentos em redes de esgoto. Já o Governo do Estado se compromete a providenciar recursos para aporte de capital, a responder financeiramente pelos empreendimentos de caráter social, cujos estudos demonstrem serem economicamente inviáveis, dar cobertura às isenções de caráter social, realizar obras de proteção dos recursos

hídricos, instituir uma Política Estadual de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos, converter a dívida da Corsan junto ao Fundo de Água e Esgoto (FAE), em aumento de capital.

Implantada durante o atual governo a experiência da autoleitura das contas de água já beneficiou 14 localidades, abrangendo 20.000 ligações. Já foi iniciada a segunda fase que deve beneficiar mais 35 localidades. Está em execução a primeira fase do projeto de informatização das Unidades de Saneamento (US) da Corsan. Até 1995 a previsão é de informatizar 60 USs, com investimento de US\$ 150.000. Um outro projeto prevê que até 1995 deverão ser implantados 91.000 metros de rede adutora em 11 localidades beneficiando 100.000 pessoas. Investimento: US\$ 5.723.000. Também se encontram em fase final de implantação ETAs em cinco localidades, beneficiando as populações das cidades abastecidas pelos sistemas de Atlântida, Casca, Dois Irmãos, Encruzilhada do Sul, Giruá, Gravataí, Maristela, Parobé, Sertão e Três de Maio. O aumento da capacidade de produção será de 192 litros por segundo e o investimento: US\$ 1.410.000.

Para cumprir o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do nível de saúde da população buscando o controle e/ou redução das doenças originadas pela falta de saneamento foi proposta a implantação de programa social a pessoas de baixa renda. A ação realizada foi praticar a isenção da tarifa de água nas localidades atendidas pela Corsan que residam em moradias de até 40 m² e com no máximo cinco pontos de água. Com esta ação foram beneficiadas 200 mil pessoas.

Os grandes consumidores da Corsan recebem tarifa e ciclo de faturamento diferenciado. O programa está sendo executado desde 1992 e refere-se ao Projeto Comercial para Grandes Consumidores.

Na área, de recuperação e instalação de hidrômetros a ação proposta foi de instalação de 750.000 hidrômetros. No período de 1991 a 1994 foram recuperados 83.304 aparelhos nas 293 localidades atendidas pela Corsan, correspondendo a um aumento de 11% dos hidrômetros em funcionamento com investimento de US\$ 1.200.000 e instalados 251.000 aparelhos nas 293 localidades atendidas pela Corsan, correspondendo a um aumento de 40% em relação aos hidrômetros existentes. com investimento de US\$ 10.040.000.

A aquisição de 500.000 hidrômetros ficou prejudicada pela suspensão da compra - já licitada - por determinação da Assembléia Legislativa para exame da operação.

Para cumprir a meta de ampliar o atendimento com água tratada foi proposta a ampliação de rede em 3.000 km. De 1991 a 1994 foram assentados 1.664 quilômetros de rede de água entre todas as localidades atendidas pela Corsan,

correspondendo a um aumento de 10% em relação à rede existente, com investimento de US\$ 16.650.000. Cumprido 55% da meta.

Todas as 293 localidades atendidas foram beneficiadas com uma ou mais melhorias nos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos. Investimento: US\$ 51.229.000

De 1991 a 1994 foram construídos reservatórios em 64 localidades correspondendo a um aumento na capacidade de reservação equivalente a 24.510.000 litros nas diversas regiões do Estado. Investimento: US\$ 4.655.000

Para atingir o objetivo de dotar as pequenas comunidades do interior do Estado, ainda não abastecidas pela Corsan, de água potável através de poços tubulares profundos foi proposta a perfura o de 1.200 poços. Através do convênio SPO/PAP/Corsan foi atingida integralmente a meta com perfura o de 1.197 poços beneficiando a 800.000 pessoas o investimento foi de US\$ 6.500.000.

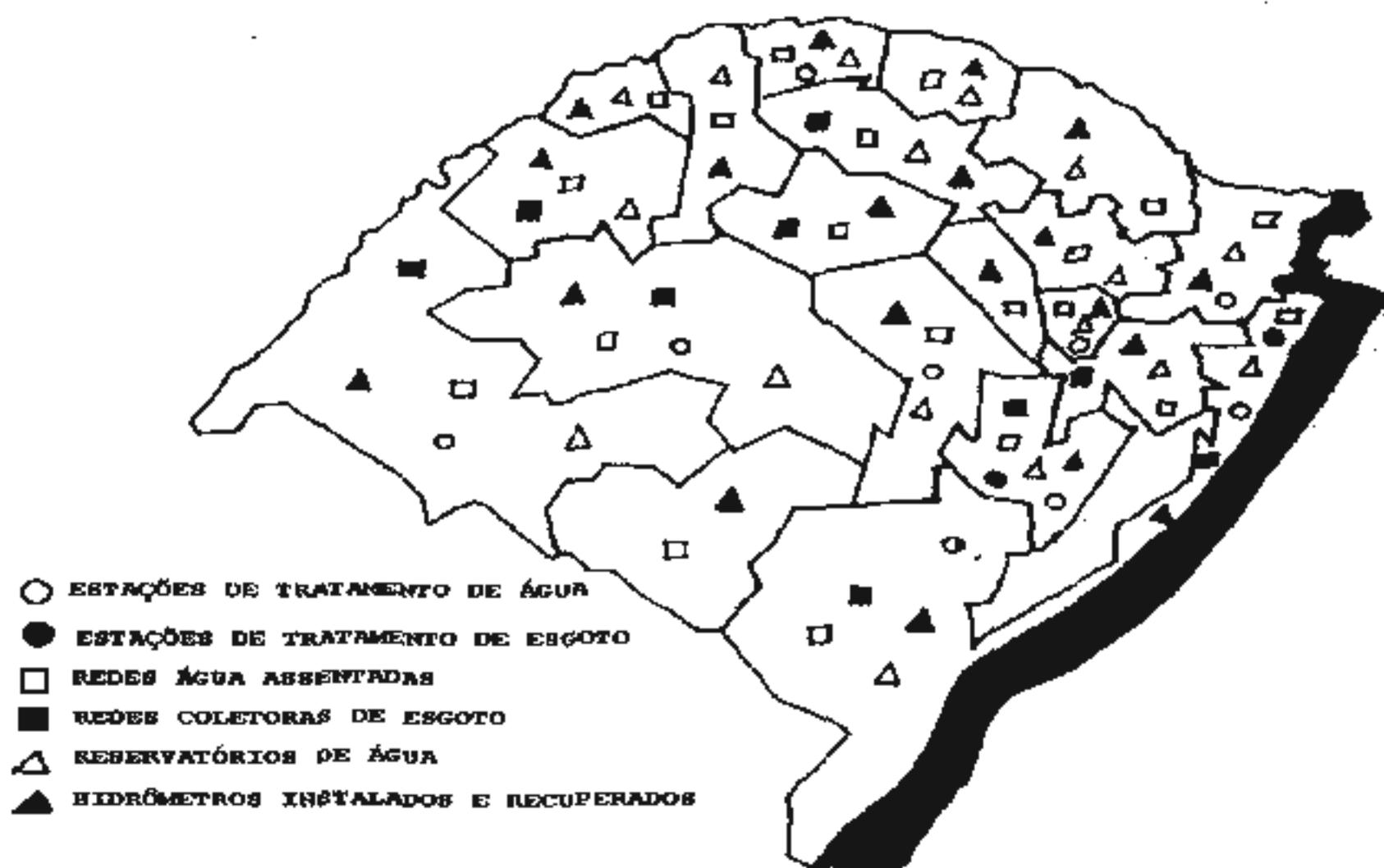
A proposta era proporcionar a 800 pequenas comunidades, que não sejam atendidas por empresas estatais, um sistema de abastecimento de água prático, simples e eficiente. Foram atendidas apenas 25 localidades, com benefício a 5.000 habitantes porque não houve destina o de recursos orçamentários para o programa de Saneamento Rural.

Esta sinopse das principais variáveis da Corsan mostra a evolu o apresentada nos últimos quatro anos com um incremento considerável no abastecimento de água e um desempenho modesto no que se refere aos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários. Não foram executadas as obras, previstas dentro do Pr -Guaíba, de sistemas de coleta e tratamento para as cidades de Cachoeirinha e Gravataí.

�GUA	1990	1994	INCREMENTO
Reserva�o(m3/ano)	265.552	331.579	+ 66.027 m3/ano
Extens�o de rede (km)	15.246	17.334	+ 2.088 km
Localidades atendidas	283	342	+ 21%
Economias	1.200.454	1.353.701	+ 13%
Produ�o (m3/1.000)	359.890	431.060	+ 20%
Hidr�metros instalados	573.000	848.000	+ 48%
Popula�o atendida	4.131.963	4.659.439	+ 527.476 hab.

ESGOTO	1990	1994	INCREMENTO
Rede (km)	999	1.083	+ 84 km
População atendida	342.066	411.291	+ 69.225 hab.
Localidades atendidas	41	41	-
Economias	99.380	119.492	+ 20%

O mapa a seguir mostra a localização das principais obras executadas pela Corsan por região de abrangência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento evidenciando uma distribuição uniforme das ações desenvolvidas.



O compromisso de preservar os recursos hídricos do Rio Grande do Sul está sendo cumprido pelo Governo do Estado com o trabalho realizado pelo CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS (CONRHIRGS), financiado pelo Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos, ambos vinculados à SPO. O Fundo de Recursos Hídricos tem como atribuição promover investimentos em obras e instalações, com o objetivo de realizar estudos, pesquisas e levantamentos necessários à formulação do Plano Estadual de Utilização de Recursos Hídricos e elaboração e execução de programas e projetos na área de preservação e recuperação dos recursos hídricos, abastecimento humano, controle de cheias, irrigação e drenagem.

No período de 1991 a 1994 foram executadas obras beneficiando os agricultores gaúchos, especialmente as culturas como o arroz irrigado. Houve um incremento de 21.155 hectares irrigados através de barragens, açudes comunitários e microaçudes.

A SPO coordenou a elaboração dos projetos com vistas à implantação no Rio Grande do Sul da gestão das águas através da regulamentação do artigo 171 da Constituição Estadual - cujo anteprojeto foi concluído e enviado à Assembléia Legislativa (Projeto de Lei 268/94) - e da implantação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Os preparativos para a gestão das bacias hidrográficas estão em desenvolvimento com a conclusão da primeira etapa do projeto de avaliação das disponibilidades do Rio Santa Maria e a criação do Comitê de Gerenciamento. O fortalecimento dos Comitês dos Rios Gravataí e Sinos, através inclusive do aporte de recursos, permitirá prepará-los para que se tornem os fóruns de discussão e decisão nas questões que envolvam recursos hídricos.

As metas propostas foram de promover a irrigação de 18.800 hectares de arroz nos arroios Pulquéria, Lajeado a Arroio das Canas e nos rios Butuí, Gravataí e Vacacaí; o abastecimento regular de água para 1.000.000 de pessoas nos municípios de Gravataí, Viamão, Alvorada, Cachoeirinha e Porto Alegre com a construção de barragens multifamiliares no rio Gravataí; o abastecimento de água à cidade de São Gabriel com a barragem do Rio Vacacaí; a construção de 15.000 açudes e a irrigação de 60.000 ha de lavouras de milho, feijão e hortigranjeiros. Algumas das metas foram atingidas através da construção da Barragem Barra Falsa, em São José do Norte. Benefício: 5.000 hectares com investimento de US\$ 500 mil; conclusão dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do projeto da Barragem do Butuí; conclusão da obra da barragem-ponte Braga, em Braga, propiciando a irrigação 20 ha; conclusão do projeto das barragem da Pulquéria em São Sepé; construção das barragens VAC 04, 06 e 07, em São Gabriel, propiciando a irrigação de 15.800 ha arroz, com investimento de US\$ 15.340.000; construção de 12 açudes comunitários, beneficiando a irrigação para 335 ha, com investimento de US\$ 463.000; construção de 283 microaçudes.

Já a proposta de criação de um Fundo Estadual de Saneamento não foi realizada.

Dentro das propostas apresentadas inclui-se, também, a realização de estudos para implantação de sistema de previsão de cheias, amenizando os prejuízos das enchentes. Para atender a esta finalidade foi realizado o anteprojeto para a Bacia do Rio Uruguai.

Criar o sistema de informações hidrometeorológicas e operacionalização de 350 estações hidrometeorológicas no Estado, foi uma das metas atingidas, através da instalação do banco de dados hidrometeorológicos (níveis, vazões, precipitações) com informações em todo o Estado, em convênio com o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Quanto à ação proposta referente ao desenvolvimento do programa de regionalização de vazões mínimas, com levantamento de informações em cerca de 50 pequenos rios no norte do Estado para subsidiar projetos de abastecimento público e irrigação, não foi realizado nenhum trabalho.

Para cumprir as metas de realizar obras de contenção de cheias no Rio dos Sinos, rio Ibirapuitã, rio Taquari, e outras obras em municípios do Alto Uruguai, foram executadas tratativas com a Secretaria de Desenvolvimento Regional visando à retomada das obras do Sistema de Proteção de cheias do Rio dos Sinos.

Através do Fundurbano, integrado à nova estrutura da SPO, foram viabilizados recursos para a realização de obras de infra-estrutura urbana em 49 municípios.

A Secretaria participa, como coordenadora, da Coordenadoria de Infra-estrutura, que teve neste período a realização de inúmeras reuniões, com o objetivo de analisar questões como a da política tarifária das estatais e vinculadas, e o início dos estudos para elaborar o projeto de desenvolvimento estratégico da infra-estrutura do Estado.

As ações desenvolvidas pelo Governo do Estado, através da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO (COHAB), na área da Habitação se centram em três planos: o que se relaciona ao planejamento da política habitacional, o de construção de moradias para população de baixa renda, através do Programa Estadual de Habitação, Saúde e Segurança e outros programas da Cohab, e o executado através da Metroplan. Esta área mereceu especial atenção do Plano de Governo. Foram propostas as seguintes ações: implantação do Sistema Estadual de Habitação com integração entre os órgãos estaduais e municípios com atenção especial para a política de recursos e política de terras. Entre as realizações nesta área destacam-se a conclusão de 205 lotes urbanizados (Prolurb) e de 546 unidades habitacionais (Caxias do sul, Pelotas, Carazinho, Tapera, Santa Maria e São Leopoldo) em parceria com as

prefeituras municipais; recuperação de 224 unidades habitacionais e conclusão de 723 unidades habitacionais em conjunto; conclusão de uma escola com 16 salas em conjunto habitacional; criação da Comissão Estadual de Regularização das Terras Públicas Ocupadas (Lei Complementar 9752/92) coordenada pela Metroplan e encarregada de instaurar e executar os processos administrativos de legitimação das áreas ocupadas. Foram concedidas 1.300 certidões beneficiando 10.000 famílias na Região Metropolitana.

Em relação à proposta de ampliação do plano habitacional do Estado para população de até 5 salários mínimos entre as ações realizadas está a Criação do Fundo de Desenvolvimento Social para execução do Programa de Habitação, Saúde e Segurança com aplicação dos recursos nas áreas da Saúde (aquisição de medicamentos) e Segurança (Polícia Civil, Brigada Militar e Corpo de Bombeiros). No quadro abaixo estão descritos os valores aplicados nas três áreas.

Compra de medicamentos (10%)	US\$ 1.379.336
Polícia Civil - equipamentos (7,5%)	US\$ 1.555.091
Brigada Militar - equipamentos (7,5%)	US\$ 1.555.091
Corpo de Bombeiros - equipamentos (5%)	US\$ 1.036.728
Programa de Habitação - (70%)	US\$ 14.514.181
Municípios beneficiados:	308
Número de habitações construídas:	5.230

Ao Programa Cesta Básica foram concedidos 1.371 financiamentos em 51 municípios com a conclusão de 641 moradias. Outras ações realizadas foram a construção de 129 casas para integrantes das Brigada Militar, em Caxias do Sul e a elaboração de anteprojeto de lei para regularização de lotes residenciais ocupados viabilizando a comercialização para os próprios ocupantes. Projeto de lei 272/94 está em tramitação na Assembléia Legislativa.

O Programa Estadual de Habitação, Saúde e Segurança é administrado pelo Conselho do Fundo de Desenvolvimento Social (1% do ICMS dos produtos que não compõem a cesta básica) e coordenado pela Companhia de Habitação do Estado (Cohab) em parceria com os municípios.

A Cohab vem buscando a redução da inadimplência e a regularização de imóveis transacionados entre terceiros. A inadimplência apresentou uma redução de 40% para 30%. Foi feita a regulamentação da comercialização de 15.000 m² de áreas próprias comerciais e residenciais em disponibilidade, com vistas à conversão do ativo immobilizado em circulante. Para promover o saneamento financeiro: foram negociados débitos junto à CEF possibilitando a reabilitação no que se refere aos recursos oriundos do FGTS. Os débitos foram incluídos na renegociação da dívida do Estado.

Algumas das metas foram alcançadas, mas o déficit habitacional acumulado é de cerca de 450 mil habitações para a faixa de renda até 5 salários mínimos.

Outros projetos significativos: - Projeto Promorar: Executado pela Metroplan dentro do Programa Metropolitano de Resgate Social. Ações concluídas: implantação de unidades habitacionais e esgoto cloacal na Chácara da Fumaça, unidades habitacionais na Vila Tronco, esgoto pluvial e unidades habitacionais na Vila Figueira e unidades habitacionais e esgoto pluvial na Vila Feitoria. - Projeto Prorenda Urbano: Executado pela Metroplan em convênio com a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). Ações concluídas: vários projetos nas regiões da Vila Maria da Conceição, Campo da Tuca, Mato Sampaio, Medianeira e Restinga Velha (Porto Alegre) Ações em andamento: Levantamento aerofotogramétrico das áreas do projeto Prorenda.

Ainda teve significância nas ações desenvolvidas pela SPO, o Sistema de Pleitos.

Criado pelo Governo do Estado em abril de 1993 o Sistema de Pleitos possibilita que pessoas comuns ou representantes de comunidades (prefeitos, vereadores), líderes de classe, de associações possam encaminhar seus pedidos e receber informações imediatas, sem intermediários sobre se o pleito poderá ser resolvido e em caso positivo, o seu andamento. Os pedidos vão desde a perfuração de um poço, reforma de uma escola ou extensão de serviço de abastecimento de água. Os pedidos são encaminhados ao governador por carta, telegrama ou simples bilhetes. De lá eles são encaminhados aos órgãos da administração direta e indireta conforme a área de atuação em que se enquadra o pedido.

Desde a criação do sistema a SPO recebeu 786 pleitos ou reivindicações. Deste total, 586 foram concluídos e os restantes 220 estão em andamento.

A distribuição dos pleitos por assunto e órgão ao qual foi dirigido, no âmbito da SPO são os seguintes:

Órgão/Projeto	Recebido	Atendido	Em andamento
Programa de Açudes e Poços	171	36	135
Cohab	336	303	33
Metroplan	14	7	7
Corsan	150	133	17

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:

Tendo em vista este perfil desenvolvido pela Secretaria do Planejamento Territorial e Obras e suas vinculadas, nestes quatro anos, consideramos que o desempenho foi positivo na maioria das áreas, ressalvadas as dificuldades conjunturais do próprio país que representaram diminuição de investimentos, especialmente da área federal. Áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social, como as da Habitação e Saneamento necessitam ainda de maior atenção da sociedade, com a destinação de recursos orçamentários, especialmente para os programas sociais e os voltados para a área rural. Na área de saneamento é preciso ter em conta que os efeitos de uma boa estrutura sanitária têm reflexos imediatos nas taxas de mortalidade infantil, e índice de qualidade de vida, com a vantagem de se constituírem em poderosos instrumentos de saúde pública preventiva. Um parâmetro importante para medir a eficiência da cobertura de saneamento do Rio Grande do Sul foi a de não ter surgido nenhum caso de cólera no Estado durante a epidemia que atingiu a maior parte do país. É preciso alertar, no entanto, que é inadiável a realização de esforços para ampliar a cobertura com serviços de esgotos sanitários, cujos índices de atendimento da Companhia Riograndense de Saneamento beneficiam apenas 10% da população que conta com abastecimento de água da Corsan. Pelo alto custo destes investimentos (US\$ 300 por habitante) devem se constituir em objeto de uma política de Estado, com recursos de todas as fontes possíveis, inclusive aquelas que venham a ter origem em reparações de danos ao meio ambiente.

Merecem especial atenção pela próxima gestão administrativa as seguintes medidas:

- Complementar o quadro de funcionários da SPO, especialmente na área técnica, e modernização dos equipamentos necessários ao desempenho funcional, bem como ampliação do treinamento de pessoal;

- Garantir investimentos para conclusão e/ou continuidade dos projetos em andamento, como CIEP, Mutirão e Patrimônio Histórico - na área de Obras; Sulfronteiras, Aglomeração Urbana, Pesquisa Habitacional, Planejamento Territorial e Urbano, Cartografia - na área de Planejamento Territorial, Urbano e Regional; e Centros Administrativos Regionais;
- Implantar o Sistema Estadual de Recursos Hídricos de acordo com o projeto de regulamentação do artigo 171, da Constituição Estadual;
- Dar condições para a execução do contrato de gestão assinado entre a Companhia Riograndense de Saneamento e Governo do Estado, bem como atender às necessidades de atendimento na área de Saneamento Rural;
- Proporcionar a manutenção dos recursos orçamentários provenientes do aumento da alíquota do ICMS (1%) e buscar a retomada dos investimentos com a CEF para a área de habitação;
- Propiciar as condições de pleno funcionamento do projeto da Avenida do Trabalhador;
- Criar um banco de terras metropolitano, com participação das prefeituras municipais, para viabilizar projetos de regularização fundiária e assentamento de populações carentes.
- Executar estudos para zoneamento industrial na RMPA.
- Viabilizar as condições para execução do Pró-Guaíba, incluindo as ações a serem desenvolvidas pela Metroplan (Plano Diretor de Resíduos Sólidos e Geoprocessamento), Corsan (Sistemas de coleta e tratamento de esgotos de Cachoeirinha e Gravataí, Monitoramento da Bacia Hidrográfica e Programa de Educação Ambiental)

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994:

No exercício administrativo de 1994 tiveram destaques as seguintes ações:

Pesquisa Habitacional - realizada pela Diretoria de Planejamento da SPO, através da Divisão de Habitação, em conjunto com a Companhia de Habitação do Estado e Metroplan para fornecer o diagnóstico das demandas habitacionais do Estado. Iniciada em 1992, foi concluída em 1994. A pesquisa foi feita em 333 municípios revelando a necessidade de 433.010 moradias. Está sendo preparada a publicação dos dados.

Com relação ao FUNDURBANO no ano de 1994 foram assinados seis contratos no valor total de US\$ 924.136,00 beneficiando 1.351.368 habitantes. Estão em análise quatro pedidos de financiamento, no valor de US\$ 245.832 para investimentos em infra-estrutura urbana beneficiando 118.325 habitantes.

Comparativamente a 1990 - quando foram assinados 288 contratos - o Fundo teve um desempenho negativo devido principalmente ao não repasse de recursos pelo Estado ocasionando a descapitalização e afetando o patrimônio líquido.

Entre os projetos em andamento estão os Canais de irrigação das barragens Vacacaí 4 e 7, em São Gabriel, que vão beneficiar a área de orizicultura. Os investimentos são de US\$ 2 milhões. Está em licitação o Plano Integrado de Aproveitamento da Bacia do Rio Santa Maria (Investimento: US\$ 418 mil) também beneficiando a área de orizicultura e prevenção de enchentes. Na área de planos integrados de bacias estão previstos o da Bacia do Rio Quaraí - Investimento: US\$ 140 mil . Benefício: área de orizicultura.

Na área de Habitação se obteve um significativo avanço com o desenvolvimento do primeiro programa com vistas ao lançamento das bases para uma política habitacional permanente para o Rio Grande do Sul. E, salienta-se a criação do Fundo de Desenvolvimento Social , que foi um embrião para a captação de recursos para o setor, possibilitando em 1994, a conclusão de 5.230 unidades habitacionais. Uma pesquisa com dados habitacionais coletados em 333 municípios - em fase de publicação - forneceu o perfil da demanda do Estado. No ano de 1994 foram entregues os primeiros 1.300 títulos de permissão de uso, possibilitando a regularização de áreas públicas ocupadas, beneficiando 10.000 pessoas que residem na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Com maior relevância se destaca em 1994 o Projeto Avenida do Trabalhador.

A Avenida do Trabalhador é uma grande perimetral que vai da Vila Restinga a Canoas, ligando Porto Alegre com Viamão, Alvorada e Cachoeirinha, beneficiando o deslocamento de mais de 1,5 milhão de habitantes e contribuindo para o reordenamento do transporte coletivo da Região Metropolitana. Mais do que apenas uma rodovia, o complexo disseminará serviços ao longo dos seus 58 quilômetros levando cultura, segurança, saúde e transporte a extensas áreas desassistidas beneficiando os habitantes de toda a Região Metropolitana.

Com a execução da Avenida do Trabalhador - um novo traçado unindo os municípios no sentido Norte/Sul - o Governo do Estado marca sua presença na região cumprindo a atribuição constitucional de responsabilidade no Planejamento Metropolitano.

A partir dos dados levantados pela Metroplan ficou caracterizado um quadro de desigualdades entre os municípios da Região Metropolitana. No caso de Viamão e Alvorada os índices de crescimento são mais baixos, enquanto as taxas de mortalidade infantil são mais elevadas, pela incidência maior de população de baixa renda, menores taxas de retorno dos tributos e pequena atividade industrial. Ao mesmo tempo, essa população é dependente da Capital e dos demais municípios para a busca de empregos e serviços públicos de natureza social. Situação semelhante ocorre com a parte sul de Porto Alegre, especialmente na Vila Restinga. Já Cachoeirinha e Gravataí, com distritos industriais mais desenvolvidos e Canoas - uma das cidades que mais cresceu no Estado nos últimos anos - apresentam um quadro promissor de geração de empregos.

Além de um novo trajeto a Avenida do Trabalhador se constitui no centro da atuação do Governo do Estado na Região Metropolitana, oferecendo serviços de Segurança - através da Polícia Civil, Brigada Militar e Saúde, destacando-se nove Centros de Triagem e Atendimento ao Trabalhador (CTAT) com investimento de US\$ 6,4 milhões e equipamento de 11 unidades sanitárias adjacentes e reforma em outras 19. Na área de Ciência e Tecnologia está sendo aproveitado o campus da Cientec para implantação da Tecnópole.

**3.11 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E DA ADMINISTRAÇÃO (SPA)**

A Secretaria do Planejamento e da Administração foi criada pela Lei nº 9.433, de 27.11.91, a partir da fusão das Secretarias de Coordenação e Planejamento e de Recursos Humanos e Modernização Administrativa.

Tem como órgãos vinculados a Fundação de Economia e Estatística "Siegfried Emanuel Heuser" (FEE), o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) e a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH).

A política adotada pela presente gestão da SPA esteve assentada em três grandes linhas de ação, a saber: a valorização e o fortalecimento da função planejamento como atribuição do poder público; a implementação da Reforma Administrativa e modernização do aparato burocrático estatal; e, a manutenção e o desenvolvimento de programas especiais.

Quanto ao planejamento, é necessário considerar a mudança conceitual e, conseqüentemente, as mudanças metodológicas determinadas pela Constituição.

A finalidade do planejamento governamental é orientar e fundamentar as decisões e implementar as políticas definidas, instrumentando o Governo a uma gestão mais eficaz do processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A missão do órgão central de planejamento é a de promover, executar, sistematizar e coordenar a atividade técnica de planejamento. Ela implica no exercício, normatização e integração das atividades de planejamento, de acompanhamento e controle de execução, de avaliação do desempenho dos agentes públicos e de avaliação dos resultados, além da adequação da estrutura, processos e meios às necessidades do Estado para um bom desempenho no cumprimento de suas funções.

No contexto de um planejamento descentralizado como o nosso, é óbvia a necessidade de perfeita articulação das atividades técnicas, para dar racionalidade e convergência ao esforço dos múltiplos agentes.

Este Governo encontrou o planejamento em situação crítica, com atividades desestruturadas e equipes desmotivadas. Até então, nada fora feito no sentido de adequar o Sistema de Planejamento do Estado à transformação no caráter e objetivos do planejamento estadual, determinada pela Constituição Estadual, promulgada em 1989. Segundo o artigo 167, parágrafos 1 e 2, o artigo 157, inciso VI e o artigo 149, parágrafo 2, incumbe ao Governo do Estado o planejamento global do desenvolvimento econômico e social do Estado e as diretrizes globais, regionais e setoriais de desenvolvimento, definidas com a participação da sociedade

civil. O planejamento não mais se circunscreve aos atos dos agentes públicos. Diz respeito ao desenvolvimento do Estado como um todo, abrangendo a orientação ao setor privado.

Também nada se fizera de efetivo no sentido de regionalização dos investimentos.

No seu projeto de Reforma do Estado, um dos pontos básicos da sua campanha, em proposta formalizada pela Lei 9.433, o atual Governo atribuiu à SPA a "coordenação geral do processo técnico de planejamento global", e, concomitantemente, atribuiu à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social a "coordenação, o acompanhamento da execução e avaliação das políticas de desenvolvimento econômico e social das regiões e do Estado."

Evidenciava-se, assim, a necessidade de repensar o planejamento do Estado bem como a atuação do órgão de planejamento.

As atividades da Superintendência de Planejamento - SUPLAN, na Administração da Frente Progressista Gaúcha, tiveram início com a coordenação do processo de elaboração do Plano Plurianual. Em prosseguimento foi retomada a coordenação do processo de elaboração da proposta de Programação Anual do Setor Público. Na coordenação de tais processos, a SUPLAN definiu as orientações gerais e elaborou as instruções técnicas para a formulação das propostas setoriais, acompanhou a elaboração e assessorou as setoriais na formulação de suas propostas, trabalhando ainda na montagem da proposta geral. A SUPLAN coordenou, também, os processos de elaboração da Mensagem Anual à Assembléia Legislativa.

Ainda dentro da mesma linha de ação, foram realizados estudos preliminares e desenvolvida a montagem de projetos especiais, num processo semelhante ao que deu origem a programas especiais - supra setoriais - de importância significativa para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, tais como o PRÓ-GUAÍBA e o FUNDOFIMES.

Dentro da competência para estudos, pesquisas econômicas, sociais, tecnológicas e administrativas, independentemente das atividades da FEE, e numa linha de aplicação da ciência às necessidades e potencialidades do trabalho da SUPLAN, foram elaborados diversos diagnósticos, estudos, análises de séries estatísticas e pesquisas temáticas, visando subsidiar a programação própria, bem como atividades de outros órgãos na montagem de projetos integrados.

Visando a racionalização das atividades de programação e o efetivo controle das realizações nos vários setores, bem como o favorecimento à participação das comunidades regionais, foi desenvolvido em parceria com a PROCERGS um

sistema de apoio que compreende vários módulos entre os quais o Módulo Pleitos, o Acompanhamento às Ações de Governo - AAG, já implantados.

O Módulo Pleitos, que introduz, no sistema, as propostas e reivindicações dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, bem como de outras entidades, foi iniciado com a instalação de equipamento e treinamento da equipe interna, então pertencente à SUPLAN. Completou-se com a instalação de terminais nas setoriais e o treinamento do pessoal das demais Secretarias e órgãos vinculados.

Quanto ao acompanhamento às ações de governo, em caráter complementar ao controle de execução orçamentária para o efetivo gerenciamento da programação do setor público, foi instrumentado com a implantação do módulo AAG, a execução da avaliação sistemática do Desempenho Econômico das Estatais, inclusive o acompanhamento das auditorias externas realizadas nas empresas e autarquias, bem como pela participação da SPA/SUPLAN no Programa de Qualidade Total do Estado. Neste particular, salienta-se a promoção da adoção de Contratos de Gestão e Contratos de Resultados.

Visando a adequação da estrutura e processos às funções do Estado e ao papel de cada órgão, a SUPLAN desenvolveu um conjunto de atividades que compreendem o diagnóstico específico, o assessoramento à estruturação ou reestruturação de órgãos e setores, bem como a permanente atualização dos registros referentes à "força de trabalho".

A implementação do planejamento global, que é a mais importante em função do conceito de desenvolvimento econômico e social e da definição e operacionalização de políticas, é, também, a mais difícil de sistematizar face à inexistência de prática anterior, face à abrangência e qualidade de análise que exige e face ao alto grau de integração que requer.

Nesse sentido foi iniciado o trabalho na linha de definição das perspectivas de desenvolvimento do Rio Grande do Sul e cumprida uma primeira etapa com a elaboração do trabalho intitulado "Estratégia Global de Desenvolvimento para o RGS - Uma Proposta".

Trabalhou-se, também, numa proposta de redefinição do Sistema Estadual de Planejamento do qual resultou relatório com as conclusões e proposições.

Tendo em vista que para a implantação de um novo sistema de planejamento é necessário repensar a metodologia e mudar a prática corrente, e para tanto é estratégica a preparação do grupo técnico do órgão central de planejamento, foram elaborados documentos e realizados seminários internos para a discussão do processo técnico, pois a sua concepção é que deve orientar o detalhamento do novo Sistema Estadual de Planejamento. A adoção experimental da nova prática obrigou,

também, a sucessivas reformulações na estrutura e nos procedimentos da SUPLAN.

Como resultado das experiências e estudos realizados, a SUPLAN chegou ao estágio de poder apresentar uma proposta básica de Sistema de Planejamento e de levar aos demais órgãos a discussão da questão do processo técnico e do método de trabalho, para a elaboração do plano global de desenvolvimento do Estado e seu coerente desdobramento.

Tendo em vista a transformação que se impõe no caráter, na abrangência, no conteúdo, nos objetivos, no horizonte temporal e no método do planejamento estadual, é óbvia a necessidade de reorganização, de consolidação, de sistematização e unificação do planejamento estadual.

Para tanto, os requisitos são:

- a institucionalização de fato através do efetivo apoio político;
- a organização sistêmica das atividades descentralizadas;
- a estruturação de uma equipe central de planejamento capaz de exercer coordenação, de realizar o trabalho de síntese para dar unidade ao planejamento;
- a estruturação e a consolidação dos órgãos setoriais de planejamento quantitativa e qualitativamente adequados ao cumprimento de sua missão.

A Reforma da Administração Estadual, um dos destaques da proposta da Frente Progressista Gaúcha, abrangendo mudanças estruturais, legais e comportamentais num processo envolvendo Estado e servidores, objetiva a racionalização e modernização de todo o aparato administrativo, concentrando recursos humanos nas atividades fins, para um melhor e mais rápido atendimento às necessidades da população com economia de meios.

Após a institucionalização do Projeto, com a aprovação das leis referentes à primeira etapa, que explicitavam as mudanças na macroestrutura, instalou-se o processo de definição das transformações na organização dos diversos órgãos, aprovados em estudos específicos e auditoriais em várias entidades, bem como de definição das medidas para o gradual aperfeiçoamento da política de Recursos Humanos do Estado.

A busca de eficiência e eficácia determinou medidas como a Unificação do Sistema Financeiro, através da unificação do Comando, a integração do BADESUL e da DIVERGS ao BANRISUL e a articulação de serviços do BANRISUL com a Caixa Econômica Estadual. Ainda em nome da produtividade e qualidade do serviço público, foram desenvolvidas propostas como o Regime

Jurídico Único e a Isonomia Salarial, bem como a implantação do Sistema Integrado de Protocolo Geral, beneficiando tanto funcionários como contribuintes em geral pela prestação de informações através do Disque 144 e dos terminais de Auto-Atendimento.

Para melhorar o desempenho, foi criado o Sistema de Qualificação dos Servidores que gerencia o programa de treinamento dos servidores, foram tomadas medidas para redução e agilização dos fluxos no andamento dos processos administrativos, através da redução de unidades organizacionais e redefinição de procedimentos, especialmente na expedição de documentos e atendimento ao público, como o IPVA por exemplo.

De impacto significativo foi, também, a extinção de órgãos ineficientes e onerosos para o Estado como a AGASA, VINOSUL, PROGASA, Festa da Uva e Instituto de Carnes. A CORLAC por seu baixo desempenho foi transformada em Cooperativa em benefício dos produtores de leite e dos consumidores. Procedeu-se, ainda, a uma profunda reorganização dos Quadros de Funções Gratificadas e Cargos de Confiança do Poder Executivo.

Em benefício dos funcionários, foi informatizado o cadastro funcional e a concessão de aposentadorias, cuja espera foi drasticamente reduzida. Também foi implantado restaurante no Centro Administrativo e instituído o Vale-Refeição.

Salienta-se, também, a participação da SPA no Programa Gestão de Qualidade e de Produtividade em que a execução, no âmbito do setor público, se constitui segmento importante dentro do Programa Gaúcho de Qualidade e de Produtividade que integra Governo e iniciativa privada.

No que se refere aos projetos especiais, cumpre destacar, inicialmente, o Programa Integrado de Melhoria Social - PIMES, que foi instituído pelo Decreto Estadual nº 32554, de 12/05/87.

Através da Lei Estadual nº 8899, de 04/08/89, o Poder Legislativo autorizou o Governo do Estado a contratar a operação de crédito com o BIRD, bem como instituiu o Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social - FUNDOPIMES, instrumento financeiro para a implantação do PIMES, com recursos provenientes do Banco Internacional, Estado e Tomadores.

A gestão técnica e financeira do FUNDOPIMES está a cargo do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL.

Os agentes executores do Programa são constituídos:

- pelos Municípios, que executam as ações de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários;
- pelas Companhias de Água e Esgoto, que executam as ações de saneamento;
- pelas Entidades Estaduais, que executam as ações de desenvolvimento institucional e planejamento do Programa, em conjunto com os Municípios e Companhias de Água e Esgoto.

O PIMES foi formulado e negociado pela administração estadual anterior.

O Governo do Estado, embora o contrato com BIRD tenha sido assinado em 22/01/90, somente completou as condições exigidas para a efetividade do Programa em 15/05/90, quando efetuou o depósito inicial de sua contrapartida, em montante equivalente a US\$ 1,632,000.00.

Face a fatores negativos que impediram um andamento mais regular, conforme as previsões iniciais, a partir do final do ano de 1992, o Governo do Estado procurou dar novo impulso ao Programa, logo após o encerramento das eleições municipais realizadas naquele ano.

Para tanto, definiu uma estratégia desafiadora de recuperação de demanda de projetos do Programa, consubstanciado em um relançamento do mesmo em janeiro/93.

O esforço de captação de novos projetos, iniciado em 1993, e identificado pelo volume de contratações efetuadas no primeiro semestre/94, bem como a evolução, desde o início do Programa, aparecem em síntese, no quadro abaixo:

ANO	Nº DE OPERAÇÕES	VALOR EM US\$ MIL	% S/TOTAL
1990	02	19,367	13.77
1991	27	27,825	19.80
1992	17	6,346	4.50
1993	10	23,107	16.43
1994	81	63,981	45.50
TOTAL	137	140,526	100.00

Fica evidente o efeito negativo ocorrido nos exercícios de 1992/1993 (fim das gestões municipais) mas, com o relançamento do Programa, em meados de 93, os primeiros resultados foram observados, a partir de 1994, em função das respostas das mesmas pelas contratações do primeiro semestre do mesmo ano.

Essas contratações permitiram, até outubro de 1994, o atendimento das necessidades das seguintes entidades em números de operações:

ENTIDADES	Nº	VALORES EM US\$ MIL
Municípios	121	95,121
Cias. de Saneamento	06	44,303
Entidades Estaduais	10	1,102
TOTAL	137	140,526

Considerando-se o nº de contratos existentes, resultante das operações efetuadas, a partir de 1991, a execução de projetos apresentou o seguinte desempenho:

OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA MUNICIPAL
E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

ANO	PAVIM (km)	DREN. (KM)	ILUM.P. (km)	SAÚDE (UN)	CRECHE (UN)	ESCOLA Aberta (UN)	POPULAÇÃO Benefic.
1991	189	98	34	15	17	0	179.384
1992	69	43	17	12	9	1	47.387
1993	13	12	3	1	3	1	7.801
1994*	292	77	95	4	13	4	668.235
TOTAL	727	230	149	32	41	6	902.807

* Projetado

Obras de Saneamento

Principais Indicadores do Subprograma Saneamento (execução acumulada)

ANO	DISTRIB.ÁGUA (KM)	DES.OPERACIONAL (Hidrômetros)	COLETA DE ESGOTO(Km)	POPULAÇÃO Benefic.
1991/94	692	217.000	73	423.717

Em 1994, observou-se um ganho de produtividade na relação investimento/nº de ações contratadas.

Devido às dificuldades ocorridas durante os três primeiros anos de atuação do Programa, o Governo do Estado conseguiu a prorrogação do prazo de desembolso em mais um ano (até 31 de dezembro de 1995).

Com isso, torna-se concreta a possibilidade da conclusão integral de projetos, hoje em fase de execução junto aos Municípios e Companhias de Saneamento, já no primeiro ano da próxima gestão administrativa do Estado.

Quanto ao Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba - PRÓ-GUAÍBA, a conjugação da questão ambiental com a preocupação em torno da recuperação da Bacia, e a sensibilidade detectada junto a organismos internacionais de fomento para a questão ambiental levaram à criação do Programa, através do Decreto 33.360, de 27 de novembro de 1989. Sua estrutura institucional, a partir desse ano, era integrada por uma Secretaria Executiva, um Conselho Diretor, um Comitê Ambiental e uma Coordenadoria de Ações Emergenciais, apoiadas por um amplo e complexo conjunto de instituições com jurisdição em vários campos.

A atual administração estadual, em face das condições ambientais agudamente críticas nessa área, propôs prioridade para o Programa PRÓ-GUAÍBA. Motivados, então, por um efeito coordenador e catalisador de esforços conjuntos frente aos problemas detectados, o mesmo foi reestruturado, através de vários projetos que levaram a termo seu propósito último que é o de criar, para a área da Bacia, as condições necessárias para a utilização racional de seus recursos naturais, recuperação da qualidade ambiental nas áreas urbanas e rurais, bem como o manejo ambientalmente sustentável da produção agrícola, pecuária, florestal e industrial. Em 27 de novembro de 1991, o Decreto nº 33.360 ganha nova redação, passando o Módulo I a ser subdividido em seis subprogramas, como segue:

- . estruturação e fortalecimento da base legal e institucional do PRÓ-GUAÍBA;

- . diagnóstico, estratégia de manejo e sistema de monitoramento;
- . prevenção e controle da contaminação industrial e doméstica;
- . manejo de recursos naturais renováveis: zoneamento, conservação de solos, controle da contaminação por agrotóxicos e reflorestamento;
- . parques e reservas naturais;
- . educação ambiental.

Com vista à aprovação do financiamento do PRÓ-GUAÍBA, o Banco Internacional de Desenvolvimento - BID enviou ao Brasil uma missão de orientação de 15 a 20 de junho de 1992, uma missão pré-análise, de 17 a 28 de agosto de 1992 e uma missão especial de 31 de janeiro a 11 de fevereiro de 1993. Em 13 de outubro de 1993, como reconhecimento ao conjunto de esforços e a capacidade e eficiência técnico-administrativa demonstrada pela equipe do Governo do Estado, voltada ao Programa, o mesmo obteve aprovação do BID que, da sua parte, autorizou a assinatura do Contrato de Financiamento do PRÓ-GUAÍBA, cabendo citar que toda a sua estruturação aprovada foi levada a termo entre 1991 e 1992.

Em 8 de dezembro de 1993, o Decreto nº 35.003 alterou a estrutura institucional anterior do PRÓ-GUAÍBA, que passou a ser composta pelos: Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo, Secretaria Executiva e Coordenadorias de Subprogramas. Na mesma data, o Decreto nº 35.004 aprova o Regulamento do Fundo de Investimento do Pró-Guaíba, elaborado de acordo com a Lei nº 9.893, de 2 de junho de 1993 a qual autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, a abrir créditos adicionais e a instituir o Fundo PRÓ-GUAÍBA, destinado a assegurar a operacionalidade e a eficácia necessárias à implementação dos projetos do Programa.

Apesar da aprovação pelo BID do Programa PRÓ-GUAÍBA, e da sua estruturação ter sido concluída até 1992, o objetivo do Plano Plurianual 1992-1995 do Governo do Estado, no que se refere ao Programa de Proteção ao Meio Ambiente, em item sob responsabilidade do PRÓ-GUAÍBA, (que seria o início da execução dos projetos do Módulo I) não pode ser totalmente alcançado. A prerrogativa para tal é a assinatura do Contrato de Financiamento com o BID, o que não ocorreu devido não ter sido outorgado o aval do Governo Federal. A obtenção do aval exigiu que o Estado rolasse suas dívidas para com a União, o que aconteceu em 31 de março de 1994. Não tendo, no entanto, sido a rolagem das dívidas da CEEE concretizada plenamente, continua até o presente a tramitação do processo na Secretaria do Tesouro Nacional. Havendo parecer favorável, será encaminhado ao Senado para autorização final.

Os investimentos para o Programa PRÓ-GUAÍBA estão estimados em US\$ 1,4 bilhões, dos quais US\$ 220,50 milhões para o Módulo I, com duração prevista para quatro anos. O BID aportará ao Programa recursos na ordem de US\$ 132,30 milhões,

sendo a contrapartida do Estado de US\$ 84,10 milhões e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre US\$ 4,09 milhões.

Para obtenção de parte dos recursos para integrar a contrapartida, o Estado firmou contrato para a abertura de linha de crédito, em novembro de 1993, junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de US\$ 20 milhões, para financiamento de alguns projetos do Programa, estando, ainda, sob análise da FINEP.

No que se refere às demais atividades da SPA, cabe destacar o que segue desde 1991.

Departamento de Recursos Humanos - DRH

A tramitação de processos, até meados de 1993, era caracterizada por um excessivo estoque de processos pendentes e um elevado tempo médio para a conclusão dos mesmos. A partir desse período, foram implantados os Contratos de Resultados, com vistas a eliminar os pontos de estrangulamento no exame de processos que tramitam no DRH. A adoção do instrumento do Contrato de Resultados revelou-se exitosa na agilização do fluxo interno do órgão como se pode observar no quadro a seguir:

TIPO DE PROCESSO	Antes dos Contratos de Resultado		Após os Contratos de Resultado(1)	
	Estoque de Processos	Tempo médio de Tramitação	Estoque de Processos	Tempo médio de Tramitação (em dias)
Aposentadoria e revisão de proventos	3.500	1 ano	-	5(2)
Concessão de Vantagens	1.800	1 ano	-	3
Recrutamento, seleção e provimentos	8.144	90 a 120 dias	Redução Progressiva	15 a 20
Averbação do tempo de serviço	4.219	60 dias	62	15
Readaptação do servidor (3)	2.334	4 a 6 anos	-	3 meses a 2 anos

(1) Situação em out/94.

- (2) Para aposentadorias o tempo máximo é de 29 dias.
(3) Processos a cargo de Comissão de Infortunística e Medicina Ocupacional (CIMOR).

Quanto aos concursos públicos, foram concluídos, de 1991 a 1994, os seguintes: arquivista; auditor de finanças públicas; fiscal de tributos estaduais; técnicos científicos (diversos cargos), quadro geral (diversos cargos), Secretaria de Educação (vários cargos), Fundação Zoobotânica (vários cargos). Já foram iniciados e ainda não concluídos os processos referentes ao provimento de diversos quadros tais como: Procuradores do Estado; Quadro Geral; Técnicos-científico; Fiscal de Tributos Estaduais; Auxiliar de Enfermagem (SJ); Auxiliar de Serviços Penitenciários (SUSEPE); Instrumentalista (OSPA) e concurso para a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos.

No que se refere aos planos de cargos, funções e salários, pode-se destacar:

- elaboração dos planos e salários: CORAG, CIENTEC, IPERGS, FGTF, Defensoria Pública e Perícia Médica;
- elaboração dos planos de cargos e funções da: FOSPA, FEPAGRO, SSMA, e Junta Comercial;
- revisão dos Planos de cargos e funções: METROPLAN, PROCERGS e CORSAN.

Finalmente, a divulgação oficial envolveu, de 1991 até 15 de outubro de 1994, a expressiva soma de 537.923 atos publicados.

Centro Administrativo Fernando Ferrari e Transporte Oficial

Em relação à administração do "Centro Administrativo Fernando Ferrari" - CAFF, foi procedida a reforma total na subestação de energia elétrica com a colocação de transformadores novos sendo, também, recuperados diversos disjuntores elétricos de alta amperagem, resultando em significativa economia de energia elétrica. Cumpre destacar, ainda, a reforma geral na Casa de Bombas do CAFF, início da coleta seletiva lixo, a execução do projeto paisagístico, bem como a implantação de um sistema de circuito interno de TV junto à Unidade de Segurança.

Quanto à política de transporte oficial do Estado, executada através de Superintendência dos Transportes do Estado-SUTERGS, durante a atual gestão, deve-se destacar inicialmente, o aumento da capacidade de tancagem de combustíveis de 80.000 litros, para 185.000 litros, através da instalação de 7 novos tanques e 3 novas bombas de abastecimento no Posto SUTERGS.

Ainda no âmbito da SUTERGS, foi elaborado, em 1993, o Decreto nº 34.832 que dispõe sobre a contenção de despesas na atividade de transporte oficial, disciplina o uso de veículos pertencentes ao poder Executivo Estadual, além de consolidar, em um único diploma, diversas normas legais que se encontravam distribuídas em Decretos, Portarias e Resoluções.

Também, em 1993, foi elaborada a resolução nº 001 com o objetivo de disciplinar a desativação e a alienação de veículos de transporte oficial do Executivo Estadual.

Departamento de perícia Médica - DPM

Antes do início da atual gestão administrativa, o Departamento de Perícia Médica funcionava em prédio inadequado, com apenas 800m² pertencente ao INAMPS, localizado na periferia da cidade.

Além disso, havia grande lentidão na tramitação dos laudos provenientes do interior do Estado, bem como na correção de certos benefícios, tais como os previstos na lei 7868/83 por exemplo, que levava em torno de 3 meses de tramitação através das Secretarias. Havia, ainda, ausência do sistema de marcação de consultas através do telefone para os funcionários públicos residentes no interior do Estado, sendo que o sistema havia sido iniciado apenas na Secretaria da Educação e, ainda assim, funcionado de forma parcial.

A partir do início do atual governo, procedeu-se a transferência de sede do DPM para um prédio de 4.700m², na área central da cidade, para uso exclusivo do mesmo.

Tratou-se ainda de agilizar a tramitação dos laudos do interior, através de convênios com a Caixa Econômica Estadual e BANRISUL, para utilização do sistema de malotes o que permitiu a remessa dos laudos periciais em apenas 24 horas.

Para solucionar a lentidão na concessão de certos benefícios, eliminou-se a tramitação entre as Secretarias de Estado, passando-se para a tramitação direta com o DPM, o que propicia a resolução desses casos em 72 horas, quando levava cerca de 3 meses anteriormente.

Além disso, foi implantado o sistema de telemarcação em todas as Secretarias e no interior do Estado, bem como procedida a informatização do DPM através de instalação de 12 terminais da PROCERGS e 2 microcomputadores.

Arquivo Público - APERS

Em 1991, quando de posse do atual Governo, o APERS não contava com um corpo técnico de funcionários suficiente que

pudesse trabalhar seu acervo, estimado na ocasião em 18 milhões de documentos.

Muita documentação deixava de ser recolhida em função da inexistência de pessoal para prepará-la e parte da documentação vinha se perdendo por não existir um serviço que se dedicasse à restauração e conservação documental.

Além disso, havia a necessidade de recolher e organizar acervos documentais de diversos órgãos do Poder Público Estadual, bem como de informatizar o acervo já existente.

Por outro lado, a insegurança do acervo, do patrimônio, do prédio e dos funcionários era evidente, devido à falta de segurança no Arquivo Público, o que veio a ser solucionado com a contratação de uma empresa especializada em vigilância.

Para suprir a carência da equipe técnica, houve a contratação de 16 arquivistas, 1 historiógrafo, 1 encadernador e 1 restaurador. Além disso, vários técnicos de Arquivo Público participaram de cursos de Qualidade Total promovido pela FDRH.

Quanto à conservação e restauração de documentos, foi dado início à implantação desse projeto com a adoção de medidas preventivas emergenciais para o tratamento de documentação, bem como a aquisição de materiais e equipamentos para a montagem do laboratório de restauração.

No que se refere ao acervo, foram recolhidos e organizados: 95.000 prontuários do Hospital Psiquiátrico São Pedro, que datam de 1890 a 1972, os documentos do extinto Instituto de Carnes, os referente à criação do Pólo Petroquímico do Sul, do extinto DOPS, bem como os documentos administrativos da Casa Civil, além de outros.

Na atual gestão administrativa, foi dado início à implantação do Sistema de Arquivos do Rio Grande do Sul - SIARQ, com o levantamento da situação dos arquivos em todas as Secretarias do Estado e, também, iniciado o processo licitatório, para a aquisição do Sistema de Arquivamento Eletrônico de Documentos, através de disco ótico, o que tornará o APERS o primeiro arquivo público do País a adotar essa avançada tecnologia de arquivamento.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

PIMES

Quanto ao PIMES, evidenciou-se, em 1994 um ritmo crescente de adesões ao Programa, como resultado de seu

relançamento a partir de janeiro de 1993, uma vez que o volume de contratações atingiu o valor de US\$ 63.981 mil, representando cerca de 45% dos totais alcançados entre 1990 a 1994.

Destacam-se as seguintes realizações em 1994:

- Oitenta e uma operações com o PIMES, beneficiando 668.000 habitantes;
- No que se refere a obras de infra-estrutura municipal e equipamentos comunitários, o PIMES financiou 292 Km de pavimentação, 77km de drenagem, 95km de iluminação, 4 postos de saúde, 13 creches e 4 escolas abertas;
- Quanto às obras de saneamento, foram investidos US\$ 4,442,473.00, beneficiando 47.000 habitantes;
- O Programa atendeu a 73 municípios, duas companhias de saneamento, duas entidades municipais e duas ações de assistência técnica com o órgão gestor.

PRÓ-GUAÍBA

- Nomeação dos membros titulares e suplentes do Conselho Consultivo, bem como a designação dos componentes do Conselho Deliberativo;
- Assinatura de convênios envolvendo o Estado, a Prefeitura de Porto Alegre e diversas instituições co-executoras, contratos de repasse de recursos entre o Estado, CORSAN, DMAE e DMLU além de assinatura do Termo de Cooperação entre a SPA, Conselho Deliberativo, FEPAM, CORSAN, DMAE e CRM;
- Elaboração do Relatório-Inicial, atendendo à exigência do BID, detalhando o plano de execução de projetos referente ao primeiro ano do Módulo I do Pró-Guaíba;
- Realização, de setembro de 1993 a abril de 1994, do processo de licitação para a contratação do serviço de gerenciamento e administração do Módulo I, compreendendo as atividades de programação, supervisão, consultoria, controle e fiscalização necessária à administração e assessoramento do processo de acompanhamento físico e financeiro do Programa;
- Iniciado, em dezembro de 1993, o processo referente à licitação para a Pré-Qualificação Geral de Obras nº 01/93, de caráter internacional, tendo como objetivo pré-qualificar as empresas que executarão todas as obras civis e de saneamento do PRÓ-GUAÍBA.

Departamento de Administração Geral

- Reforma da área do estacionamento de carros oficiais do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF);
- Conclusão do tombamento patrimonial do CAFF;
- Início da instalação de um elevador para atendimento ao heliponto, objetivando a utilização por doentes, em casos emergenciais e autoridades;
- Impermeabilização e pintura do prédio do CAFF.

Departamento de Recursos Humanos

De dezembro de 1993 a outubro de 1994, foram publicados 196.818 atos referentes a itens de registro funcional, destacando-se os seguintes atos:

- Aposentadorias deferidas - 5.666;
- Aposentadorias indeferidas - 1.044;
- Admissões - 11.666;
- Exonerações - 2.864;
- Concessão de triênios - 18.135;
- Vacância - 3.357;
- Enquadramentos de nível - 1.996;
- Adicional de insalubridade - 2.784.

Arquivo Público do Estado

- Assinatura de convênio entre o Arquivo Público e a PUC com o objetivo de descrever os documentos do Poder Judiciário;
- Interligação do Arquivo Público com a rede Tchê;
- Até outubro de 1994, foram atendidas 9.800 pessoas, fornecidas 10.463 cópias de documentos e cadastros e 16.350 habilitações de casamento.

Departamento de Perícia Médica

- Criação do cadastro exclusivo médico-pericial em todas as unidades sanitárias do Estado;

- Criação de corpo técnico de revisão dos processos do interior do Estado, com devolução imediata após processo revisional ao DPM de Porto Alegre;
- Contratação de médicos especialistas em: ginecologia, cirurgia-geral, oncologia e pneumologia, completando o quadro clínico dos especialistas do DPM;
- Formação de junta médica permanente, com a finalidade de expedir laudos de recursos e analisar pedidos da PGE;
- Elaboração do novo manual de perícia médica em substituição ao anterior, de 1987.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), enquanto entidade vinculada à Secretaria do Planejamento e da Administração, define-se como uma Instituição de pesquisa governamental, voltada à discussão dos problemas fundamentais do desenvolvimento regional e ao apoio do processo de tomada de decisão por parte do setor público e do privado. Nesse sentido, a FEE vem cumprindo seu papel de efetuar estudos, pesquisas e análises de natureza sócio-econômica sobre a realidade brasileira e, especialmente, sobre a gaúcha. Da mesma forma, atendendo a outra de suas atribuições, tem-se dedicado à coleta, à sistematização, ao processamento e à divulgação de dados e informações estatísticas sobre o Estado do Rio Grande do Sul.

Em consonância com as diretrizes do Governo e com as atribuições estatutárias da própria Instituição, foram traçadas como metas em 1991 e 1992: a consolidação da área de produção e divulgação de informações estatísticas, através de sua Base de Dados Sócio-Econômicos; a atuação na geração de informações primárias, através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED); o apoio às atividades de investigação analítica, sendo a integração latino-americana priorizada como tema emergente.

Na realidade, ao longo de 1991-1992, presenciou-se um esforço bem-sucedido de cumprir essas metas, expresso no incremento ao Banco de Dados e à Base Bibliográfica; no avanço experimentado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego-PED, que se implantou; na criação de um instrumento ágil de intervenção na conjuntura, que é a Carta de Conjuntura FEE; na continuidade do acompanhamento conjuntural trimestral por conta da revista Indicadores Econômicos FEE; na presença da revista Ensaios FEE, veículo de divulgação de estudos e análises sócio-econômicas, bem como de outras publicações da Instituição. É digno de menção o fato de a Revista Indicadores Econômicos FEE ter ampliado seu leque de discussão em termos nacionais e internacionais, ao tratar da

inserção do Brasil na nova ordem internacional e de temas envolvendo o Mercosul. A Revista Ensaios FEE, por sua vez, desde 1991, tem orientado sua linha editorial no centramento de cada número num assunto de capa, trabalhando estes assuntos conjuntamente com autores nacionais e estrangeiros, além de ampliar seu Conselho Editorial com autores estrangeiros.

A assinatura de convênios foi outra demonstração do esforço da FEE, não só no sentido de garantir a viabilização econômica dos seus projetos, buscando recursos alternativos, mas, sobretudo, de testemunhar o interesse de promover o intercâmbio com outras entidades, tanto de pesquisa quanto das representativas dos vários segmentos da sociedade.

Para atender seus objetivos, a FEE está organizada em três grandes áreas de atuação: análise sócio-econômica, avaliação quantitativa e documentação.

A área de análise compreende estudos sobre a indústria, a agricultura, o Estado e as finanças públicas; as questões regionais e urbanas; o problema do emprego e as relações de trabalho; a história econômica, social e política do Estado; bem como a economia internacional e a integração latino-americana.

A área de estudos quantitativos desdobra-se em duas subáreas. A primeira está voltada à seleção e à construção tanto de estatísticas como de indicadores que permitam a sinalização periódica de alguns aspectos da conjuntura sócio-econômica. A segunda ocupa-se da avaliação quantitativa do desempenho anual da economia gaúcha, a partir do cálculo do produto, assim como da consolidação de séries estatísticas relativas aos principais agregados macroeconômicos componentes das contas regionais.

A área de documentação reúne e coloca à disposição da sociedade um importante acervo de informações e documentos de natureza sócio-econômica. Essa área foi fortalecida com a implantação e expansão da Base de Dados Sócio-Econômicos da FEE, que ampliou de forma significativa as condições de acesso ao acervo existente.

No ano de 1993, elaborou-se o plano diretor para o biênio 93 / 94, que vem norteando as ações da Instituição.

A busca permanente de uma maior inserção da FEE, na sociedade, reflete-se na sua preocupação de oferecer respostas mais imediatas aos desafios colocados pela conjuntura sócio-econômica, quer através das suas publicações e da realização de seminários abertos à comunidade científica e ao público interessado, quer pela generalização das intervenções de membros de seu corpo técnico na imprensa falada e escrita.

Assim, a Instituição tem demonstrado, em inúmeras ocasiões, o seu firme comprometimento com a análise da realidade sócio-econômica nacional, em particular a rio-grandense, e a busca de uma contribuição efetiva dentro das especificidades de sua atuação. Dessa forma, a FEE garante uma presença cada vez mais atuante junto à sociedade em geral e aos órgãos do Estado. A seguir, uma síntese das atividades desenvolvidas pela Instituição no período 1991-1994.

Pesquisas e Estudos Sócio-Econômicos

Concluídos e não-Publicados - período 1991-1994

- Movimento Sociais Urbanos;
- Política Salarial e Salário Real no Brasil - 1964/1990;
- Estratégia Empresarial e os Determinantes da Difusão de Tecnologia: Um Estudo sobre a Indústria de Vestuário do RS;
- Valor Agregado - Elaboração do Índice de Quantum, por setores, para o período 1980/92;
- Renda Municipal - Estimativas para os Anos Censitários, por setores da economia;
- Elaboração da Metodologia de Cálculo do PIB trimestral, global e setorial, do RS;
- Atualização das Séries Anuais do PIB do RS, global e setorial;
- A Reativação da Integração na América Latina e a Tendência a Privilégios e Esquemas Sub-Regionais: Instrumentos e Mecanismos;
- Teoria Econômica e Relações Internacionais: Da Pilhagem à Mundialização do Capital;
- Os Efeitos da Inflação sobre o Financiamento do "Déficit" Público nos anos 80;
- Padrão de Concorrência e Crescimento na Indústria Gaúcha (financiamento FAPERGS);
- Salário Mínimo e a Determinação da Troca de Salários na Indústria da Construção Civil;
- A Dinâmica da Expansão da Indústria do RS: 1930-1950 (financiamento FAPERGS);

- Planejamento Prospectivo: Programa de Investimentos em Energia para o RS - 1980-2015;

Concluídos e Publicados - Período 1991-1994

- Indústria de Informática no RS (financiamento FAPERGS);
- O Crescimento da Região Sul do Estado: Causas e Perspectivas (financiamento FAPERGS);
- Guia de Artigos sobre História Econômica do RS (v.II);
- Reflexos da Crise dos anos 80 sobre as Relações de Trabalho no RS (financiamento CNPq e FAPERGS);
- A Dinâmica da Urbanização do RS: Temas e Tendências (financiamento FAPERGS);
- Gaúchos e Paulistas: Dez Escritos de História Regional Comparada (financiamento CNPq e FAPERGS);
- Avaliação do Setor Público Estadual - 1980/90 (financiamento FAPERGS);

Em Andamento em 1994

- Regime de Acumulação na Economia Brasileira;
- Comércio Intra-Indústria no âmbito do MERCOSUL;
- Trabalho e Inovação Tecnológica da Indústria Eletrônica Gaúcha na Década de 80;
- Perfil Etário da População Economicamente Ativa na Agricultura do RS;
- Padrão de Competitividade da Petroquímica Gaúcha (convênio SEBRAE e financiamento FAPERGS);
- Estrutura e Competitividade da Indústria do Vestuário do RS (convênio SEBRAE e financiamento FAPERGS);
- Estrutura e Competitividade da Indústria Têxtil do RS (convênio SEBRAE e financiamento FAPERGS);
- A Difusão da Inovação na Indústria de Máquinas-Ferramentas no RS (convênio SEBRAE e financiamento FAPERGS);
- O Padrão de Relação entre Montadoras e Empresas de Auto-Peças no RS (convênio SEBRAE e financiamento FAPERGS);
- Celulose RS: Competitividade e Mercado Mundial (convênio SEBRAE e financiamento FAPERGS);

- Agroindústria de Aves (convênio SEBRAE e financiamento FAPERGS);
- Neoliberalismo e Projeto Político do Empresariado na Nova República;
- Metodologia e Cálculo da Matriz Insumo-Produto do RS (de caráter permanente e com financiamento FAPERGS);
- Cálculo do PIB trimestral e anual, por setores de atividade, do RS (de caráter permanente e com financiamento da FAPERGS);
- Contas da Administração do Setor Público do RS;
- Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (de caráter permanente);
- Estudo Comparativo das Constituições Estaduais do Rio Grande do Sul e São Paulo na Primeira República (divisão de poderes entre o Executivo e o Legislativo);
- Estudo Comparativo sobre a Inserção dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo no Federalismo Fiscal Brasileiro da Primeira República e Análise das Legislações Administrativas dos dois Estados;
- Movimentos Populacionais do RS;
- A Eliminação das Características Econômicas e Sociais do RS no Processo de Integração do Mercado Interno Brasileiro;
- Políticas Públicas e o Corporativismo na Companhia Estadual de Energia Elétrica;
- Federalismo Fiscal.

Publicações

- Indicadores Econômicos FEE (trimestral)

1991 - v. 18, n.4
 v. 19, n.1/3

37 artigos de técnicos da FEE

1992 - v. 19, n.4
 v. 20, n. 1/3

34 artigos de técnicos da FEE

1993 - V. 20, n.4
V. 21, n. 1/3

35 artigos de técnicos da FEE

1994 - V. 21, n.4
V. 22, n.1/3

28 artigos de técnicos da FEE

- Ensaio FEE - (semestral)

1991 - V. 12, n.1/2

11 artigos de técnicos da FEE

1992 - V. 13, n. 1/2

12 artigos de técnicos da FEE

1993 - V. 14, n. 1/2

13 artigos de técnicos da FEE

1994 - V. 15, n. 1/2

6 artigos de técnicos da FEE

- Carta de Conjuntura FEE - (mensal)

V.1, n.1/12;
V.2, n.1/12;
V.3, n.1/12;
V.4, n.1/8.

- Informe PED - (mensal)

V.1, n.1/12;
V.2, n.1/12;
V.3, n.1/12.

**- Mensário Estatístico Sul-Rio-Grandense (mensal até 1993;
trimestral a partir de 1994)**

V.14, n.1/12;
V.15, n.1/12;
V.16, n.1/12;
V.17, n.1/4.

- Termômetro de Vendas de Porto Alegre (mensal)

Ano 16, n.1/12;
Ano 17, n.1/12;
Ano 18, n.1/12;
Ano 19, n.1/10.

- Termômetro de Vendas Regional - (mensal)

Ano 1, n.1/12;
Ano 2, n.1/10.

- SIVEIPEÇAS - Desempenho de Mercado (mensal)

Ano 1, n.2/12;
Ano 2, n.1/12;
Ano 3, n.1/12;
Ano 4, n.1/11.

- Resenha Estatística do Rio Grande do Sul - (anual)

. 1990, 1991, 1992 (português, inglês, alemão e espanhol),
1993 (português, inglês e espanhol).

- Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul 1991-1992 (em disquete)

- Resumo Estatístico Municipal (em disquete)

- PIB Municipal 1980-1985-1990-1992 (em disquete)

Participação da FEE na Imprensa - 1991-1994

- entrevistas concedidas e participações de técnicos em programas de rádio: 1245;
- entrevistas concedidas e participações de técnicos em programas de televisão: 649;
- notícias e/ou citações da FEE e de técnicos veiculadas em jornais e revistas: 2369;
- artigos assinados por técnicos e publicados em jornais e revistas: 147;

Participação de Técnicos da FEE em Eventos

1991

- . 60 técnicos da FEE participaram, na condição de palestrantes, em seminários, simpósios e painéis realizados em Porto Alegre, no interior do RS e em outros Estados;

1992

- . 81 técnicos da FEE participaram como palestrantes em eventos realizados no Estado, no País e no Exterior e 42 técnicos participaram na condição de ouvintes;

1993

- . 64 técnicos da FEE participaram como palestrantes em eventos realizados no Estado, no País e no Exterior e 145 técnicos participaram como ouvintes;

1994

- . 31 técnicos da FEE participaram como palestrantes em eventos no Estado, no País e no Exterior e 54 técnicos participaram como ouvintes.

Eventos Promovidos Pela FEE (encontros, painéis, jornada de estudos, etc.)

1991- 23 eventos

1992- 8 eventos

1993- 22 eventos

1994- 11 eventos

Convênios Assinados

A FEE mantém 25 convênios com instituições de pesquisa, órgãos públicos e entidades representativas dos vários segmentos da população.

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos cumpre as seguintes finalidades:

- desenvolver e valorizar o trabalhador público;

- otimizar e racionalizar o desempenho e o aproveitamento do trabalhador e do serviço público, através de treinamentos, consultorias e utilização de soluções gerenciais inovadoras.

Sua linha de ação é operacionalizada através de programas e atividades, orientados pelo pressuposto de que o investimento em recursos humanos alavanca e conduz o processo de conscientização e criatividade profissional da sociedade.

Em consonância com suas finalidades e sua linha de ação, atende um público constituído de todos os segmentos da Administração Pública Direta e Indireta Estadual, Municipal e Federal e níveis organizacionais da Empresa Privada, através de contratos e convênios.

À Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos coube, nesta gestão administrativa, além das atividades inerentes a sua função, a coordenação executiva do Programa de Reforma Administrativa do Estado.

Estruturou-se, para tal, através do Grupo de Trabalho, formado por seus próprios técnicos e pelo Grupo Setorial, representado pelos órgãos governamentais envolvidos, desempenhando o mesmo papel de facilitador interno e elo para a realização das tarefas. Foi executado, então, um levantamento da estrutura organizacional nas 41 entidades que compõem a macroestrutura orgânica do Estado.

Nesta linha, a FDRH formulou sua proposta interna dentro das diretrizes do Programa, tendo como tônica a demanda dos diversos órgãos públicos.

Pode-se dizer que os dois primeiros anos desta administração - 1991, 1992 - foram atípicos para a Fundação, pois as atividades da Reforma Administrativa foram iniciadas e intensificadas, extraordinariamente, bem como a implantação de uma reforma administrativa interna, suas demais atividades tradicionais, como cursos e consultorias foram sensivelmente reduzidas.

De 1992 a 1994, a FDRH deu ênfase, não só à retomada de suas atividades usuais, como também em comprovada aceleração e inovação nos processos deflagrados.

Muito embora o programa de Reforma Administrativa tenha se caracterizado como ponto marcante do período de governo, a FDRH deu continuidade a sua programação de cursos, concursos, estágios, consultorias, e outros.

Na gestão 1991/1994, a FDRH desenvolveu intenso processo de atividades, para atender à demanda de sua tradicional clientela, dentre as quais destacam-se as abaixo discriminadas:

- Cursos para Administração Pública, Privada e o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade;
- Ações com o fim de desenvolver recursos humanos para a educação, realizadas sob a modalidade de Cooperação Técnica com a SE, como: cursos, seminários, oficinas, sessões de estudo, entre as quais destacam-se:
 - . erradicação do Analfabetismo/Alfabetização;
 - . capacitação de Educadores;
 - . habilitação de Recursos Humanos em Educação Especial: áreas de deficiência múltiplas/específicas;
 - . prática Pedagógica Construtivista.

Em termos quantitativos, tem-se que para os cursos mencionados da administração pública, privada, PGQP e RH para a Educação, obtiveram neste período 6.882 presenças para uma carga horária de 10.958 horas-aula.

A Escola de Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul - ESAPERGS, embora sendo regida por Lei Especial, funciona nas dependências e utiliza a infra-estrutura da FDRH para a realização dos seus eventos.

No período de 1991/1994, a ESAPERGS formou 77 Gestores de Administração Pública, perfazendo um total de 2.746 horas-aula.

No mesmo período, realizou seminários e fóruns abertos a outros técnicos da Administração Pública Estadual, atingindo, nestas atividades, 380 participantes para uma carga horária de 52 horas-aula.

A partir do ano de 1992, o atendimento aos municípios do Estado do RS, pela FDRH, tem sido feito através da realização de atividades como: Reforma Administrativa, Diagnóstico Organizacional e Desenvolvimento de Comunidades. Nestes três anos, foram demandadas estas consultorias a 13 municípios, nas quais se integraram 5.095 participantes, em 4.120 horas.

As atividades de cursos e consultorias, desenvolvidas pela FDRH e ESAPERGS, na gestão 1991/set.1994, atingiram um total de 13.568 participantes, numa carga horária total de 19.244 horas/aula.

Relativamente ao último trimestre de 1994, encontram-se em realização cursos e consultorias como:

- Cursos para a Administração Pública/Privada em geral, para 410 participantes em 356 horas-aula;

- Cursos para o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade, para 547 participantes em 684 horas-aula;
- Consultoria (atendimento aos municípios) para 1527 participantes em 1600 horas-aula.

Os resultados gerais do período 1991/1994 que incluem as atividades realizadas e em realização totalizam, em termos absolutos e percentuais de presenças, 4704 (31%) nos cursos para as administrações pública e privada em geral; 3127 (21%) nos cursos para o PGQP; 1142 (7%) nos cursos para a educação estadual; 5665 (38%) nas consultorias de atendimento aos municípios e 457 (3%) nos cursos da ESAPERGS.

No período de 1991/1994, realizaram-se vinte e um concursos para diversas Instituições, num total de 220 cargos e 328.935 inscritos.

Concernente a Estágios, a FDRH faz a ponte da interação entre estudantes de 2º e 3º Graus com as Instituições da Administração Estadual Direta e Indireta.

De 1991 a 1994, esta atuação manteve a estabilidade já conquistada. Das 481 assinaturas de Convênios iniciais, com escolas e outras instituições de ensino, houve um acréscimo de mais 257, perfazendo um total de 738. Este número mantém-se até a presente data.

No referido período, tem-se, ainda, dados totais, como: 1.000 entrevistas de seleção, 339 cadastramentos de 2º e 3º Graus, 207 inscrições de órgãos da Administração Pública Estadual.

Deve-se salientar, ainda, que em torno de 6.000 estudantes foram colocados em estágios nos órgãos públicos, no Estado do RS, pela FRDH.

A FDRH tem dado um dedicado apoio ao Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PGQP, desde o seu início. Para isso, tem marcado sua presença em inúmeras reuniões e eventos representada por sua Diretoria e seus funcionários.

Mantém, inclusive um Programa específico para os cursos de PGQP, tanto na Capital como no Interior do Estado. Esta atividade representa uma concentração de 32% dos participantes de seus cursos e consultorias e 41% de carga horária total dessas mesmas atividades. Destaca-se entre estes cursos o Gestão para a Qualidade Total (40 h/a) e o Multiplicador da GQT (120 h/a).

No ano de 1994, a FDRH assumiu, ainda, a coordenação do Comitê de Recursos Humanos do PGQP, reafirmando, assim, a sua vontade de participação efetiva neste Programa.

No sentido de fortalecer sua atuação com relação à GQT, promove o Programa "Qualidade FDRH", através da TVE, semanalmente, onde já foram tratados temas como: Planejamento Estratégico (PDCA, Visão e Missão), Qualidade de Vida no Trabalho, Melhoria Contínua "KAISEN", Ferramentas da Qualidade, CCQS, 5 "S", ISO 9000, etc.

A repercussão desse Programa tem sido altamente positiva, chamando, assim, a atenção da sociedade para o trabalho da FDRH e a atuação geral da Administração Estadual.

A FDRH está fazendo um esforço bastante acentuado para implementar a sua "Qualidade Interna". Para conseguir esses objetivos desencadeou uma série de ações conjuntas, no ano de 1994, a saber:

- Mobilização interna para a Qualidade e Produtividade;
- Projeto Piloto de GQT;
- Treinamento interno;
- Planejamento e execução do Novo Plano de Cargos e Salários;
- Edições da FDRH:

. publicação de livros

"Um caminho Crítico para o Planejamento Estratégico ao Gerenciamento pela Qualidade", edição FDRH, com autores vinculados a esta Instituição, lançado em fevereiro de 1994, tem tido boa aceitação no mercado e breve será necessário que haja uma nova edição.

. Revista Executivo

Revista bilingüe (português-espanhol), em sua terceira tiragem em 1994, tem sido muito bem-aceita pela clientela FDRH e outros profissionais;

- Resgate da memória FDRH;
- Melhoramentos nas instalações físicas;
- atualização e ampliação do acervo bibliográfico da Biblioteca.

O programa de atendimento aos municípios continua em 1994, para a FDRH um ponto essencial para a difusão dos seus serviços à sociedade como um todo, conforme as diretrizes emanadas do Governo Estadual. De suas atividades totais, no ano em curso, participaram 62% da clientela para 52% da carga horária.

O Programa de Pós-Graduação FDRH realizou dois importantes cursos em 1994:

- Curso de Especialização em Administração de Recursos Humanos - CEARH, 19ª edição, curso tradicional, com ampla demanda de uma clientela abrangente de toda a sociedade oriunda de empresas de vários setores da administração privada;
- Curso de Especialização em Planejamento e Gestão em Defesa Civil, demandado pela Brigada Militar do Estado, de elevada utilidade pública.

A atividade de concursos está em franco crescimento. Para atender à demanda, a FDRH está investindo em sua informatização e na ampliação do seu espaço.

Atualmente, há as seguintes tratativas em relação aos concursos:

- Em fase de Edital, com contrato assinado: CORSAN, TVE, DAER I, DAER II e DEMAÉ/PoA;
- Em fase de negociação: CEE;
- Em fase de proposta solicitada e encaminhada: Prefeitura Municipal de Imbé e Câmara Municipal de General Câmara.

Na área dos estágios, o ano de 1994 assim se configura:

- Nº de estudantes cadastrados: 60 do 2º grau e 40 do 3º grau;
- Nº de estudantes entrevistados: 350;
- Nº de órgãos da Administração Estadual inscritos: 57;
- Nº de convênios assinados: 738 (total dos 4 anos).

A FDRH executou dois significativos eventos da gestão atual do Governo Estadual:

- Encontro de Integração Estratégica do Governo Estadual e Municipal do RS (170 participantes, 4h/a, 27.01.94, Centro de Treinamento da PROCERGS);
- Seminário de Ação Estratégica do Governo Estadual (80 participantes, 20h/a, 13 e 14.01.94, Centro de Treinamento do BANRISUL).

A Fundação elegeu o ano de 1994 como o ano de treinamento na Gestão da Qualidade Total, com enfoque de excelência na área de Serviços Públicos, cumprindo sua missão de contribuir para a sociedade em geral, com uma maior produtividade e conseqüente competitividade.

Esta iniciativa de Contrato de Parceria com o Centro de Estudos Executivos - IBM Gávea, promove a mútua complementação das missões dessas duas organizações visando, fundamentalmente, ao Planejamento Organizacional e ao Desenvolvimento Executivo - Gerencial do Estado do Rio Grande do Sul.

Para a ESAPERGS, o ano de 1994, foi um ano de investimento e reestruturação interno.

Nesta fase existe maior integração entre as atividades da FDRH e as atividades da ESAPERGS.

Desta integração nasceu a proposta que congrega as finalidades das duas Instituições: a criação da Fundação - Escola de Administração Pública - FEAP/RS.

A FEAP se propõe a contribuir para a sociedade brasileira com um curso de Mestrado e com um Curso de Graduação em Administração Pública, além de vários Cursos de Especialização, de Aperfeiçoamento e de Extensão.

Para esta tarefa existem convênios com a UFRGS, PUCRGS, ULBRA, ANFUP e INAP da Espanha.

O Anteprojeto da FEAP/RS está em fase de aprovação pela Assembléia Legislativa. Com certeza será um salto maior de qualidade o desenvolver do potencial humano que serve à Administração Estadual, num nível tão elevado como este anteprojeto propõe.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Reforma do Estado, vista como um processo global de transformação, passa, necessariamente, pela mobilização e cooperação dos trabalhadores públicos e pela participação da sociedade civil. A FDRH insere-se nesse processo, ao proporcionar canais para os debates com os diferentes segmentos da estrutura administrativa e a sociedade civil sobre os preparativos da mudança e seus desdobramentos.

Nesse sentido, sugere-se a continuidade das atividades em andamento com ênfase nos seguintes programas: Cursos para o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade; Qualidade Interna da FDRH; Implementação do novo Plano de Cargos e Salários; Edições FDRH: livros, revistas Executivo; Resgate da Memória FDRH; Biblioteca e seu acervo; Contrato de Parceria; Implementação da Fundação Universitária.

Portanto, ao redefinir seu escopo de ações para o apoio logístico do setor público, a FDRH não deve perder de vista os espaços historicamente conquistados junto ao setor privado e as administrações municipais.

A atuação institucional nestas áreas deve subordinar-se às prioridades anteriormente definidas e, preferencialmente, instrumentalizá-las, seja pela captação de recursos para financiar os programas prioritários, seja pela ampliação e intercâmbio de experiências que subsidiem a sua eficácia.

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul-IPERGS - é uma Autarquia da Administração Pública Estadual e tem como objetivo primordial a realização das operações de previdência e assistência aos servidores do Estado e seus respectivos dependentes e pensionistas.

A massa protegida do Instituto está em mais de 840.000 beneficiários e congrega, além dos segurados obrigatórios já referidos, os segurados facultativos que são os servidores de algumas Prefeituras, Câmaras Municipais e outras entidades, todos vinculados ao IPERGS mediante convênio e contribuição diferenciada.

Do total, cerca de 75% dos beneficiários residem no interior do Estado. Igualmente, para atender essa população, o Instituto conta com o apoio de 13 Delegacias, 116 Agências e 25 Postos de Serviço.

No início da atual administração, a situação encontrada era de descontentamento generalizado de parte dos beneficiários e prestadores de serviços. Os pagamentos na área médico-hospitalar estavam em atraso (de outubro/90 a março/91), as tabelas que indenizam a prestação de serviços defasadas, e a massa protegida sem receber o atendimento devido pelo IPERGS.

De outra parte, o benefício pensão, à época, permanecia sem a atenção aos preceitos legais vigentes.

A tranqüilidade previdenciária e assistencial do trabalhador público estadual entrava em processo de comprometimento, podendo-se destacar deste quadro os seguintes fatos:

- O aumento significativo da dívida histórica do Governo para com IPERGS, decorrente da falta de repasses das receitas de contribuição dos segurados, por parte do Tesouro do Estado e Autarquias, sendo que o maior percentual de crescimento deu-se na gestão 1987/90;
- Dívida histórica: composição acumulada em %:
 - . de 1931 a maio de 199071% de contribuição;

- . de junho de 1990 a fevereiro de 199129% de contribuição;
- Cerca de 45.000 pensionistas estavam percebendo valores desatualizados, contrariando, com isso, os preceitos constitucionais. À época, a folha de pensões do Instituto consumia 70% da receita específica, com o cumprimento da 1ª etapa estabelecida na Lei nº 9127/90. Hoje, ante a atualização constitucional deste benefício, é despendida, em média, 150% desta receita;
 - Havia mais de seis meses de atraso no pagamento das contas médicas, hospitalares e laboratoriais;
 - O descontentamento era generalizado, com os baixos valores pagos pelo IPERGS, em razão da falta de repasse do Estado e da falta de controle do Instituto no Sistema Médico;
 - Sessenta e sete por cento dos profissionais credenciados para consultas médicas não atendiam os beneficiários do IPERGS;
 - O descontrole na demanda por consultas médicas era muito acentuado;
 - Nos hospitais conveniados, 60% da demanda não encontrava vagas;
 - Os laboratórios conveniados somente estavam atuando na Capital, e, ainda assim, com muito desgaste;
 - Os valores locatícios dos imóveis de renda da Autarquia estavam completamente defasados;
 - O Quadro de Pessoal estava destoando das necessidades quantitativas e, principalmente, qualitativas do IPERGS. Eram inúmeras as reclamações trabalhistas de seus servidores celetistas (estes, à época, detentores de 95% da força de trabalho do Instituto);
 - A estrutura organizacional da Autarquia não estava adequada à realidade funcional de suas necessidades;
 - Algumas atividades secundárias do Instituto (empréstimos, financiamentos e fianças locatícias) estavam a merecer uma reavaliação técnica. Estes serviços não se constituem em finalidades precípuas, despendem recursos humanos e financeiros, atendem parcela ínfima dos segurados e outros Órgãos do Governo Estadual têm esta incumbência específica junto à população rio-grandense.

O atual Governo, desde o momento em que assumiu a administração estadual, trabalhou no sentido de restabelecer, na plenitude, a credibilidade do IPERGS, no atendimento previdenciário e assistencial ao servidor público estadual e seus dependentes.

Para tanto, esta gestão desencadeou ações de forma a restabelecer e aprimorar a prestação de benefícios e serviços à massa protegida da Autarquia, sem descuidar, entretanto, do seu gerenciamento interno quanto aos aspectos de recursos humanos, patrimonial e outros.

Assim, tratou-se de implantar medidas de racionalização, contenção de gastos e a busca do aporte financeiro para saldar os débitos em atraso. Em paralelo, buscou-se um controle mais efetivo na arrecadação das diversas receitas do Instituto, assim como a atualização dos valores nas fontes de renda.

De imediato, a Administração da Autarquia determinou especial atenção para duas ações principais:

- Implementar a aplicação da 2ª etapa proposta na Lei nº 9127/90;
- Concentrar esforços para, rapidamente, quitar os débitos em atraso da área médico-assistencial.

Previdência

Na área previdenciária, a ação da gestão foi dirigida à atualização das pensões legadas por morte de segurados do IPERGS, conforme os ditames constitucionais e a Lei Estadual n. 9127/90, bem como na plena informatização da concessão dos demais benefícios concedidos por esta Autarquia Previdenciária.

Desde o início desta Administração, o IPERGS, até o momento, concluiu 95% da atualização do benefício pensão, dentro do que preceitua a lei supracitada, a qual regulamentou o art. 41, §3º. da Constituição Estadual.

Isso vem oportunizando o pagamento do benefício aos pensionistas, conforme a categoria funcional do ex-segurado, como se vivo fosse, até os limites da lei. Enseja, inclusive, que o benefício seja pago com os aumentos diferenciados, conforme as diversas categorias de servidores do Estado.

Para tanto, o IPERGS necessitou desenvolver grandes esforços em termos de sistema informatizado, de forma a viabilizar a integração de sua folha de pagamento de pensões com as diversas folhas de pagamento do Estado.

Pelo quadro abaixo, coluna pensionistas, pode ser visto que o crescimento desta categoria de beneficiários, em relação ao ano de 1990, foi de 15,45%.

EVOLUÇÃO DA MASSA PROTEGIDA DO INSTITUTO: 1990-1994

ANO	SEGURADOS	DEPENDENTES	PENSIONISTAS (**)	TOTAL
1990	254.151	428.202	43.594	725.947
1991	264.893	443.619	45.594	753.896
1992	275.516	460.194	47.162	782.872
1993	291.888	479.254	49.074	820.216
1994 (*)	298.747	491.644	50.332	840.723

(*) Dados computados até setembro/94.

(**) Também é o número de quotas de pensão em vigor.

Os benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto (pensão legada por morte de segurado, pecúlio "post mortem", ressarcimento de despesas funerárias, auxílio-natalidade e auxílio-reclusão), por estarem totalmente informatizados, levam no máximo 30 dias do início do pedido da concessão até o seu pagamento.

EVOLUÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, PERÍODO 1990-1994

ANO	PENSÕES EM MANUTENÇÃO	PECÚLIOS "POST-MORTEM" CONCEDIDOS	AUX. NATALID. CONCEDIDOS	AUX. RECLUSÃO EM MANUTENÇÃO
1990	26.564	2.793	4.272	1
1991	27.765	2.909	6.087	1
1992	29.053	3.000	6.500	12
1993	30.435	2.903	5.777	12
1994 (*)	31.340	1.785	4.204	14

(*) Dados computados até setembro/94.

Os planos complementares de saúde, assim como o Pecúlio Facultativo, afetos à área de previdência, apresentaram crescimento total de 58%, no período 90/94, com o ingresso de 112.834 associados ao PAMES, 8.966 ao PAC e de 2.974 ao Pecúlio, totalizando, hoje, um contingente de 326.250 beneficiários.

EVOLUÇÃO DOS PLANOS COMPLEMENTARES, PERÍODO 1990-1994 (nº beneficiários)

ANO	PAMES	PAC	PECÚLIO FACULTATIVO	TOTAL
1990	147.314	11.227	47.820	206.361
1991	158.070	12.303	46.110	216.483
1992	187.545	14.412	45.718	247.675
1993	231.474	17.989	45.184	294.647
1994 (*)	261.184	20.248	44.818	326.250

(*) Dados computados até setembro/94.

Outro fator a destacar é o acréscimo de cerca de 16%, na massa protegida do Instituto que, de 1991 até o momento, passou de 726 mil beneficiários para 840 mil.

Este fato deveu-se, em muito, à ação de interiorização do Governo, no sentido de manter convênios de assistência e/ou previdência com Prefeituras, Câmaras Municipais e outras entidades, com a interveniência do Instituto.

De grande importância, também, foi o advento da Lei nº 10.081/94, regulamentando o inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual. Ali ficou estabelecido, e a Autarquia já está assegurando, o cadastramento e a conseqüente prestação de assistência médica e hospitalar aos ex-combatentes domiciliados no Rio Grande do Sul.

Assistência Médica

Mediante a devida alocação de recursos destinados para a assistência médica, foram colocados, rigorosamente em dia, até a data de 15-05-91, todos os pagamentos aos prestadores de serviços, sendo que, durante toda a gestão, os mesmos não sofreram solução de continuidade graças aos esforços conjuntos das áreas médica e financeira do Instituto.

No início da gestão, foram percorridos os hospitais de Porto Alegre, com o propósito de divulgar a nova tabela de órteses, próteses e materiais especiais e sua sistemática de aplicação. Desde então, as relações do IPERGS com os hospitais passaram a transcorrer em clima de cordialidade.

A seguir, as principais realizações desde então:

- em outubro de 1991, o IPERGS passa a conceder um percentual de acréscimo nos valores dos serviços prestados, sem que isso represente ônus aos beneficiários;

- em abril de 1992, foi criada a Nova Tabela Hospitalar do IPERGS, também com a definição de novas classes hospitalares. No curso desta gestão, foi adotada a política de remunerar somente os serviços efetivamente prestados, estimulando os hospitais no investimento de tecnologia de ponta;
- em junho de 1993, foram efetuadas as seguintes realizações:
 - . Adotada a nova codificação e quantificação para os procedimentos diagnósticos de patologia clínica, anatomia patológica, medicina nuclear e hemoterapia;
 - . Reformulado totalmente o sistema de consultas médicas em consultórios, através da valorização do evento "Consulta Médica", tanto no aspecto pecuniário, quanto no social. Foram adotados mecanismos rígidos de controle, como o limite de consultas, a obrigatoriedade da emissão de recibo e a necessidade de autorização prévia para a segunda consulta-mês com o mesmo profissional.
- primeiro semestre 1993:
 - . Foram celebrados convênios com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia e com o Hospital da ULBRA para atendimento global aos beneficiários do IPERGS, em todas as especialidades existentes nestas entidades, independente do credenciamento individual dos seus profissionais;
 - . Foi celebrado convênio com o Hospital Moinhos de Vento para exames de complementação diagnóstica e para procedimentos de angioplastia coronariana;
- Em novembro de 1993, passa o Instituto a pagar valores integrais da tabela de honorários profissionais nos casos de internação em quarto semiprivativo, quando, até então, pagava-se 70% do valor tabelado;
- Em dezembro de 1993, foi adotada a nova tabela de honorários profissionais, com a atualização de valores e a incorporação de procedimentos modernos de diagnose e terapia.

O PAM-IPERGS atende a uma expressiva massa protegida, possuindo mais de 6.000 médicos credenciados em todas as especialidades, assim como cerca de 1.000 entidades, atuando nas diversas modalidades em todo o Estado.

Da mesma maneira, registra-se que será implantado, até o final de dezembro de 1994, os módulos restantes do Novo Sistema Médico (SMH), que irá substituir o anterior (SMI), com grande vantagem sobre a melhoria do controle e da qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários, ao IPERGS e aos prestadores de serviços, significando uma

considerável minimização nos custos, com a maximização de resultados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR PRESTADA NO PERÍODO 1990-1994

ANO	CONSULTAS MÉDICAS	SV. COMPL. PROC. CONS.	EMER.	TRAT. HOP. E AMBULAT.	TOTAL
1990	1.974.612	1.532.539	173.206	113.899	3.794.256
1991	2.212.559	1.768.251	196.620	125.117	4.302.547
1992	2.308.804	2.097.514	228.207	148.392	4.782.917
1993	2.234.154	2.233.882	274.871	172.998	4.905.905
1994 (*)	1.176.840	1.469.842	160.240	127.024	2.933.246

(*) Dados computados até setembro/94

Houve, em 1993, em razão de medidas de controle implementadas, um decréscimo na ordem de 3,3% no item consultas médicas e um decréscimo de 34,80% no serviços complementares e procedimentos em consultório, em relação ao ano anterior.

Para desenvolver e dar cumprimento às principais linhas de atuação preestabelecidas, a Direção também implementou, paralelamente, no período, diversas medidas que ensejaram o fortalecimento do Instituto.

A seguir, aglutinadas em duas áreas, Administração e Finanças, serão arroladas as realizações que, mesmo não sendo finalísticas, na maioria das vezes foram requisitos para o atingimento dos dois objetivos.

Administração

No patrimônio imobiliário do Instituto esta gestão buscou a recuperação física dos imóveis de uso e renda. No interior do Estado, foram procedidas reformas e reparos em suas Delegacias Regionais e Agências. Também nos primeiros meses da atual administração, com o propósito de preservar as reservas técnicas da Autarquia e possibilitar o cumprimento de seus compromissos, houve a preocupação com a atualização dos valores dos aluguéis que estavam grandemente defasados. Neste segmento, ocorreu, também, o acompanhamento das situações judiciais pendentes. De outra parte, quanto às áreas de risco, deu-se o início ao processo da formalização de permuta, com a troca de terreno ocorrida entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o IPERGS, assim como estão sendo feitas tratativas com o Governo do Estado no mesmo sentido. Foi, igualmente, realizada licitação para a localização de sete (7) terrenos, não invadidos, todos localizados em Porto Alegre.

Para racionalizar o fluxo de procedimentos e também a circulação dos usuários do Instituto no Edifício-Sede, logo no início da gestão, foram efetuadas algumas alterações físico-burocráticas. Estas medidas, além de não causarem dispêndios, porque foram usados recursos já existentes na Autarquia, produziram sensível economia de tempo e funcionalidade nas atividades internas.

Na área de recursos humanos, desde o início, esta Administração apoiou ações com vista à realização de vários encontros para treinamento e orientação de delegados, agentes e demais servidores do interior. Ao mesmo tempo, na sede, foram proferidas palestras sobre temas da atualidade e do interesse dos servidores, bem como ministrados cursos de aperfeiçoamento e encontros de preparação para a aposentadoria.

De outra parte, logo nos primeiros meses de gestão, após tomar conhecimento da realidade funcional da Casa, a Direção assumiu iniciativa no sentido de ter autorização do Governo, visando à realização de concurso público para o preenchimento de 168 vagas no quadro de pessoal da autarquia. Importa ressaltar que há mais de vinte anos este fato não ocorria no IPERGS.

Igualmente, com o advento da Lei Complementar nº 10.098/94, viu esta Autarquia regularizada a situação funcional de mais de 1.000 (um mil) servidores celetistas de seu Quadro de Pessoal, segmento este que compunha mais de 90% de sua força de trabalho.

Também, nesta gestão, foi colocado em dia o Sistema de Promoções aos Servidores do Instituto. No período, foram processados 12 semestres promocionais (do 6º ao 17º), estando o próximo movimento ascensional (o 18º) para ser trabalhado em janeiro próximo.

Atentos ao momento de dificuldade em que vive significativa parcela da sociedade gaúcha, principalmente adolescentes e jovens que buscam espaço para um crescimento profissional, os dirigentes do IPERGS fortaleceram, na Autarquia, a atuação dos estágios remunerados com alunos de 2º e 3º Graus.

Igualmente, implantaram o Programa Bom Menino Aprendiz, atual Guri Trabalhador, com ótimo aproveitamento.

Finanças

De sorte a somar melhor as dificuldades e cumprir as metas preestabelecidas na Autarquia, foi também ampliada a informatização de unidades da Instituição no interior do Estado, assim como promovida a reavaliação dos sistemas existentes e a implantação de novos sistemas na capital para

atender, em especial, a concessão e a manutenção dos benefícios previdenciários e assistenciais, além das atividades de apoio da Autarquia.

Neste campo, vale realçar o Sistema IPE DIA E NOITE, que objetiva auxiliar os beneficiários do Instituto, oferecendo o serviço de informações por meio de todos os recursos disponíveis atualmente na tecnologia de Multimídia.

Por este Sistema, os beneficiários têm acesso a quatro opções de consultas: Instituto, Pensões, Assistência Médica e Serviços.

Afetos à área financeira do Instituto, e também conforme a Lei nº 10.095/94, estão a implantação e o controle dos convênios com Prefeituras, Câmaras Municipais e Entidades.

Durante a gestão, houve um acréscimo de 100%, com a assinatura de 86 novos convênios com o Estado, com a interveniência do IPERGS, para a prestação de benefícios e/ou serviços médico-assistenciais aos servidores daqueles segmentos, constituindo-se no ingresso de considerável número de novos segurados facultativos, mediante contribuição mensal diferenciada.

No período, foram implementadas medidas de controle mais efetivas e de fiscalização na arrecadação das contribuições diversas (segurados optantes, serventuários da justiça, convênios e outros), em muito, graças ao acréscimo do trabalho de sete(7) inspetores.

Manteve-se a administração da Carteira Habitacional do Instituto. Na gestão, foram quitados mais de 3.500 financiamentos, estando o nível de inadimplência, neste exercício, em torno de 27% dos atuais, cerca de 8.500 contratos habitacionais. Atualmente há 391 imóveis retomados, aguardando licitação, a qual se dará ainda dentro do exercício de 1994.

Com relação à Assistência Financeira, e como resultado de estudos atinentes à Reforma Administrativa do Estado, ainda permanece em fase de reavaliação técnica a concessão de empréstimos simples e complementar e de fianças locatícias a segurados. Há a possibilidade da transferência desses serviços, que não são finalísticos ao Instituto, para outras entidades públicas estaduais.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As metas finalísticas da Autarquia foram plenamente alcançadas, restando, no item Previdência, um percentual de 5% das pensões em manutenção, que não puderam ainda ser atualizadas, por particularidades do órgão de origem ou da categoria funcional do segurado falecido.

As metas propostas, na Assistência Médica do IPERGS, foram totalmente alcançadas. Restará à nova Gestão, nesta área, a manutenção e a administração correta do Plano, com a busca da eficiência e a permanente atenção para a inclusão dos avanços no conhecimento científico.

Está ainda em curso o processo de licitação dos imóveis retomados e o acompanhamento, junto à PGE, das ações relativas aos condomínios inacabados, assim como as reformas e melhorias de Unidades do Interior do Estado e da Capital.

Como recomendação para o futuro, aconselha-se:

- uma adequação gradativa da Lei nº 7672/82 à Lei Maior;
- agregação à Lei do IPERGS de aspectos da dinâmica social, tais como, a equiparação da maioria previdenciária à maioria civil, de 21 anos, para ambos os sexos; a manutenção no sistema previdenciário do IPERGS de filho estudante até 24 anos, com matrícula no Sistema Oficial de Ensino e outros.

3.12 - SECRETARIA DA FAZENDA (SF)

Gabinete de Orçamento e Finanças

Para efeitos de uma avaliação das ações do Gabinete de Orçamento e Finanças, durante o atual Governo, partiu-se do exame da Lei nº 9.272, de 15/07/91. Tal diploma dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1992/95, entre outras providências.

No que respeita ao Planejamento Governamental, especificamente no tocante às tarefas inerentes ao GOF, o Plano prevê como objetivos:

- coordenação da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, através do Gabinete de Orçamento e Finanças - GOF, Órgão Central de Orçamento do Estado e acompanhamento das fases de aprovação, execução e controle;
- elaboração e acompanhamento da programação com vistas à execução orçamentária;
- elaboração da projeção da receita pública;
- promoção de estudos e assessoramento sobre matéria financeiro-orçamentária, para os órgãos das administrações Estadual e Municipal;
- atuação como órgão de apoio técnico-administrativo à Comissão de Programação Financeira - CPROF;
- contribuição financeira à Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP/RS, que congrega técnicos e instituições que atuam na área orçamentária, com o objetivo principal de melhorar a técnica orçamentária do setor público, bem como para a realização de seminários regionais sobre orçamento público.

O GOF procurou, em conformidade com suas atribuições, modificar procedimentos, no intuito de aperfeiçoar a elaboração e a programação orçamentária do Estado, ao mesmo tempo em que buscou, nesse Governo, sintonizar seu trabalho com as propostas que nortearam a atual administração. Assim, passa-se a listar as iniciativas marcantes do quadriênio, por parte do Gabinete, inseridas essas nos objetivos maiores contidos no Plano de Governo:

- Maior Aproximação com os Outros Poderes

Uma das questões marcantes foi o advento da elaboração compartilhada entre os Poderes Legislativo e Executivo. Foi possibilitado o acolhimento de emendas populares, justificadas pela possibilidade de aproximação entre o Orçamento Público e os anseios populares.

No atual Governo, o relacionamento com os demais poderes manteve-se num patamar elevado, inclusive nos momentos tradicionalmente críticos de discussão da proposta. Buscou-se consignar recursos suficientes para o atendimento das respectivas missões constitucionais de cada poder, atendendo aos princípios da independência e da harmonia entre os mesmos.

- Nova Classificação da Despesa Orçamentária

O GOF partiu para nova composição agregativa da peça orçamentária, a partir do Orçamento Anual de 1994. Foi abandonada a classificação por elemento de despesa, sendo apenas mantida essa discriminação sob o ângulo da programação orçamentária. Concomitantemente, passou-se a identificar as diversas fontes de recursos em relação a cada atividade ou projeto. A peça orçamentária, assim, adquiriu maior transparência, correspondendo a esse fato a redução do número de emendas formuladas incorretamente do ponto de vista técnico.

A elaboração de Lei de Meios, utilizando agregados de despesa, proporciona, ainda, maior agilidade no tocante à liberação e eventuais suplementações de recursos durante a fase de execução.

- Indexação do Orçamento

O GOF realizou estudos destinados a implantar o orçamento indexado. A iniciativa foi ocasionada pelo panorama econômico brasileiro, emoldurado por altas taxas inflacionárias. Tais ocorrências vinham distorcendo profundamente as dotações consignadas, bem como a previsão da receita.

A partir do Orçamento Anual de 1993, passou-se à indexação pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV), que vem revelando resultados bastante positivos em comparação com a sistemática anterior.

- Participação nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento

A Constituição Estadual, em seu Art. 149, parágrafo 8º, estabelece que os Orçamentos Anuais e a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverão ser regionalizados e terão entre suas finalidades a de reduzir as desigualdades sociais e regionais. A atual administração abordou o problema geográfico das demandas através da implementação dos

Conselhos Regionais de Desenvolvimento - CRD's. Esses vêm se revelando um instrumento viável, através do qual a sociedade civil interfere positivamente na questão da alocação dos escassos recursos públicos. É inegável que representam os interesses das diversas comunidades em termos legítimos, democráticos e transparentes. Tal proposta produziu enorme efeito mobilizador das várias entidades envolvidas, culminando com a sanção governamental da Lei nº 10.283, de 17/10/94.

- Setorialização da Programação Orçamentária

Na programação orçamentária, o GOF passou a trabalhar através de quatro grupos setoriais, estando esses organizados segundo cada área de governo (social econômica, infra-estrutura e administrativo-financeira). A partir da reformulação dos grupos de despesa, os gastos correntes, destinados à movimentação da máquina administrativa foram enquadrados no grupo " Outras Despesas Correntes " e, dentro dele, classificados, como manutenção básica, manutenção com características de pessoal e manutenção com características de investimento, a fim de que se apurasse o gasto específico com a manutenção da máquina estatal.

- Nova Sistemática de Liberação de Investimentos

Ao contrário da sistemática anterior, quando a Comissão de Programação Financeira - CPROF, definia as liberações, atualmente elas são procedidas de maneira a haver perfeita harmonia com as disponibilidades de Caixa.

- Maior Intercâmbio Técnico com outros Estados da Federação

O GOF, sob orientação do Secretário da Fazenda, contatou e visitou diversos órgãos, em diferentes Unidades da Federação, visando à troca de experiências e intercâmbio de informações.

- O GOF em Brasília

O acompanhamento do Orçamento da União, em Brasília, também passou a merecer, por parte da atual gestão, tratamento privilegiado, com a presença quase permanente de técnicos, na Capital Federal, quando estão em jogo, do ponto de vista do Orçamento da União, os interesses do Estado.

- Elaboração da Proposta Orçamentária para 1995

Na elaboração da Proposta Orçamentária para 1995, foram mantidas a indexação dos valores, pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas e a classificação por grupo de despesa, visando a maior transparência das ações pretendidas.

Com o intuito de proporcionar esclarecimento amplo sobre o que vem a ser e o que contém o orçamento público estadual, o GOF tomou a iniciativa de elaborar um trabalho paralelo à elaboração da Proposta Orçamentária para 1995, composto da Mensagem do Governador, um caderno intitulado Visão Global do Orçamento do Estado, "disquete" com o resumo da Proposta e fichas com as principais informações relativas à matéria.

O conjunto contém informações sobre o significado dos componentes da receita e da despesa públicas, esclarecimentos sobre o processo orçamentário e quantitativos referentes ao Estado do Rio Grande do Sul, englobando, af, indicadores do Setor Público, bem como dos demais segmentos da economia rio-grandense.

O trabalho em foco foi apresentado à sociedade no dia 18/10/94, iniciando-se, então, a divulgação ampla do material.

Com isso, procurou-se proporcionar o maior acesso possível dos interessados no processo orçamentário às informações, assim como possibilitar um conhecimento amplo do assunto aos diversos setores da sociedade gaúcha, ao encontro da participação do cidadão no destino dos recursos públicos.

No que respeita às perspectivas de ação do GOF para os próximos tempos, especialmente com relação aos aperfeiçoamentos já conseguidos, ressalta-se:

- ampliar o trabalho do GOF em Brasília, criando novos instrumentos de análise com respeito ao Orçamento da União, bem como acompanhamento acurado em suas fases de elaboração, discussão e execução;
- aproveitar a experiência da setorialização da programação orçamentária, criando um núcleo de análise e controle dos gastos referentes a cada secretaria. A atual estrutura privilegia o controle dos gastos sob a ótica da execução. Todavia, torna-se necessário, ainda, aperfeiçoar o acompanhamento da despesa, com a utilização de indicadores de qualidade e desempenho;
- aumentar o trabalho de assessoramento à Assembléia Legislativa, especialmente à Comissão de Finanças. Deste modo, pretende-se contribuir para a racionalização do trabalho legislativo, principalmente nos períodos de elaboração e tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta Orçamentária;
- publicar, trimestralmente, boletim de análise da execução orçamentária, instrumental, de grande valia, para o assessoramento ao Secretário da Fazenda e Superintendentes;
- dinamizar a experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento; aperfeiçoar metodologias que possam

refletir com clareza a questão regional na peça orçamentária;

- aperfeiçoar o encarte (kit-orçamento) explicativo da Proposta Orçamentária do Estado, visando a aumentar o grau de entendimento e divulgação da peça junto à sociedade gaúcha;
- reavaliar o conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pois entende-se que sua estrutura atual não se presta aos objetivos que a mesma deve cumprir. Da forma atual, não se revela como adequado instrumento de planejamento;
- resolver a questão relativa ao excessivo volume de documentos encaminhados ao Órgão Central do Sistema Orçamentário, pretendendo-se eliminar o problema através da elaboração das propostas orçamentárias setoriais, via processamento eletrônico de dados. A nova sistemática agilizará as etapas de preparação da proposta, bem como ensejará a realização de simulações de forma mais rápida e consistente;
- melhorar a qualidade e a coleta quantidade de informações que possam servir para embasar as decisões na alocação dos recursos, bem como na previsão das receitas. Este trabalho estatístico vem sendo realizado em microcomputadores do GOF, de forma extremamente trabalhosa, em função da enorme massa de informações. Um novo sistema está sendo desenvolvido para suprir essa deficiência, entre outras. Tal sistema, além de dados históricos mensais, possibilitará a obtenção de valores indexados, trazendo enormes vantagens e economia de tempo nas relações GOF/Órgãos e GOF/Secretário/Governador, tanto nas fases de elaboração como de execução do orçamento.

Departamento Central de administração do Material - DECAM

Buscando a racionalização, a qualificação e a agilização geral do sistema de compras do Estado, desde a formulação do pedido de aquisição, até a efetivação da mesma, o DECAM está implantando, nesta administração, um novo sistema para o processo licitatório, denominado Administração de Materiais do DECAM - AMD, composto por quatro etapas: cadastro de itens de material; cadastro de fornecedores; requisição e pedido de compras; julgamento e pagamento.

As vantagens geradas pelo sistema são as seguintes:

- melhor planejamento nas compras com lotes mais atrativos;
- maior interesse em participar de licitações, inclusive a própria fábrica, com a eliminação dos intermediários (maior número de concorrentes);

- pela concorrência, aquisição de produtos de qualidade com preços justos;
- otimização dos gastos com papel, equipamentos, hora máquina, banco de dados e correio;
- formação de banco de dados, com fins estatísticos, pesquisa de preços, relatórios sobre fornecimento anteriores;
- eficiência e eficácia nos controles e informações;
- melhor julgamento, recebimento e fiscalização.

Superintendência de Administração Tributária

Neste quadriênio, os princípios que nortearam as ações da Superintendência de Administração Tributária foram:

- estabelecimento de uma rede de inibição à sonegação, criando um clima de acatamento à legislação tributária, buscando o cumprimento espontâneo de suas obrigações. Este princípio consubstancia-se na ação integrada com todos os órgãos envolvidos direta ou indiretamente na realização da receita no Estado, como: a Receita Federal, o Ministério Público, a Polícia Federal, a Brigada Militar, a Polícia Civil, os Poderes Legislativo e Judiciário e a Procuradoria Geral do Estado;
- não tributação da intenção de produzir, isto é, não tributar investimentos. A compra de máquinas agrícolas ou industriais é facilitada ao máximo por meio da desoneração direta ou, complementarmente, através de incentivos como o FUNDOPEM, PROPLAST, PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA e outros. Procurou-se tributar o produto final e não as meios de produzi-lo;
- velocidade e conforto ao sistema arrecadatório, privilegiando o empresário como agente arrecadador de fato, informatizando, eliminando papéis, carimbos, assinaturas, e burocracia.

Foram utilizados os seguintes meios para a dinamização das ações:

- trabalho preventivo, orientando, dando palestras e disponibilizando um serviço de atendimento ao contribuinte;
- auditorias fiscais para verificação da correção dos procedimentos e dos valores da documentação fiscal;
- "blitz" e ações no trânsito de mercadorias;

- encaminhamento de 373 empresas ao Ministério Público, denúncia de 829 pessoas físicas, pedida a prisão de 62 pessoas, prisão preventiva de 56 pessoas, condenação de 25 pessoas, em média, a 4 anos de reclusão;
- rede de teleinformática, em parceria com PROCERGS/CRT, em arquitetura CLIENTE/SERVIDOR, ligando mais de 250 microcomputadores entre si e com um computador de grande porte;
- isenção de insumos agropecuários, redução da base de cálculo dos bens de capital e isenção na importação de máquinas e equipamentos sem similar nacional;
- criação dos equivalentes eletrônicos dos documentos utilizados para receber informações dos contribuintes. (85% das guias de informação e apuração do ICMS são entregues em disquetes);
- o cadastramento de contribuintes é operacionalizado em disquetes;
- ligação direta entre os computadores dos contribuintes e os da Secretaria da Fazenda. (mais de 200 empresas remetem GIAs e mais de 500 fazem débito em conta, sem intervenção humana direta e sem qualquer papel).

Com adoção destes princípios e através destes meios, conseguiu-se cumprir o papel de provedor de recursos e indutor de desenvolvimento, com equidade e respeito à lei.

O que se observa é um panorama extremamente positivo em relação aos valores das autuações, que passaram de um patamar histórico ao redor de 10% da arrecadação para 23%.

Por si só, isto não seria suficiente, mas se juntarmos o fato de que a participação do ICMS do RS no BRASIL aumentou de 7,7% para 8,6%, já teremos, então, um dado muito importante e significativo.

As ações da Superintendência da Administração Tributária também tiveram êxito na condução da tributação das exportações e na definição de critérios para rateio do Fundo de Exportações, na medida em que a parcela do RS neste Fundo passou de 14,9% para o limite máximo que é de 20%.

É extremamente auspicioso registrar que as exportações gaúchas saltaram de US\$ 3,2 bilhões, em 91, para US\$ 5,2 bilhões, em 93, colocando-nos em segundo lugar no País. O mérito é dos empresários e dos trabalhadores gaúchos; mas a administração tributária estadual foi atenta e precisa no sentido de não atrapalhar as oportunidades vislumbradas pelas empresas do nosso Estado.